

MARIA ESTRÊLA ARAÚJO FERNANDES

O CURSO DE  
*Pedagogia*  
DA UFC

31

N.Cham. 378.8131 F41c

Autor: Fernandes, Maria Estrela Ara

Título: O Curso de Pedagogia da UFC



14162766

Ac. 152452

BCCE



Uma resenha histórica  
1963 a 1990



Este livro foi escrito em 1994, em decorrência da dissertação de mestrado da autora. Sua publicação está acontecendo após 19 anos de espera. É, portanto, um livro DATADO e tem um contexto específico. Sua leitura exige "olhares do princípio da década de 1990", momento em que se discutia, com veemência, a oposição entre capitalismo e socialismo, e em que se sonhava com uma escola formadora de seguidores do materialismo marxista. A formação do educador foi atingida por esse idealismo, o que é perceptível no decorrer de sua leitura.

A história do Curso de Pedagogia da UFC é aqui contada na perspectiva da Formação do Educador. A autora divide essa história vivenciada no período de 1963 a 1990 em três "momentos pedagógicos", tendo como foco o perfil do educador que o curso formava:

- o primeiro momento refere-se à formação do educador-generalista, possuidor de uma cultura geral que deveria atuar como professor do Curso Normal e de algumas disciplinas do Curso Ginásial e como orientador e diretor de escolas. O curso centrou-se nesse perfil desde a sua instalação, em 1963 até meados de 1968;

- o segundo "momento pedagógico" do curso se deu com a formação do especialista em Educação, de acordo com o modelo da Reforma Universitária de 1968. Esse período, influenciado pela ditadura militar (1968-1980) e pela Lei de Segurança Nacional, caracterizou a formação compartimentalizada do educador, centrada na racionalidade, eficiência e competência técnica, com ênfase na "neutralidade científica".



## **FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

### **DIRETORA**

Prof.<sup>a</sup> Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca

### **VICE-DIRETOR**

Prof. José Arimatea Barros Bezerra

### **COORDENADORES DO CURSO DE PEDAGOGIA**

Prof. Francisco Ari de Andrade

Prof.<sup>a</sup> Margarida Maria Pimentel de Souza

### **COORDENADOR DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Prof. João Batista de Albuquerque Figueiredo

### **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DAS LICENCIATURAS**

Prof.<sup>a</sup> Antônia Rozimar Machado e Rocha

### **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

Prof.<sup>a</sup> Neide Fernandes Monteiro Veras

### **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DO ENSINO**

Prof.<sup>a</sup> Ana Paula de Medeiros Ribeiro

### **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS**

Prof.<sup>a</sup> Rosimeire Costa de Andrade Cruz

### **EDITORA UFC**

### **DIRETOR E EDITOR**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

### **CONSELHO EDITORIAL**

Presidente

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

### **CONSELHEIROS**

Prof.<sup>a</sup> Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof.<sup>a</sup> Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro



MARIA ESTRÊLA ARAÚJO FERNANDES

Ac: 152452

Rq: 14162766/15

23/04/2015

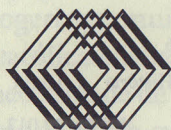
## O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC

UMA RESENHA HISTÓRICA

(1963-1990)

378.8131

F41c



EDIÇÕES  
**UFC**

Fortaleza  
2014

PERGAMUM  
BCCE/UFC



O curso de Pedagogia da UFC: uma resenha histórica (1963-1990)

© Copyright by Maria Estrêla Araújo Fernandes

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todos os Direitos Reservados

Editora da Universidade Federal do Ceará – UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará

CEP: 60.020-181 – Tel. /Fax: (85) 3366.7766 (Diretoria)

3366.7499 (Distribuição) 3366.7439 (Livraria)

Internet: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

### **Cordenação Editorial**

Moacir Ribeiro da Silva

### **Projeto Gráfico e Diagramação:**

Imprensa Universitária

### **Revisão: Adriano de Sousa Santiago**

Adriano Santiago

Antídio Oliveira

### **Capa:**

José Maurício Alves Fernandes Filho

Vitor Quirino

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3 801-98

F 363 c Fernandes, Maria Estrêla Araújo

O Curso de Pedagogia da UFC: uma resenha histórica  
(1963-1990) / Maria Estrêla Araújo Fernandes. – Fortaleza:  
Edições UFC, 2014.

248p.: il.

Isbn: 978-85-7282-639-6

1. Pedagogia-curso 2. História I. Título

CDU: 37.013 (047.3)

Editora Filiada à



Associação Brasileira das  
Editoras Universitárias



## DADOS DA MINHA HISTÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

Nasci no pós-guerra. Senti, através da minha família de classe média, todas as consequências político-econômica e sociais daquele momento histórico que levava a um início de proletarianização, uma classe trabalhadora. Sou filha de um homem que não media esforço para dar aos filhos o que considerava como valor maior: uma boa educação. Homem com grande sabedoria de vida. Foi com muito sacrifício que manteve todos os filhos nos considerados “melhores colégios” da época. Minha escolarização básica até o curso pedagógico foi realizada no Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração, dirigido pelas Irmãs Doroteias.

Fiz parte da juventude da década de 1960. Sempre fui muito participante e posso dizer que o meu primeiro despertar crítico se deu na JEC (Juventude Estudantil Católica) e nos movimentos estudantis secundaristas.

O meu curso pedagógico foi todo direcionado pelo escolanovismo e pela linha rogeriana, muito coerentes com o humanismo novo da educação católica elitista.

Inquieta e sentindo necessidade de ajudar financeiramente em casa, comecei a lecionar quando ainda cursava o 3º pedagógico. Lecionei no Colégio Santa Cecília os 3º e 4º anos primários. Foi uma rica experiência, animadora, que ainda tenho bem viva em minha memória. A partir daí lecionei em todos os níveis do pré-escolar aos



curso de especialização. Cada experiência era um momento de reflexão e de muita realização. A minha vocação docente é visível. A sala de aula é um “espaço mágico” para mim: me entrego totalmente e me renovo. O fato de ter experiência de ensino em todos os níveis me enriqueceu bastante.

Minha formação em nível de 3º grau se deu no curso de Pedagogia da UFC, numa época ainda muito marcada pela Escola Nova e já com indícios de um tecnicismo nascente. Fui da geração de profissionais de educação com formação generalista. Acho que a minha visão globalizante da educação, embora ainda um tanto ingênua, me ajudou muito a ser uma profissional preocupada com o todo da escola e com o sentido dela no todo social. Exerci função de supervisora, sem ser especialista, durante dez anos numa escola particular de Belém e o trabalho ali realizado era considerado pioneiro numa linha de reflexão global da educação e sociedade.

Comecei a lecionar na UFPA – Universidade Federal do Pará, curso de Pedagogia, em 1973. Meu concurso foi na área de psicologia educacional, mas lecionei também as disciplinas da área de supervisão escolar, até 1980. Ligava a teoria à prática que exercia na escola. Vivenciei a problemática da supervisão escolar naquele estado e participei do grupo que fundou a ASEEP (Associação dos Supervisores Escolares do Estado do Pará), sendo sua primeira presidente. A associação, ainda imatura na época, se propunha inicialmente a congregar os supervisores e a realizar pequenos trabalhos de levantamento de informações sobre esta especialização.

Transferida para o Ceará, integrei-me na UFC lecionando diversas disciplinas no curso de Pedagogia. Cursei o mestrado em Educação, fui coordenadora do curso de Pedagogia (1987 – 1988) – ocasião em que vivenciei a reformulação curricular do curso – e participei ativamente da vida acadêmica da Faculdade.

Considero a experiência de Belém como básica na minha vida profissional, mas a da UFC me levou a amplitude e o aprofundamento teórico que me fez revisar toda a minha prática anterior.



Este trabalho é resultado da minha história, concretizada na história de uma instituição que tem muito sentido para mim. Por isto, fazê-lo me deu muita satisfação.



Maria Estrêla Araújo Fernandes

Maio – 1994



## NOTA DA AUTORA

O presente livro originou-se de minha dissertação de mestrado em Educação, intitulada “Recuperando a história pedagógico-social do curso de Pedagogia da UFC: competência técnica e/ou compromisso político”.

Contei com a orientação amiga dos professores, doutores: Maria Nobre Damasceno, Antônio Carlos de Almeida Machado e Maria Lúcia Lopes Dallago, que formaram o comitê de orientação da dissertação de mestrado. Agradeço pela segurança e seriedade com que encararam este trabalho, incentivando-me a fazê-lo melhor.

Contei, também, com a participação de vários professores, funcionários e alunos nos painéis de documentação, nas entrevistas e no fornecimento de dados. Agradeço, principalmente, pela disponibilidade e riqueza de informações, às seguintes pessoas:

- Antônio Carlos de Almeida Machado – professor
- Bráulio Eduardo Pessoa Ramalho – professor
- Casemiro de Medeiros Campos – presidente do C. A. Paulo Freire
- Emília Martins Velloso – professora
- Estefânia Maria de Oliveira – aluna, pertencente à diretoria do C. A. Paulo Freire
- Geraldo Batista Lima – funcionário
- Irismar Holanda de Freitas – professora
- José Ferreira de Alencar – antropólogo

- José Maria da Frota – professor
- Júlia de Figueiredo Rocha – professora
- Laura Maria Sousa Vieira – professora
- Maria Cira de Melo Jorge Barbosa – professora
- Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima – professora
- Maria de Lourdes Ferreira Lima – professora
- Maria de Lourdes Peixoto Brandão – professora
- Maria do Carmo Borges Cavalcante – professora
- Maria Ivoni Pereira de Sá – professora
- Maria Ruth Barreto Cavalcante – professora
- Moacir Teixeira Aguiar – professor
- Raimundo Frota de Sá Nogueira – professor
- Rosemary Conti Furtado – professora
- Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel – professora
- Terezinha Vieira Corrêa – professora
- Vanessa Lima da Silva – bolsista de pesquisa
- Zélia Sá Viana Camurça – professora

Todas essas pessoas fizeram comigo este trabalho através de seus depoimentos e dos dados fornecidos. Foi um trabalho coletivo, com os quais divido os acertos, mas a sistematização do mesmo é da minha total responsabilidade.

Como se trata de uma história recente, em que muitos atores encontram-se vivos, reconheço minha limitação em interpretar suas ideias, deixando bem claro que o que foi aqui colocado direciona-se apenas para o tema central da dissertação. Com isto, quero dizer que a história é bem mais complexa e abrangente, sendo este trabalho uma pequena parte dela. Daí escolher o nome de: resenha histórica.<sup>1</sup>

Maria Estrêla Araújo Fernandes

Escrito em maio/1994

---

<sup>1</sup> Este livro abrange a história do Curso de Pedagogia da UFC no período de 1963 a 1990, e foi escrito em 1994, embora sua publicação só tenha se concretizado em 2014. Sua leitura, portanto, deve levar em conta a data em que foi produzido.



## SOBRE ESTE LIVRO

O texto que compõe este livro foi escrito em 1994, na forma de dissertação de mestrado da autora. Sua publicação em livro está acontecendo após vinte anos de espera. É, portanto, um livro datado e tem um contexto específico. Sua leitura exige “olhares do princípio da década de 1990”, momentos em que se discutia, com veemência, a oposição entre capitalismo e socialismo, e em que se sonhava com uma escola formadora de seguidores do materialismo marxista. A formação do educador foi atingida por esse idealismo, o que é perceptível no decorrer de sua leitura.

De lá para cá, quase vinte anos depois, o pensamento vai se moldando, amadurecendo e ampliando. O tom enfático fica mais suave; alguns fatos específicos tomam dimensões mais circunstanciais. As experiências ampliadas após a aposentadoria da autora na UFC e a inserção em outros trabalhos educacionais em instituições escolares e secretarias de educação provocam a sensação de que o aqui escrito está superado. Mas fatos históricos e registros de história não se mudam: se respeita. Daí a opção de deixar o texto intacto, correndo, inclusive, o risco de não ser entendido pelos que quiserem lê-lo com os “referenciais de hoje”. Este livro, portanto, é o retrato do “pensamento da autora naquele momento”. Que os leitores levem isto em consideração...

Ao escrevê-lo, a autora tem consciência de que:

1. A história escrita é mais limitada do que a história vivenciada. Não há, portanto, pretensão de abrangê-la em sua totalidade.
2. A ideia do livro tem um foco: a formação do educador do curso de Pedagogia da UFC (de 1963-1990). Todos os dados analisados passam por essa perspectiva.
3. É um livro “coletivo”, pois traduz o pensamento de várias pessoas que integravam o Curso de Pedagogia no período analisado. A escolha das “falas”, dos “momentos” e das “análises” é de responsabilidade da autora.
4. A história retratada prioriza a convivência em situações cotidianas profissionais, rotineiras e extraordinárias, bem como históricas.



## DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que fizeram e fizeram a história da Faculdade de Educação da UFC. Foi esta "casa de saber" que me acolheu como aluna do curso de graduação de Pedagogia (de 1965 a 1968), do curso de mestrado em Educação (de 1984 a 1990) e como professora, desde 1983 até hoje.<sup>1</sup> Foi nela que:

dirigiu minhas energias de jovem, despertando para a questão educacional;

conquiei e coloquei todos os meus sonhos profissionais;

concretizei todos os meus sonhos de mãe;

encontrei e vivi a educação.

Este livro é dedicado ao meu novo intelectual, ao meu novo trabalho, ao meu novo início de produção que poderá, a partir de agora, ser escrito por várias mãos. Afinal, como diz São Gregório de Nissa:<sup>2</sup> 'Aqui na terra sempre se vai de início em início, até o início sem fim'.

Participo deste livro, pois tenho no processo de criação

Maria Estréla Araújo Fernandes

Outubro/2013

<sup>1</sup> São Gregório de Nissa - Teólogo, místico e escritor cristão. Padre da Igreja e irmão de Basílio Magno, faz parte, com este e com Gregório Nazianzeno, dos assim denominados padres capadóciolos.

## DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que fazem e fizeram a história da Faculdade de Educação da UFC. Foi esta “casa de saber” que me acolheu como aluna do curso de graduação de Pedagogia (de 1965 a 1968), do curso de mestrado em Educação (de 1984 a 1990) e como professora, desde 1983 até hoje.<sup>3</sup> Foi nela que:

- direionei minhas energias de jovem, despertando para a questão educacional;
- coloquei e coloco todos os meus sonhos profissionais;
- concretizo (ou não) as minhas ideias e “utopias”;
- encontrei e encontro amigos que acreditam numa educação diferenciada e na luta pela formação do “novo intelectual”.

Participo desta história e acredito no espaço que a escola tem no processo de construção de uma nova sociedade.

Ao Maurício – companheiro de todos os momentos e aos meus filhos, Eveline, Mauricinho, Maurílio e Evelane, pela paciência em ceder o tempo precioso que poderia ser dedicado a eles.

<sup>3</sup> Aposentada em 1995.



Dedico especialmente este trabalho ao meu pai, JOSÉ OSWALDO DE ARAÚJO, pelo exemplo de homem íntegro, intelectual (autodidata), dedicado ao trabalho, plantando em mim o gosto pelo estudo.

Agradecimento especial:

À professora Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel pela disponibilidade em fazer uma cuidadosa revisão textual deste livro, proporcionando segurança à autora, depois de vários anos de sua escrita.

Ao aluno da Faced – UFC, Lucas Melgado da Silva e à secretária Leila Rangel pela dedicação na produção das capas, digitação e trabalho de impressão gráfica.

## APRESENTAÇÃO

*Emília Martins Velloso*<sup>4</sup>

A amiga Estrêla pede-me para que apresente seu texto. Uma estrela não precisa de apresentação. Ela brilha. E Estrêla tem um nome que vem bem a calhar – Estrêla é uma estrela. Em sua face resplandece o brilho da estrela pelo seu entusiasmo, pela sua fé, pela sua responsabilidade, pelo seu compromisso social e político. Conheço Estrêla há tantos anos! E sempre assim uma pessoa exemplar: como aluna, como professora, como coordenadora, como subchefe de departamento e como mãe. Que o digam seus filhos!

Seu texto é de evocação, de resgate. Confunde-se com sua própria história de pessoa e de educadora, ela que desde os mais tenros anos milita na sala de aula. Situando o curso de Pedagogia – curso de formação de professores – no conteúdo sócio-político-econômico e histórico da educação brasileira, Estrêla o enriquece e lança sobre ele uma grande luz. Resgatando sua criação no âmbito da antiga Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, mostra sua amplitude na Universidade que, certamente, foi restringida quando da Reforma Universitária, na qual, este curso de Pedagogia da UFC, sob a égide de Valmir Chagas<sup>5</sup> foi “cobaia”. Entretanto, suas conquistas históricas, sobretudo nos anos 1980, sua reformulação curricular numa

<sup>4</sup> Prof.<sup>a</sup> Emília Martins Velloso foi diretora da Faculdade de Educação UFC no período de 1987-1991.

<sup>5</sup> Prof. Raimundo Valmir Cavalcante Chagas foi fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e seu primeiro diretor, no período de 1969 a 1973.



perspectiva pedagógico-social o coloca como comprometido com a busca de uma educação crítica e criadora.

A pesquisa da Estrêla recupera a história da própria Faculdade de Educação, analisando sua trajetória desde os momentos em que “Paulo Freire não penetrava”, ou seja, era ausente a criticidade como prática comum, até o momento do pensar crítico e a contribuição dos movimentos sociais, inclusive estudantis, para tanto. O que se vê é que a escola vai a reboque das transformações da sociedade ao invés de ajudar a gerá-las, e só recentemente o educador começa a ver-se como sujeito histórico participante do projeto de transformação da sociedade que, para nós, seria revolucionário.

Estrêla foi cria desta Faculdade. Ontem como sua aluna, hoje como professora e subchefe de um departamento. Sua vida e a minha correm juntas desde o seu tempo de aluna do curso pedagógico, no início de minha carreira, e isso me faz mergulhar em lembranças. Em algum lugar da memória guardo Estrêla jovem, compenetrada, já professora do curso primário, coordenadora em seguida, e entendo desde então sua afirmação quando diz “ser a sala de aula um espaço mágico, pois lá se entrega totalmente”.

Como diz Ítalo Calvino<sup>6</sup> “cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma série de estilos”. O trabalho de Estrêla é esse resgate de vidas, de depoimentos e, nesse sentido, ela dá vida, dá existência a essas memórias. Lendo *Atas de Reuniões*, são pessoas que falam e o que foi dito no passado vem ao presente. Seu trabalho conserva o passado porque o vitaliza no presente. A gente o lê e vai pensando: eles trabalharam, eles lutaram.

Este trabalho de Estrêla é trabalho de vida, de sua vida. Resgatando documentos que revelam a história desta Faculdade, vitaliza-os com depoimentos recentes. Você leu, e ler, como diz Marilena Chaui,<sup>7</sup> “é retomar a reflexão de outrem, como matéria-prima para

<sup>6</sup> Ítalo Calvino foi um dos mais importantes escritores italianos do século XX. Participou da resistência ao fascismo durante a Segunda Guerra Mundial e foi membro do Partido Comunista Italiano até 1956.

<sup>7</sup> Marilena Chaui é professora de filosofia e historiadora de filosofia brasileira. Foi secretária municipal de cultura de São Paulo, de 1989 a 1992, durante a administração de Luiza Erundina.

o trabalho de nossa reflexão”. Sua pesquisa, Estrêla, está nas vozes dos que falaram, nos textos dos que escreveram e no seu coração que teve sensibilidade para isso ressuscitar. Você tenta refazer todo o trajeto deste curso, historicamente, ajuda-o a construir-se. O seu texto engendra nossos textos. Aquelas Atas que dormem numa estante, de repente, por um toque de sua varinha mágica, de lá saem e de suas páginas atores adormecidos ganham vida e passam a falar pela sua pena, pela sua boca. Você impede que se ignore hoje o que se construiu ontem. E o que era simples palavra, vira gente. A gente lê e a gente que vive nesta Faculdade há muitos anos, revive, ouve coisas familiares “como cheiro de café coado” e vai enriquecendo, com a nossa memória, a sua memória, com a nossa lembrança a sua lembrança. Você utiliza a palavra, o depoimento oral, e os escreve. E seus parágrafos viram pessoas, nomes, épocas, experiências. Experiências múltiplas, contraditórias, heterogêneas. Mas, como diz Walter Benjamin,<sup>8</sup> “é preciso acreditar que o porvir não é um ponto objetivo previsível, nem o tempo uma linha homogênea e vazia”, mas “a história é objeto de uma construção de um tempo saturado de agoras”. Por isso seu trabalho continua no dia a dia de todos nós que fazemos, porque amamos a Faculdade de Educação da UFC.

*Cansei-me de ser visão;  
agora sei que sou real em um mundo real  
e não olhei a ferrovia – mas o homem que sangrou na ferrovia,  
e não olhei a fábrica – mas o homem que se consumiu na fábrica,  
e não olhei mais a estrela – mas o rosto que refletiu o seu fulgor.*

(Paulo Mendes Campos)<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Walter Benjamin foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão. Entre as suas obras mais conhecidas, contam-se *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica* (1936), *Teses sobre o Conceito de História* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, Capital do século XIX*, enquanto *A Tarefa do Tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários.

<sup>9</sup> Paulo Mendes Campos foi repórter e, algumas vezes, redator de publicidade. Foi, também, hábil tradutor de poesia e prosa inglesa e francesa.



## Sumário

Introdução .....	25
Capítulo I Situação do Curso de Pedagogia da UFC no contexto socio-político-econômico e educacional do Brasil: uma síntese histórica .....	31
Capítulo II A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e do Curso de Pedagogia da UFC e seus primeiros anos de existência .....	73
Capítulo III O desenvolvimento do Curso de Pedagogia da UFC no contexto da reforma universitária .....	101
Capítulo IV O Curso de Pedagogia da UFC na década de 1980: sua reformulação curricular e perspectivas pedagógicas atuais .....	135
Capítulo V A questão das habilitações educacionais no Curso de Pedagogia da UFC: uma conquista histórica .....	123
Reflexões conclusivas e proposições .....	185

Bibliografia .....	197
Annexos, materiais e documentar .....	193

*A humanização do homem, que é a sua  
libertação permanente, não se opera  
no interior da sua consciência, mas na  
HISTÓRIA que eles devem fazer e desfazer  
constantemente*

Paulo Freire

## Sumário

Introdução .....	25
Capítulo I Situando o Curso de Pedagogia da UFC no contexto sócio-político-econômico e educacional do Brasil: uma síntese histórica .....	31
Capítulo II A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e do Curso de Pedagogia da UFC e seus primeiros anos de existência .....	73
Capítulo III O desenvolvimento do Curso de Pedagogia da UFC no contexto da reforma universitária .....	101
Capítulo IV O Curso de Pedagogia da UFC na década de 1980: sua reformulação curricular e perspectivas pedagógico sociais .....	135
Capítulo V A questão das habilitações educacionais no Curso de Pedagogia da UFC: uma conquista histórica .....	123
Reflexões conclusivas e proposições .....	185
Bibliografia.....	197
Anexos: material e documentação.....	203



## INTRODUÇÃO

*Não há prática pedagógica revolucionária,  
sem uma teoria pedagógica revolucionária*  
(PISTRAK, 1978)<sup>10</sup>



Prédio da Faced – UFC 1991

<sup>10</sup> Moisey Mikhailovich Pistrak (1888–1940) foi um educador socialista que viveu na Rússia e influenciou as ideias pedagógicas do período pós-revolução russa de 1917. Pouco se sabe de sua vida pessoal, somente o legado de sua obra. O livro mais conhecido do autor é *Fundamentos da Escola do Trabalho*, escrito em 1924, que é forte referência da pedagogia socialista da República Soviética.

Este trabalho parte do entendimento de que a educação é uma prática social construída historicamente e ligada diretamente às condições materiais de existência (infraestrutura) e à realidade subjetiva, ou seja, o modo de pensar e as concepções de mundo, do grupo social onde ela se realiza (superestrutura). A questão da formação do educador-fundamental na análise da problemática educacional brasileira – aqui é colocada como um dos elementos de um todo social muito mais amplo e complexo, superando a concepção limitada do pedagogismo ingênuo e idealista.

O referencial teórico utilizado nesta análise fundamenta-se em Gramsci no que se refere ao papel da educação e à formação do educador, no contexto das relações de produção da sociedade brasileira, capitalista, dependente. A apreensão da história é feita como processo fundado na contradição e no campo dos “possíveis”, opondo-se à perspectiva linear, fatalista-determinista das teorias reprodutivistas.

Como categorias amplas são trabalhados os conceitos de homem, bloco histórico, sociedade civil e política, senso comum, consciência crítica e o de “novo intelectual” desenvolvidos por Gramsci. Como categorias intermediárias, o perfil do educador “generalista” (de acordo com o modelo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras); do “especialista” em educação (conforme o modelo da Reforma Universitária/68); e do “generalista crítico” (pautado na concepção dialética da educação). As categorias específicas abordadas são os conceitos de competência técnica e compromisso político na formação do educador. A análise dessas categorias pressupõe entendimento da relação teoria-prática e divisão social do trabalho.

Como objetivo fundamental, o trabalho visa recuperar a história do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, analisando a sua trajetória pedagógico-social em relação à formação do educador, situado no contexto socioeconômico e educacional brasileiro e cearense. Abrange os três momentos da formação do educador no Brasil: do “generalista”; do “especialista” e do “generalista crítico”.

A revisão bibliográfica compreende a situação educacional do Brasil a partir, principalmente, de 1930, embora com limitações no que



se refere a informações e análises da educação no Ceará. Daí a necessidade de revisar documentos primários, muitos deles de difícil acesso.

A metodologia básica adotada é o Estudo do Caso, resultando numa análise descritivo-compreensiva, com ênfase nos aspectos qualitativos.

Toda análise do tema se encaminha para a proposta de superação da formação do especialista em educação, através de uma formação globalizante e crítica do educador, apresentada nas reflexões conclusivas e proposições.

A coleta de dados descritivos procedeu-se, além da pesquisa bibliográfica, em estudos de documentos, tais como: estatutos, regimentos, atas, propostas pedagógicas e relatórios, tanto locais como nacionais. Este estudo serviu como um resgate da origem e percurso do curso de Pedagogia da UFC, integrado na literatura pesquisada sobre o contexto sócio-político-econômico e educacional do Brasil. Esses dados me deram elementos para distinguir o discurso da prática – a práxis do curso – e detectar o tipo de educação subjacente a cada proposta.

Também foi utilizada a observação participante através de reuniões com professores, alunos e coordenação do curso.

Destaco aqui a nossa participação ativa nos momentos culturais da Faculdade de Educação,<sup>11</sup> cujo eixo temático versou sobre a questão da Universidade e do curso de Pedagogia. Foram realizados painéis de documentação da história do curso de Pedagogia da UFC, como forma de socializar os depoimentos e enriquecer a discussão

---

<sup>11</sup> Os momentos culturais eram encontros semanais de debates, com a presença de expositores sobre determinado assunto, promovidos pela coordenação do curso de Pedagogia da UFC. Em 1988 e 1989 foram realizados os painéis de documentação sobre a história do curso de Pedagogia da UFC, divididos nos seguintes temas:

1. A criação do curso de Pedagogia da UFC e seus primeiros anos de existência (1962-1968).
2. O curso de Pedagogia da UFC no contexto sócio-político e econômico do Regime Militar (1964-1968).
3. O curso de Pedagogia da UFC e a Reforma do Ensino Superior (1968 e década de 1970).
4. O curso de Pedagogia da UFC na década de 1980.
5. Perspectivas do curso de Pedagogia da UFC para o ano 2000.



do curso. Os dados coletados nesses painéis foram complementados com entrevistas individuais e coletivas, buscando, com elas, confrontar dados concretos. Os depoimentos dos professores, alunos e funcionários que participaram dos painéis de documentação e das entrevistas foram muito ricas no sentido de informar sobre a história real, a história viva do curso.<sup>12</sup>

Foram também aplicados alguns questionários, no final dos anos de 1987 e 1988, aos alunos e professores do curso de Pedagogia sobre o processo ensino-aprendizagem do curso, que me ajudaram muito na análise da práxis da competência técnica, proporcionando mais segurança para a elaboração deste trabalho.

Numa dinâmica mais dialética do trabalho, pude experimentar a construção da metodologia no próprio processo de construção da dissertação. Os painéis de documentação, por exemplo, não estavam previstos no princípio do trabalho, mas surgiram como uma necessidade de melhor sistematização da história e de maior envolvimento da comunidade universitária neste estudo que se caracteriza fundamentalmente como uma construção coletiva.

A meu ver, a necessidade e a oportunidade deste estudo encontram-se no sentido de contribuir para a solidificação da identidade do Curso de Pedagogia, na tentativa de redefinir e avançar sua proposta pedagógica no momento em que, em nível nacional, se processam debates e se exige da educação uma postura social e epistemológica mais clara e sólida.

Este trabalho, embora realizado com muita seriedade e disciplina mental, não é pretensioso no sentido de esgotar o assunto. Muito pelo contrário: pretendo com ele apenas “abrir portas” para um estudo mais minucioso do resgate histórico da nossa atual Faculdade de Educação, em toda a abrangência. Tenho a devida humildade de reconhecer a limitação das minhas investigações sobre o assunto, aumentada pela ausência total de acervo histórico da Faculdade e

---

<sup>12</sup> Participaram dos painéis realizados: 10 professores, 2 ex-alunos e 2 funcionários; e foram entrevistados 8 professores e a turma de alunos concludentes do Curso de Pedagogia de 89.2.



pela exiguidade do tempo, dispondo-me a participar, posteriormente, de uma pesquisa elaborada por um grupo de alunos e professores que estejam sensibilizados com essa questão.

CAPÍTULO 1  
SITUANDO O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC  
NO CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO-ECONÔMICO  
E EDUCACIONAL DO BRASIL: UMA SÍNTESE  
HISTÓRICA

CAPÍTULO I  
SITUANDO O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC  
NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICO  
E EDUCACIONAL DO BRASIL: UMA SÍNTESE  
HISTÓRICA



UFC ————— FFCL  
**TÉCNICAS EM EDUCAÇÃO 1968**

Capa do álbum de formatura  
Turma 1965 – 1968  
Curso de Pedagogia da UFC



## Antes de 1930

A realidade brasileira até 1930 é marcada por uma economia agroexportadora, com influência da Primeira Guerra ao final do período. Os fazendeiros (classe dominante) foram sempre beneficiados pelos altos lucros das produções agrícolas, enquanto que a classe dominada, trabalhadora da terra, perecia em suas necessidades básicas fundamentais. Além dos bens materiais, o poder político e o poder cultural também eram detidos pelos dominantes.

A educação brasileira, assumida inicialmente pela sociedade civil, através da Igreja, sempre atendeu aos objetivos da classe dominante. Com a Reforma de Pombal, a sociedade política oficializou a educação como “instrumento ideológico do Estado”. Esta, na maioria das vezes, agiu com descaso em relação à educação, tendo interferências diretas somente a partir de 1900.

Em muitos momentos, a sociedade civil se organizou em oposição à sociedade política, sendo abafada quer ideologicamente (através de coronelismo, por exemplo), quer pela força, como nos movimentos escravagistas da Inconfidência Mineira e da Revolução de 30.

No Ceará, a situação da classe dominada era mais séria, devido à própria situação de pobreza agrícola e técnica, de dependência regional e internacional. O povo, subjugado à classe dominante econômica e política, através também de sistemas populistas como o “coronelismo” e o “clientelismo”, era obrigado a abandonar as terras levando a um grande movimento migratório do interior para as grandes cidades.

A educação cearense, assumida pela sociedade política, não saiu de uma situação de precariedade, apesar do aumento do número de escolas e das várias reformas pedagógicas ocorridas. A reforma mais consequente foi a de Lourenço Filho, mas pouco resultado prático teve, pela própria distância entre as realidades da super e da infra-estrutura. Enquanto a sociedade política legislava em favor da classe dominante, a sociedade civil vivia uma realidade de analfabetismo e marginalização econômica, política, social e cultural.

O ensino superior cearense não passou da criação de três faculdades isoladas com o (mesmo) propósito de educação clássica e “formação técnico-profissionalizante”. Surgiram para atender a classe dominante nos seus anseios de estudos mais superiores, formando os homens que dominavam o poder econômico, político e cultural. Enquanto isso, a grande maioria da população continuava analfabeta ou frequentava um ensino primário desqualificado, o que levava a um índice alto de evasão escolar. O ensino secundário, mais valorizado pelo Estado, proliferou-se através das escolas e colégios particulares – meio que a sociedade política encontrou de transferir o dever social de Estado para um seu fiel representante na sociedade civil.

Em relação à questão da formação do educador, podemos concluir que, até 1930, no Brasil, predominou, com exceção dos Jesuítas, o educador “leigo”.

O mister do professor primário era em regra exercido pelo secretário da câmara respectiva. Esses mestres ensinavam, segundo o seu regimento, não só a boa forma dos caracteres, mas também as regras de ortografia portuguesa e sintaxe, as quatro operações aritméticas simples, o catecismo cristão e regras de civilidade. A instrução secundária, isto é, o estudo de humanidades cifrava-se no ensino da língua latina (ARARIPE, 1867, p. 128).

As primeiras escolas normais que apareceram, a partir de 1800, não tinham qualquer consistência, abrindo e fechando quase que imediatamente por falta de condições de funcionamento.

A partir daí, no setor público, houve várias tentativas de melhoramento das Escolas Normais, mas a grande proliferação dessas escolas se deu no setor privado.

Foi somente a partir de 1920, com o aparecimento do movimento Escola-Nova, e, no Ceará, com a vinda de Lourenço Filho, que a questão da formação do educador e, conseqüentemente, da eficácia das Escolas Normais, é colocada como prioritária na discussão educacional.



## De 1930 a 1945

A primeira fase do Modelo de Substituição das Importações, contida no período de 1930 a 1945, surgiu como uma exigência da crise interna cafeeira e da crise mundial, levando a mudanças estruturais básicas e a uma nova configuração das classes sociais pelo surgimento de uma nova burguesia urbano-industrial. O mecanismo usado pela sociedade política para a manutenção do poder foi o “populismo” – forma urbanizada do “coronelismo”. O populismo, como ideologia, revelou claramente a ausência total de perspectiva para o conjunto da sociedade, pois a massa a ele ligada se entregava de mãos atadas aos interesses dominantes. O Ceará, com predominância das produções agrícolas do algodão (polígono das secas), sofreu um processo de decadência pelas consequências diretas, no mercado internacional, da 2ª Guerra Mundial e pelo desenvolvimento agrícola-industrial da Região Sudeste, levando o Nordeste a uma situação drástica de dependência e até marginalização produtiva. Os grandes produtores (classe dominante) conseguiram se modernizar tecnicamente, mas os pequenos (classe dominada) entraram num processo intenso de proletarização, acarretando um movimento grandioso de migração, principalmente para os seringais amazônicos. A Revolução de 30 em nada mudou as bases infraestruturais do Ceará e as relações de poder, de dominação, continuavam nas mãos dos proprietários de terra e dos políticos, que em muitos casos eram os mesmos. A oligarquia rural continuava.

Na educação brasileira houve, com os movimentos da sociedade civil, mais consciência por parte da sociedade política da importância da educação, muitos influenciados pelo “idealismo educacional”. O Estado se apropria da educação para legitimar o sistema capitalista e treinar o trabalhador para a exploração da mais-valia. Para isso são criados os cursos profissionalizantes (para a classe pobre) e os cursos humanistas (para as elites), clarificando a divisão social na educação. Há um despertar pela educação popular, uma educação popular pública que a sociedade política sempre concilia



com os interesses dominantes (ver Constituição de 1937), mas na ótica da sociedade civil tem que ser uma luta assumida pela sociedade para que o Estado não fuja de sua função de ter a “escola como instituição social”. Foi neste espírito que surgiu o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, movimento de educadores representantes da sociedade civil (classe média, intelectuais orgânicos), causando uma reação violenta dos representantes do poder na sociedade civil, principalmente em relação às ideias de laicidade, coeducação e monopólio educacional do Estado. A universidade brasileira é criada pela sociedade política, em 1934, e o Ensino Superior recebe uma administração federal através de leis explícitas. As lutas da sociedade civil neste aspecto não foram consideradas. Podemos concluir que o caráter revolucionário que teve a Revolução de 30, quando estava em nível da sociedade civil, foi totalmente desfeito quando foi assumida pela sociedade política – o Estado. A legislação educacional é sempre um instrumento utilizado pela sociedade política para a consolidação da visão conservadora. O máximo que a legislação pode fazer é atualizar-se, mas ela representa sempre um pensamento hegemônico dominante. Assim aconteceu, também, em todos os instrumentos legislativos criados nesse período.

No Ceará, as inovações educacionais nesse período aparecem como resposta às necessidades da infraestrutura. Daí o surgimento dos cursos rurais (Escola Normal Rural), o combate ao analfabetismo, o curso prático de classificação do algodão, o ensino agrícola ambulante. Era a crença na educação como meio de solucionar os problemas da má qualidade de mão de obra, migração rural etc. O que houve de novo na educação cearense foi nestes aspectos citados. O restante continuou no mesmo estágio do período anterior: uma educação tradicional com grande conotação humanista-clássica e voltada para as elites. O espírito da Escola Nova em pouco penetrou nas escolas. O ensino superior aumentou com a criação de duas Faculdades (Ciências Econômicas e Enfermagem) e foi iniciado o debate, entre educadores cearenses, da criação de uma Universidade do Ceará que, embora com cunho tradicionalista, defendia uma forte



tendência ao regionalismo. Foi, portanto, um debate desencadeado pela sociedade civil cearense, através de seus intelectuais.

Foi nesse período que surgiram as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, no modelo da Universidade de São Paulo (USP). A formação do educador, então, dá um salto para o nível de 3º grau e essa Faculdade é colocada como centro de toda a Universidade. No Ceará, abrem-se novas experiências com a Escola Normal Rural de Juazeiro que realiza um projeto diferente de formação de professores da zona rural. Também as Escolas Normais passam por um grande movimento de reformulação curricular com o objetivo de adaptar seus currículos aos princípios e estrutura da Escola Nova.

### **De 1945 a 1964**

Foi no período de 1945 até 1964 que foram criados a Universidade Federal do Ceará (1955) e o curso de Pedagogia da UFC (1962), pertencente à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Ceará, criada pela Lei nº 3.866, de 25.1.61, num contexto histórico brasileiro de muito confronto político-ideológico. A sociedade política no Brasil estava comprometida com um projeto econômico de substituição das importações, mesclado pelo capital estrangeiro e pela indústria refinada internacional, entrando em choque e até estrangulando o desenvolvimento capitalista industrial mais autônomo – motivo da dependência do Brasil, principalmente em relação à economia americana. Esta situação dá origem ao processo de desenvolvimento internacional e ao arrocho salarial. A classe trabalhadora, aos poucos, vai sendo excluída do poder de consumo.

No plano político, o país se compromete com um projeto populista nacional-desenvolvimentista, utilizando, através dele, uma manipulação protecionista. Os momentos de pique da inflação são os momentos mais populistas.

Existe, portanto, um confronto permanente neste período entre os modelos econômico e político, levando os governantes a se

posicionarem ora por um aspecto, ora por outro, ou mesmo, a “forçarem” a sua coexistência.

Quando a ideia do curso de Pedagogia estava sendo discutida, o Brasil saía de um clima de euforia nacional e de otimismo e confiança nas possibilidades do país e do povo, com Juscelino,<sup>13</sup> embora tivesse sido o período de maior comprometimento com o capital estrangeiro; e entrava numa crise política provocada, principalmente, pela renúncia de Jânio Quadros,<sup>14</sup> e não aceitação da sucessão de João Goulart.<sup>15</sup> Embora em conflito, em nível de sociedade política, foi no governo de Jango que a sociedade civil teve maior abertura para expressar as lutas de ânsia de participação econômica (maior acesso aos bens de consumo) e participação política (maior acesso aos mecanismos de decisão), através das lutas populares, de campanhas em favor de preceitos democráticos e do movimento de autonomia da classe operária. A polarização da tendência populista assumida pelos setores populares, intelectuais da classe média e Estado Populista entrava em choque com a tendência antipopulista composta de parcelas da classe média, da burguesia nacional, do capital estrangeiro e das antigas oligarquias. As consequências mais claras desse conflito foram o aumento da massa operária urbana, num processo de maior proletarianização do trabalhador (somente 10% da população nacional consumiam 80% dos produtos industrializados numa tecnologia cada vez mais sofisticada); a acumulação concentrada na camada privilegiada da mais-valia se beneficia ainda mais; a radicalização do movimento operário e estudantil; a politização dos sindicatos operários e a formação da classe média dividida entre o compromisso com as lutas populares ou com o capital estrangeiro.

É claro que a criação de um curso nessa época sofreu consequências de todo esse contexto. Destaco a euforia da criação da Universidade do Ceará e o seu compromisso explícito com o pro-

---

<sup>13</sup> Presidente do Brasil de 1956 a 1960.

<sup>14</sup> Presidente da República durante sete meses no ano de 1960.

<sup>15</sup> Vice-presidente da República que assumiu a presidência em 1961.



jeto nacional-desenvolvimentista. A Universidade tinha, na época, um papel de maior destaque e era reconhecida como instrumento útil para a formação da consciência nacionalista. Nos objetivos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e no próprio currículo do curso de Pedagogia, identificamos o compromisso da Universidade com este projeto. É o caso da disciplina “Educação para o Desenvolvimento”, constante do primeiro currículo de Pedagogia.

O clima era favorável à disseminação da Universidade e esta era respeitada pela sociedade política e pela sociedade civil. A Universidade Federal do Ceará gozava de grande prestígio nos seus primeiros anos de existência, e todos os projetos regionais passavam por sua coordenação.<sup>16</sup>

Em nível de sociedade civil, o reflexo deste contexto é direto no movimento estudantil através dos movimentos de cultura popular liderados, principalmente, pelos estudantes. O nível de politização das entidades estudantis é muito perseguido e o ideal da luta nacionalista é colocado nas suas práticas democráticas. O Brasil estava vivendo um dos períodos mais ricos em termos de participação popular. Temas como “Luta contra a pobreza”, “Democracia e Justiça Social” e “Democracia Econômica” eram discutidos pela população.

O Ceará, com sua característica de estrutura rural arcaica e de economia ligada ao mercado exportador internacional, entra no ritmo da industrialização de forma lenta e emperrada, sufocado pelas crises internacionais e pelo desenvolvimento industrial mais acelerado das Regiões Centro e Sul. Todos os benefícios do progresso chegavam atrasados no Ceará, que acumulava em sua realidade as dificuldades de uma transição econômica indefinida. É claro que, nesse quadro, os grandes proprietários, a classe privilegiada, tinham suas saídas, inclusive se aproveitando dessa situação. O povo, tra-

---

<sup>16</sup> O atual diretor do Centro de Ciências da UFC, prof. Antônio Albuquerque Sousa Filho, declara, em um Momento Cultural, promovido pela atual Faculdade de Educação da UFC, em 23/8/89, que “nos primeiros anos de existência, a Universidade do Ceará avançou bastante no estudo da problemática regional e do ensino, e foi a universidade que mais cresceu na época, chegando a ser considerada a 5ª do Brasil a receber mais verba.”



balhador rural e operário, é que sofria as consequências desastrosas desse modelo econômico, tornando-se um dos estados mais pobres do país. Contraditoriamente, é esse povo que assume lutas populares importantes lideradas pela intelectualidade da classe média, como foi o caso dos movimentos estudantis cearenses, que se tornaram prioritários em todo o país.

O regionalismo, altamente valorizado nos discursos políticos, entra em cheio com o lema da nossa universidade: “do regional para o universal”. O curso de Pedagogia, como consequência, assimila o lema e coloca no seu currículo disciplinas que o justifique, tais como “Problemas Educacionais do Nordeste Brasileiro”. O conflito, porém, entre o discurso político e os fatos reais se agrava na medida em que o Nordeste é quase sempre “esquecido”, como prioridade nacional, apesar dos vários projetos como USAID/Sudene/Openo, assim como na área educacional o PNA/MEC/USAID. A euforia nacionalista não atinge o povo e não supera a sua condição de miséria. Parece que o Brasil deles é outro. Percebi que o curso de Pedagogia da UFC sofreu grandes consequências da realidade nacional pela própria condição de pertencer a uma universidade federal. A euforia nacionalista lhe tocou muito forte.

Na área educacional, surge um novo confronto entre a sociedade política e a sociedade civil. Enquanto a primeira discute uma lei defasada, que prioriza a educação privada, a sociedade civil luta pela democratização do ensino, pela escola para todos e pela diminuição do índice de analfabetos. Ambas, porém, são tomadas pelo “otimismo educacional”, acreditando que a educação resolveria todos os problemas. Este “otimismo” é usado para interesses completamente opostos; para a sociedade política, para fins eleitorais e ideológicos com afirmação do poder da classe dominante: a escola passa a ser o grande trunfo. Lembramos aqui o discurso de “igualdade de chances, ignorando as diferenças sociais”. Para a sociedade civil, principalmente a intelectualidade da classe média, a escola aparece como instrumento de luta popular e de formação de uma consciência histórica. É lógico que essa ideia não foge ao “idealismo educacional” e que, em ambos os casos,



o projeto burguês se beneficia. Para o povo, é despertada a motivação para o estudo que é sistematicamente frustrada.

A corrente filosófica mais forte que influencia a visão de mundo, de sociedade, na área educacional, é o humanismo personalista, com a visão da pessoa humana como sujeito da história e não como objeto, numa perspectiva individualista e não coletivizada, da sociedade harmônica e sem contradições; da educação como instrumento de transformação do mundo; e do relacionamento humano fraterno e solidário.

A visão contraditória do mundo e do confronto de classes sociais somente eram estudados e discutidos por um pequeno número de intelectuais e estudantes influenciados, principalmente, pela teoria marxista e pelo partido comunista do Brasil (PC do B). Apesar disto, essa filosofia dominante aparece como avançada para uma época em que predominavam as relações sujeito-objeto entre os homens, de uma forma hegemonicamente entusiasta provocada pelo progresso industrial. A consciência política de que o “homem é sujeito da história”, embora limitada, era um avanço importante no entendimento das relações sociais. Em termos, porém, de atendimento aos interesses realmente populares, sabe-se que essa filosofia reforçava a elite burguesa pela própria visão ingênua da realidade social harmônica e sem contradições. A busca da fraternidade humana, intensificada pela Ação Católica, camuflava os conflitos sociais, colocando-os num aparente “clima harmônico”, dominado pela elite burguesa. É lógico que, no real, aos poucos essa visão era questionada, levada pelos próprios conflitos internos ou externos que extrapolavam qualquer camuflagem. Foram os casos, por exemplo, dos conflitos vividos entre a chamada “JEC burguesa” e “JEC proletária”; entre a JUC mais espiritual e a JUC mais política; entre o PC do B e o PCB, conflitos estes basicamente ideológicos. Mesmo em nível de sociedade política, a ideia de “harmonizar interesses opostos” levou a posturas políticas governamentais insustentáveis, como o caso de Jango na sua tentativa de “colaboração de classes”.



Não podemos esquecer, porém que foi de fundamental importância para o projeto nacionalista e para o “ideal histórico” da época, as lutas dos Movimentos de Cultura Popular pelas transformações de estruturas econômicas, sociais e políticas do país (embora o modelo para o qual se queria mudar fosse de cunho socialista utópico: “social democracia”); pela construção de uma sociedade mais justa e mais humana; pelos rompimentos dos laços de dependência do país com o exterior; e pela valorização da cultura autenticamente nacional do povo (também uma questão muito discutida nos movimentos de cultura popular). Esses movimentos influenciaram diretamente na educação formal e vice-versa, pois eram assumidos basicamente por estudantes secundaristas e universitários, formando a “consciência social básica da juventude da época”. A UFC, através das entidades estudantis, participou diretamente da AP (Ação Popular) que, por sua vez, foi responsável pela hegemonia dos movimentos estudantis cearenses da época. No curso de Pedagogia, em termos curriculares, pouco se estudava sobre a cultura popular emergente, mas seus líderes estudantis foram membros ativos da AP.

Não se pode, portanto, negar o avanço histórico que os Movimentos de Educação Popular legaram à sociedade brasileira, num momento em que existia uma crise econômica em face ao impasse do modelo de substituição das importações e uma crise política diante da exaustão do Estado Populista. Vivia-se um confronto ideológico gerado pelo IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – bloco nacionalista reformista ligado ao governo Goulart e suas alianças *versus* o bloco conservador-modernizante ligado à burguesia brasileira e que assumia o chamado “capitalismo associado”. Entretanto, este é considerado um dos momentos de consciência histórica mais rico do nosso povo, apesar de toda a avaliação crítica que se possa fazer. A juventude, principalmente, participava do debate político do país e os problemas nacionais eram desvendados para a população. O clima de denúncia é intenso, as experiências e propostas de solução são ricas, embora se questione o referencial de análise da problemática básica. Há tentativas, há criatividade, há



ousadas. Por todos os lados do país, o fervilhar participativo é intenso. Abrem-se horizontes e crescem as esperanças. O projeto social, no princípio opaco, aos poucos se clareia pelas próprias avaliações e autocríticas dos movimentos. Lembro-me aqui de um depoimento da professora Luiza Teodoro – “uma das cabeças-chatas do *Livro da Professora*” que fala na crença da juventude daquele tempo em relação à transformação do país:

A nossa geração naquele tempo tinha uma postura curiosa. Nós tínhamos uma grande vantagem e uma grande desvantagem. A grande vantagem é que nós tínhamos a sensação de que poderíamos transformar o mundo. Isso era uma coisa que de fato acontecia. A gente sentia o mundo muito aberto à nossa frente. [...] A gente estava procurando um método de trabalho educacional para que o povo pudesse participar da construção desse país que nós acreditávamos naquele tempo, que tínhamos a possibilidade de fazer juntos (CAVALCANTE, 1988).<sup>17</sup>

O Brasil vive, o Brasil vibra, o Brasil confronta. Nesse contexto, a classe conservadora privilegiada se sente ameaçada, se organiza ou mata esse ritmo de vivência democrática de uma sociedade.

Os debates sobre o ensino superior também se intensificam em torno de uma reforma universitária, demonstrando o grau de insatisfação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1961, já ultrapassada desde sua implementação. Os regimentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1961 e 1964) e os Estatutos da UFC (1962 e 1963) foram bastante influenciados, em suas características básicas, pela LDB/61, cuja defasagem já era questionada na ocasião de sua aprovação. Isto prova que a legislação brasileira sempre está à margem do sistema vigente. Lembro aqui as palavras do professor Antônio Martins Filho que, ao instituir os seminários anuais de

---

<sup>17</sup> Trecho tirado da entrevista feita pela professora Maria do Carmo Borges Cavalcante sobre o *Livro da Professora* (ver CAVALCANTE, 1988).



professores da Universidade Federal do Ceará, dizia que eram uma forma de “contornar a rigidez dos regulamentos”.

A busca de criar uma “universidade realmente brasileira” continuava e fazia reviver projetos como de Anísio Teixeira. A experiência da Universidade de Brasília avançou nessa ideia, mas novamente fora interrompida. A Universidade do Ceará tenta, através da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como centro cultural da Universidade e Institutos Básicos de Pesquisa, experienciar este modelo, superando o modelo inicial europeu (principalmente francês) de centralização no ensino de graduação. A luta universitária era de superar o transplante cultural, tão característico do ensino brasileiro, através de um modelo genuinamente brasileiro. O “regional” foi intensamente vivido e oficialmente confirmado pelo Estatuto da Universidade do Ceará como busca de uma característica própria. Percebi, entretanto, que em termos epistemológicos, os programas dos currículos, como o do curso de Pedagogia, se atrelavam à cultura europeia e americana. O psicologismo darwiniano, portanto, de conotação fisiologista, era uma das tendências do currículo do curso. É por isso que Darcy Ribeiro coloca que, na prática, a universidade brasileira limitou-se a ser órgão de repetição e difusão do saber elaborado em outras realidades, tendo pouco contribuído para a integração nacional consequente de uma análise crítica da nossa realidade.

A educação cearense viveu intensamente esse confronto entre o transplante cultural e a construção do saber próprio do brasileiro. Lembro aqui o confronto na linha teórico-metodológica que se deu por ocasião da implementação do *Livro da Professora*, entre os educadores cearenses e a equipe do PABAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar. Em última análise, isto fazia parte do confronto maior entre a internacionalização e o nacionalismo.

Outro confronto iniciado na época, de forma mais intensa na educação, foi entre o “técnico” e o “humano”. A influência humanista na educação já era uma herança secular, a partir dos jesuítas, e que se renovava a cada modelo surgido. O técnico, porém, surgido com a industrialização e justificado pelo positivismo, foi penetrando he-



gemonicamente, visto que explicava, ideologicamente, a “pseudoneutralidade” tão benéfica às classes dominantes. O embate era visível na legislação educacional (veja os objetivos citados nos estatutos da UFC) e a respeito disso, muitas foram as declarações explicativas do professor Antônio Martins Filho,<sup>18</sup> tentando a coexistência das duas linhas. Fazia parte deste confronto já as discussões em torno da formação do especialista ou do profissional de cultura geral.

Em momento algum, entretanto, foi citado, com objetivo explícito da educação e da Universidade, especialmente, o desenvolvimento do pensar crítico. Apesar de Paulo Freire já ter desenvolvido, nessa época, estudos sobre a consciência ingênua e a consciência crítica, este tipo de análise não penetrava no ensino formal, nem nos cursos de pedagogia de universidades. A visão ingênua e individualista do humanismo, o preconceito social forte contra o marxismo, impedindo a divulgação de teorias críticas e a solidificação do sistema capitalista pela industrialização, deram abertura à penetração, nessa fase inicial, de uma nova linha epistemológica, o tecnismo, que caracterizou basicamente a fase de 1964 a 1980.

A universidade brasileira, internamente, sofreu confronto de poder, estando de um lado o modelo centralizador de decisões (Congregação de Professores Catedráticos, Conselho Universitário), e de outro, a busca de maior participação de docentes e estudantes. Lembro aqui o atrelamento dos diretórios acadêmicos à Congregação; e a greve para garantir 1/3 de participação de estudantes nos colegiados superiores da Universidade. A participação política dos funcionários, até esse período, era quase inexistente. É importante constatar que, enquanto o movimento estudantil avançava em seu projeto político, nos Estatutos da UFC, as Associações de Classe tinham caráter recreativo, cultural e assistencialista, comprovando mais uma vez a lentidão da legislação em relação ao fato real.

---

<sup>18</sup> Antônio Martins Filho foi um dos mais eminentes fomentadores da fundação da primeira universidade do Ceará, tornando-se "O Reitor" da vindoura instituição, quando da sua fundação, em 1954, a atual Universidade Federal do Ceará.

A marca principal, porém, das transformações por que passou o Brasil no último quarto de século é caracterizada pelo poder do Estado em relação às forças sociais. Apesar disso, as mudanças verificadas, nesse período, podem ser sintetizadas em:

- aumento populacional acelerado;
- aumento da população urbana e decréscimo da rural;
- aumento do setor secundário (comércio) e diminuição do primário (agricultura);
- aumento do número de assalariados urbanos e de operários da indústria;
- extensão rápida das relações capitalistas no campo;
- proletarianização das grandes massas camponesas;
- substituição de velhos latifúndios por empresas rurais capitalistas;
- aumento dos assalariados rurais e diminuição dos pequenos camponeses.

A transformação geral das condições de vida implica uma alteração nas posições das diferentes classes sociais e na própria constituição interna de poder e reprodução das classes. O Estado, que assumiu politicamente essas transformações num movimento chamado Populismo, começa a ameaçar a ordem social, sendo substituído pelo Estado Militar (1964).

Em síntese, podemos perceber que o confronto maior de interesses opostos de classe social perpassa todas as esferas. Por um lado, concentra-se o interesse da classe dominante, expressado no compromisso com o mercado internacional, com o populismo e o clientelismo, com a empresa privada (inclusive na área educacional), com os projetos MEC (Ministério da Educação), USAID (United States Agency for International Development, Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), AZIMOV, PABAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar), com a centralização do poder nas universidades, com o transplante cultural e com a LDB/61.



No outro lado, estavam os interesses populares, assumidos pela intelectualidade da classe média e pelos sindicatos operários, que se manifestavam através das campanhas nacionalistas dos movimentos de cultura popular, das lutas pela democratização do acesso à escola, pelo fim do analfabetismo, pela autonomia universitária, pelas experiências novas na área educacional, pela politização dos operários e estudantes, dentre outros.

Esse confronto, agora mais nítido e menos camuflado, caracteriza a realidade vivida no período de 1945-1964 no Brasil.

Toda essa contextualização, feita no primeiro momento da formação do Educador, explica, direta e contraditoriamente, o tipo de educador formado nos cursos de formação de educadores até então existentes. É o “educador generalista”, bastante influenciado pelo humanismo moderno, que tinha como base a cultura geral, com fundamentação histórica, filosófica, psicológica, mas que partia de uma concepção harmônica da sociedade. Embora se observasse um início da formação do especialista, não há dúvida de que a predominância até 1964, no Brasil, foi da formação do educador de cultura geral.

## De 1964 a 1980

*Ainda que seja loucura, ela tem sua lógica*  
(Polônio, em *Hamlet*, tradução livre).<sup>19</sup>

O segundo momento da formação do educador no Brasil, delimitado por nós, abrange todo o período da ditadura militar, que vai dos anos de 1964 a mais ou menos 1980, e tem como característica básica a “formação do Especialista em Educação”, assumindo a divisão social do trabalho no interior da escola. É o caráter cartorial das funções do administrador, supervisor, orientador – ênfase dada

<sup>19</sup> William Shakespeare (Stratford-upon-Avon, 23 de abril de 1564 — Stratford-upon-Avon, 23 de abril de 1616). Foi um poeta e dramaturgo inglês, tido como o maior escritor do idioma inglês e o mais influente dramaturgo do mundo.

pelo Estado autoritário à questão administrativa da escola – fracionando o ato educativo em especializações técnico-burocráticas.

A história do Brasil, neste período, explica a opção por este tipo de educador.

Economicamente, esse regime reforça o poder capitalista, concentrando mais a propriedade e as rendas e oferecendo novas vantagens aos capitais estrangeiros.

Inicialmente, o projeto militar era de cunho predominantemente político: liquidar, pela força, movimentos sociais e políticos que ameaçavam a ordem vigente e restabelecer a confiança e a coesão das classes dominantes. Depois, com a crise do Estado burguês, foi necessário aplicar uma política econômica anti-inflacionária que, conforme Sader (1982), “enfrentasse a crise a partir da contenção do consumo, sobretudo reduzindo os salários reais e os créditos públicos, oferecendo novas garantias aos capitais estrangeiros...”.<sup>20</sup>

O golpe militar contou, de início, com o apoio de um amplo movimento civil de classe média organizada pela maioria das representações ideológicas da burguesia: partidos, grande imprensa, Igreja. Os militares tinham um discurso ideológico de proteção às instituições em geral, de censura à imprensa e a todas as formas de expressão (literária, musical, plástica etc.).

A contestação e a criatividade eram radicalmente reprimidas, o que levou à formação de uma juventude dependente e copiadora de “modelos”, principalmente os divulgados pelos meios de comunicação em massa.

A partir de 1974, o regime começa a ser objeto de lento e crescente processo de desgaste, iniciando o período de transição política, tão indefinido em sua significação. Para os militares, “uma continuação da Revolução de 64”, mas, na verdade, a transição se dá porque o “modelo” se esgotou e a própria liderança político-militar busca efetuar a passagem “sob controle” para outro modelo.

Em termos de sociedade civil, apesar de ter havido um avanço

---

<sup>20</sup> Nos quatro primeiros anos do golpe, o poder aquisitivo do proletariado foi reduzido a 25%.



na vanguarda operária, com ultrapassagens das lideranças locais em relação à tradicional relação paternalista entre políticos demagogos e massa carente e de realizar-se uma aproximação entre lideranças operárias e camponesas, principalmente com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, é inegável que havia uma distância entre a parcela mobilizada da população e os setores acomodados numa rotina imposta pela ideologia dominante. Em síntese, a luta operária só conseguiu avançar, nesse período, até os interesses de caráter sindical ou de defesa de interesses econômicos de classe ou categorias, não chegando a constituir uma consciência que lutasse por um novo projeto de sistema político. Mas a mobilização da sociedade civil já aparecia, congregando artistas, jornalistas, intelectuais e estudantes, surgindo músicas, peças teatrais, filmes e pequenos jornais que mostravam, ainda de forma tímida, os problemas do país.

Já ao nível de sociedade política, é na passagem do governo de Geisel para o de João Baptista de Oliveira Figueiredo, com sua frase célebre: “Hei de fazer deste país uma democracia”, que é tomada uma série de medidas que alteraram o quadro político, tais como: a anistia dos presos políticos, exilados e perseguidos – sendo consequência de um amplo movimento da sociedade civil;<sup>21</sup> a supressão da censura oposicionista; a tolerância frente à mobilização sindical e às manifestações de oposição. Entretanto, com algum tempo, novos mecanismos de repressão limitaram essas medidas. Esses mecanismos eram novos e não baseados em Atos Institucionais.<sup>22</sup> Mas o governo criou leis que lhes permitiram tomar medidas duras em casos considerados de crises.<sup>23</sup> Sader (1982) concluiu que a “passagem po-

---

<sup>21</sup> O projeto de anistia para os presos e exilados políticos, aprovado em agosto de 1979 pelo Congresso Nacional, não beneficiava todos os punidos. A partir daí, milhares de brasileiros começaram a retornar. Cada um que chegava era recebido com festa por seus parentes e velhos companheiros de luta.

<sup>22</sup> O Ato Institucional nº 5 foi extinto de 1978, ao final do governo de Geisel.

<sup>23</sup> Apesar da abertura, muitos brasileiros tiveram que enfrentar a intolerância da política em várias ocasiões. “Na greve dos metalúrgicos da capital paulista, em outubro de 1979, por exemplo, o operário Santo Dias da Silva, de 32 anos, pai de dois filhos, foi morto com um tiro. Seu enterro, seguido por 10 mil pessoas, transformou-se numa passeata de protesto”.

lítica” se deu entre um “regime militar autoritário” para uma “democracia autoritária”. Foi uma “transição sob controle”. É assim que se inicia a década de 1980, com o avanço pragmático da “democracia autoritária”, elitista, ainda bem distante dos problemas cotidianos e populares, em nível de sociedade política, mas com crescente mobilização operária e popular e fortes buscas de autonomia, em nível de sociedade civil, apesar da marca nefasta deixada na memória do povo brasileiro pelo golpe de 1964.

É neste contexto macroestrutural que se insere a política educacional no período de 1964-1980, usando o sistema estruturado para assegurar o controle do Estado. É a educação que novamente se coloca a serviço dos interesses econômicos.

As primeiras diretrizes formuladas por este governo, como norteadoras da futura política educacional, já foram fixadas no início do governo Castello Branco. Estão contidas nas declarações feitas pelo Presidente aos Secretários de Educação de todos os estados, em meados de 64: o objetivo do seu governo seria restabelecer a ordem e a tranquilidade entre estudantes, operários e militares. Excluindo o grupo de militares, podemos dizer que, com a nova legislação, promulgada pelo governo militar, visa de fato criar um instrumento de controle e de disciplina sobre estudantes e operários” (FREITAG, 1986, p.78).

Observamos que a educação tornou-se um grande negócio para a acumulação do capital e que toda a legislação educacional do Regime Militar tenta enquadrar a educação nos ideais da “Revolução” e utilizá-la como aparelho ideológico do Estado, tanto para a formação da mão de obra necessária à indústria desenvolvimentista, como para inculcar os valores de submissão patriótica tão radicalmente perseguidos. A Lei 5692/71, por exemplo, surge, no seu aspecto profissionalizante, como um atenuante à pressão social de acesso à universidade e assegura a reprodução das relações de classe: uma minoria, da classe dominante, continuaria os estudos



na universidade; a maioria, da classe dominada, ingressaria, após o 2º grau, no mundo do trabalho com uma profissão definida. E a economia nacional seria beneficiada, pois o sistema de ensino se transformaria em “fábrica de mão de obra qualificada”. Diga-se de passagem que essa “profissionalização” foi totalmente fracassada, apesar dos altos investimentos nela colocados tanto na escola pública, como na particular. Luiz Antônio Cunha (1985, p. 62–72) faz uma análise interessante desse aspecto quando situa a defasagem da preparação da mão de obra artesanal na escola e o processo de industrialização sofisticado implantado na época.

Esse panorama desolador é bastante para denunciar o processo da política educacional da ditadura, fracasso ainda maior se levarmos em conta os vários acordos que foram colocados à disposição dos generais e coronéis do Ministério da Educação.

Podemos concluir que esse paradoxo é fruto de uma política bem arquitetada para desviar atenções, utilizando a educação escolar como instrumento dessa política. A explicação dada pelos “pedagogos da ditadura” é que o fracasso escolar se devia às diferenças individuais (falta de interesse e aptidões para o estudo, por parte das classes populares).

Analisando a tendência pedagógica básica do período, a chamada “tendência liberal tecnicista”, percebemos sua “lógica” através da própria visão de sociedade e educação aqui explicitadas. O sistema social é harmônico, organizado e funcional e a escola funciona como moderadora do comportamento humano, através de técnicas específicas. A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional, à semelhança do trabalho fabril. Daí a ênfase nas especializações que facilitaria um trabalho eficiente e objetivo: a educação é concebida como um subsistema cujo funcionamento eficiente é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte.

À educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis para que



os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. Tal sistema social é regido por leis naturais, “cientificamente” descobertas. O homem não questiona essas leis, devendo apenas aplicá-las. Para atuar no aperfeiçoamento da ordem vigente (o sistema capitalista) a escola emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental.

A influência da pedagogia tecnicista remonta a segunda metade dos anos 1950, sendo introduzida mais efetivamente no final dos anos 60, através do PABAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americana de Auxílio ao Ensino Elementar.

No Ceará, o PABAE penetrou através da formação de um quadro de supervisoras: as primeiras supervisoras do Ceará foram treinadas em cursos dados pelo PABAE, realizados em Belo Horizonte, Recife e São Paulo, enviadas como bolsistas do projeto MEC/USAID. Nessa ocasião, estava sendo divulgado o *Livro da Professora*, elaborado por uma equipe de professores cearenses.

Os professores cearenses, idealizadores do *Livro da Professora*, manifestaram rejeição à interferência americana, quando montaram um esquema próprio de orientação técnico-pedagógica para a escola primária estadual e não aceitaram as imposições do PABAE na elaboração do projeto curricular. Essa posição contra a interferência do PABAE no *Livro da Professora* resultou em perseguição política do grupo e retardamento da liberação de recursos que iriam financiar o programa de educação do Estado (CAVALCANTE, 1988, p. 59).

Com a ditadura militar, o *Livro da Professora* foi considerado subversivo e submetido a várias comissões para a averiguação de sua “subversão”, mas nada foi comprovado. A grande divergência entre a equipe do PABAE e os técnicos do *Livro da Professora* se deu na linha teórico-metodológica.

Em síntese, a pedagogia tecnicista acabou por contribuir para aumentar o caos no campo educativo, gerando tal nível de desconti-



nuidade, heterogeneidade e fragmentação, que praticamente inviabilizava o trabalho pedagógico. Este tipo de pedagogia vai bem ao encontro do modelo do Regime Militar, servindo a educação para a reprodução do mesmo. O homem, formado por essa perspectiva, é condicionado a obedecer, a acomodar-se e a não perturbar a ordem pública. É o trabalhador passivo que, “cheio de valores patrióticos”, serve à classe dominante com a sensação de que está servindo o Brasil.

A compartimentalização da produção elimina ou diminui os períodos da integração social dos trabalhadores e a visão crítica do conjunto do sistema produtivo.

A legislação educacional do Regime Militar influenciou diretamente o Ensino Superior através da Lei 5.540/68, mais conhecida como Lei da Reforma Universitária. A ideia de uma reforma já existia desde a fundação das primeiras universidades brasileiras. Como a LBD não estruturou o ensino superior de acordo com as necessidades da época, algumas ideias básicas do projeto da Universidade de Brasília foram assimiladas na elaboração da Lei da Reforma. Essa lei foi criada através de um processo essencialmente antidemocrático.

Na prática, o que se constatou é que a reforma universitária não conseguiu alcançar seu duplo objetivo: o de frear a corrida à universidade e de ampliar o número de vagas de acordo com a demanda, embora tenha havido uma enorme expansão de matrículas no ensino superior, principalmente na rede particular (41% em contraste com 21% da rede pública). Isto se deu, principalmente, pela incapacidade do governo de resolver a crise universitária, não sendo possível conter a pressão sobre as universidades. Como o governo não pôde dar uma solução, permitiu que o setor privado invadisse esse campo, fazendo da educação um grande negócio.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Houve uma influência marcante de Rudolph Atcon na difusão da privatização da Universidade, através do Relatório Atcon e Acordo/MEC/USAID. Eles recomendavam “que o ensino superior fosse sendo transformado **gradativamente em ensino pago**, através do aumento crescente de taxas”.



A UFC, por influência do prof. Valnir Chagas,<sup>25</sup> foi uma das universidades que antecipou a reforma em caráter “experimental”.

Em obediência às determinações regimentais, a Faculdade de Filosofia introduz em sua organização estrutural um ciclo de estudos básicos aos estudos profissionais que ministra. Esse ciclo de estudos tem caráter propedêutico e é de orientação conjunta para os cursos de Geografia, História, Ciências Sociais e Pedagogia, cabendo a sua coordenação, inicialmente, ao Departamento de Pedagogia e, posteriormente, ao Departamento de Ciências Sociais (que se instala em 1965).

Enquanto a sociedade política se “enrola” com os impasses decorrentes de uma lei contraditória e imposta, a sociedade civil cria o espaço de articulação e manifestação através dos estudantes e intelectuais, e discutia o seu papel para descobrir o seu caminho e criar formas de atuação. Nesse momento surgem documentos que expressam o pensamento contestador da sociedade civil, como o da Conferência Episcopal Latino-Americana – Celam – que diz:

Estamos com uma educação uniforme em um momento em que a comunidade latino-americana despertou para a riqueza de seu pluralismo humano; passiva quando já soou a hora para nossos povos de descobrirem seu próprio ser, pleno de originalidade; está orientada no sentido de sustentar uma economia baseada na ânsia do “ter mais”, quando a juventude latino-americana exige “ser mais”, na posse de sua auto-realização pelo serviço e no amor. Em especial a formação de nível médio e superior sacrifica com frequência a profun-

---

<sup>25</sup> Raimundo Valnir Cavalcante Chagas (1921-2006) é autor da *Didática Especial de Línguas Modernas* (1957), obra pioneira de fundo histórico no cenário de publicações sobre o processo de ensino e aprendizagem de línguas no Brasil. Valnir Chagas contribuiu para a gênese e regulamentação do sistema brasileiro de educação, por meio de sua atuação no Conselho Federal de Educação de 1962 a 1976, com a idealização da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/1971 em favor da reforma do ensino de primeiro e segundo graus. Foi um dos principais autores também da reforma universitária de 1968 e um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB) tendo lecionado por várias décadas na Faculdade de Educação.



didade humana em nome do pragmatismo e do imediatismo para ajustar-se às exigências do mercado de trabalho. Este tipo de educação é responsável pela colocação do homem a serviço da economia e não desta a serviço do homem (CELAM, 1978, p.43).

Sintetizando, o discurso da Reforma Universitária de 1968 foi inspirado na tendência modernizante e democrática, mas o processo de sua elaboração contrariou todo esse seu ideário. Coerente ao estado de exceção que vigorou no país, por quase duas décadas, a universidade, confundida que foi como o principal inimigo do regime político autoritário então vigente, esteve submetida a imposições, afastada das decisões institucionais e vítima de repressões. Visando o dito regime não apenas eliminar o dissenso, mas, sobretudo assegurar a manutenção do *status quo* social, institucionalizou, na referida entidade, mediante a Reforma de 1968, uma estrutura burocrática de modelo similar ao da grande empresa capitalista em cuja base estavam os departamentos. Uma série de estudos revela que, apesar de eliminada a cátedra, tida como foco de concentração de poder na universidade desde o seu surgimento no Brasil, a nova estrutura implantada ensejou a permanência do monopólio do poder.

A multiplicação dos órgãos que deveriam opinar sobre as questões mais simples e mais complexas (colegiados de curso, comissões de departamento, congregações, conselhos etc.) ocupava os professores em múltiplas comissões, nem sempre conclusivas, resultando numa cascata de pareceres que permitiam tanto impedir a realização de qualquer mudança como, paradoxalmente, a tomada de medidas executivas, por instâncias superiores para posterior referendo (CUNHA, 1988, p. 323).

Por isso, a partir de meados de 70, ressurgiu um movimento interno de crítica às universidades, que se associava às lutas mais amplas em prol da democratização nacional.

Alguns exemplos dos resultados da força de movimentação social foram as reformas das Universidades Federal de Minas Gerais e da Estadual de Campinas, nos moldes da UNB, o que mostra a resistência contra a ditadura, multiplicando a estrutura daquela que foi hoje, a mais importante realização da intelectualidade brasileira no campo do ensino superior (VIEIRA, 1980).

Entretanto, a ideia das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras como centros do conhecimento básico para toda universidade, foi completamente abortada pela fragmentação e departamentalização dos cursos, criando uma faculdade de educação separada, dificultando com isso o oferecimento das disciplinas dos cursos de licenciatura. Foi o que aconteceu com a FFCL<sup>26</sup> da USP, por exemplo, a que melhor funcionava e que mais êxito teve na difícil tarefa de articular, numa mesma unidade, os campos básicos do saber.

Concluindo, retomo o pensamento de Luiz Antônio Cunha (1988) que diz que a universidade era crítica nos dois sentidos: pela situação difícil que estava passando e pelo espaço que criava de criticar-se e criticar a sociedade. Por dentro desse duplo processo crítico, desenvolvia-se a modernização do Ensino Superior na direção do modelo norte-americano. O golpe militar acelerou esse processo, freou as pretensões dos universitários de exercerem, de dentro da universidade, a crítica da sociedade e desestimulou a autonomia dos docentes – pesquisadores dos diversos ramos do saber universitário.

---

<sup>26</sup> FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.



## A década de 1980

*Um novo tempo, apesar dos perigos...  
Estamos vivendo, estamos nas ruas,  
quebrando as algemas. Pra sobreviver,  
quebrando as algemas. Pra sobreviver...*

(Ivan Lins)<sup>27</sup>

O terceiro momento do nosso trabalho, que se refere à formação do educador que estamos chamando de “crítico” vem se desenvolvendo a partir dos últimos anos da década de 1970 e tomando corpo na década de 1980. É um período de “enlace dialético entre o passado, presente e futuro” e que só poderá ser compreendido com uma visão mais ampla da realidade econômica, política e social que nutre a realidade educacional.

A ânsia pela formação do espírito crítico para o educador e de encarar essa formação, não predominantemente como um problema de competência em determinadas áreas, mas igualmente como um problema de formação do cidadão, tem uma explicação histórica. Uma história que começou há muitos anos, mas que desemboca no presente suas principais questões não resolvidas, como um fenômeno próprio de um clima de abertura.

É assim como vejo o Brasil nessa década. A abertura política servindo para que todos os problemas “camuflados” pela ditadura ou pela hegemonia dominante extrapolem e passem a ser discutidos e protestados pela sociedade civil. Resumidamente, podemos citar, dentro deste prisma, alguns acontecimentos dessa década:

1. Pluralidade de partidos políticos, dando condições à sociedade civil de se organizar politicamente de acordo com suas crenças e ideologias, proporcionando um salto qualitativo no processo de discussão política.

<sup>27</sup> Ivan Guimarães Lins é músico e compositor brasileiro, um dos artistas de maior sucesso no Brasil.

2. Aumento descontrolado da inflação, como consequência da política econômica de “internacionalização do mercado interno” agora atingindo o extremo da dependência do FMI (Fundo Monetário Internacional), que, a partir daí, procura controlar a economia do Brasil em função do pagamento da dívida.
3. Queda da produção industrial devido ao incentivo ao investimento financeiro, em que os lucros são mais rápidos e fáceis.
4. Campanha pelas “Diretas Já”. Uma demonstração de organização da sociedade civil, que novamente se frustra em razão do Colégio Eleitoral (órgão criado pelo Regime Militar para “escolher”, em eleições indiretas, os presidentes).
5. A decretação do Plano de Estabilização Econômica ou Plano Inflação Zero: o cruzado nascia mais forte que o cruzeiro. Apesar das críticas feitas ao plano, o povo acreditou nele. Pouco tempo depois, esse plano é ameaçado pelos ágios, pelas taxas de juros e pelos escândalos financeiros da “Nova República”.
6. O Congresso Constituinte elabora uma nova constituição para o país. Apesar da grande mobilização popular – “Constituição sem povo não cria nada de novo” – e do grande embate ideológico entre os constituintes, a Constituição teve poucos avanços para a classe trabalhadora e, em determinados pontos, houve até um retrocesso, como é o caso da Reforma Agrária. A Constituição de 1988 é uma confirmação do Estado burguês. A partir daí os estados da federação se mobilizam para a elaboração das “Constituintes Estaduais”, uma cópia do que se verificou em nível nacional.

Em nível de sociedade civil, a abertura política deu chance à extrapolação de suas organizações feitas, até então, de forma camuflada. Aparecem movimentos diversos, como: o movimento dos sem-terra; a organização dos índios do Brasil; o fortalecimento dos sindicatos rurais e urbanos em todos os estados da federação; os



movimentos dos negros, das mulheres em várias organizações; dos meninos e meninas-de-rua; as campanhas ecológicas; e assim vai... Sentimos que o povo se articula em torno de suas questões de vida. É um momento bonito que estamos vivendo... Mas, ao mesmo tempo, é um momento de muita contradição.

Essa mobilização popular, como aconteceu de 1962 a 1964, provoca o pânico burguês e o “endurecimento” do furor político das classes dominantes, como diz Florestan Fernandes (1986): “... as classes burguesas buscam uma saída barata, e esta pode ser proporcionada por um ‘governo forte’” (p. 24).

A figura do estado forte se personalizou no novo presidente eleito, agora em 1989, depois de uma intensa mobilização da sociedade civil organizada em torno do candidato do Partido dos Trabalhadores – Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>28</sup> Nunca, na história do Brasil, a classe trabalhadora chegou tão perto do poder. Um operário, líder sindical, com nível escolar de 2º grau, chegar à candidatura de Presidente da República já é uma vitória e um importante indício do momento histórico que estamos vivendo. Mas, numa sociedade de classe vence quem tem mais poder econômico e assim foi: Fernando Collor de Melo surge vestido de populismo e consegue levantar a burguesia que novamente canta a sua vitória no Brasil. O que se conclui é que o populismo pode estar vivo, marcadamente desenhado no compasso da candidatura Collor, receptiva a diversas adesões de políticos representantes das classes dominantes: com significativo respaldo popular e como um fenômeno absolutamente inexplicável à exceção do carisma.

Atrás desse poder burguês, estão, porém, os que constroem o Brasil de hoje e lutam, organizada e desorganizadamente, pelo democratização da sociedade civil, do Estado e do estilo emergente de vida social. E diz Florestan Fernandes:

<sup>28</sup> Luiz Inácio Lula da Silva (Caetés, 27 de outubro de 1945), mais conhecido como Lula, é um político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro.



Cabe-nos impedir que o passado se prolongue e se reproduza no presente e faça do futuro uma reprodução ampliada (e renovada) do passado, ou seja, cabe-nos extinguir uma reforma de barbárie que deveria ter desaparecido com a escravidão ou com a Primeira República (FERNANDES, 1986, p.12).

Na área educacional, o Brasil apresenta um “quadro cada vez mais negro” como diz a manchete da *Revista Brasil em Exame*, de maio de 1989, que faz um balanço de cada setor da sociedade. É este o quadro apresentado nessa ocasião:

O Brasil chega à última década do século XX com um balanço melancólico na área de educação. Os números são expressivos. Dos brasileiros em idade escolar, 27,1% são analfabetos e menos de 18% da população com 10 ou mais anos de idade tem instrução primária completa. O que está por trás desses números é uma lista interminável de mazelas – baixa qualidade de ensino, elevadas taxas de repetência e evasão escolares, má remuneração e péssimas condições de trabalho para os professores, escolas com instalações caindo aos pedaços, falta de uma integração entre escola e comunidade e um deficiente ensino profissionalizante. A herança que o ministro Carlos Sant’Anna, da Educação, deixará ao seu sucessor será um fardo difícil de carregar. Dos 140 milhões de brasileiros, cerca de 32 milhões, entre jovens e adultos, são analfabetos ou, quando muito, sabem assinar o nome.

Os problemas do ensino no país tem também uma outra face – a multidão de profissionais mal pagos que, de uns tempos para cá, vive de greve em greve, tornando ainda mais precário o ensino público. No início de abril, por exemplo, cerca de 1,5 milhão de professores e 500.000 funcionários da rede pública em todo o país paralisaram suas atividades numa greve de 24 horas, reivindicando aumentos de salários. O quadro negro de ensino no Brasil é atestado por dados alarmantes. Recente levantamento do Ministério da Educação revela que mais da metade das crianças matriculadas na primeira série



do 1º grau não chega a segunda série. O próprio MEC reconhece que os poucos alunos que prosseguem os estudos 'não possuem formação para participar, de fato, da sociedade'. Parcela significativa das escolas tem turmas com apenas 2 horas diárias de aulas – uma temeridade para qualquer país que pense com seriedade sobre seu futuro (*Revista Brasil em Exame*, maio/89).

No Ceará, a situação é mais alarmante, pois 44% de sua população são analfabetos. Ao lado disso é constatada a situação precária das escolas, podendo ser sintetizada em três pontos: 1) A miséria dos "alunos". Com efeito, 2/3 deles se apresentam em condições de desnutrição de 1º ou 2º grau; 2) A dedicação da maioria dos mestres que aí trabalham, mesmo com uma realidade de 95% de professores leigos e muitos deles ainda em processo de alfabetização, recebendo salários irrisórios (há quem receba cinco cruzados novos por mês); 3) A carência das escolas em termos de equipamentos físico e didático, isto é, a carência em termos de condições de trabalho.<sup>29</sup>

Toda essa realidade esconde, por trás, uma série de questões teóricas e políticas que tem sido tema de debates diversos nos Encontros de Educação, como CBE (Conferência Brasileira de Educação), Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e muitos outros, em níveis local, regional e nacional.

Poderemos resumir as principais questões teóricas a partir de uma visão maior.

A questão mais ampla é o confronto entre as teorias positivistas com as teorias críticas que chegaram ao Brasil, com ampla repercussão no meio educacional, a partir dos últimos anos da década de 1970, pela divulgação, a princípio das teorias crítico-reprodutivistas. Superando tal visão, as teorias críticas, fundamentadas no materia-

<sup>29</sup> Colocação feita pelo prof. André Haguette, professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, no Jornal *O POVO*, de 28 de junho de 89.

lismo dialético, tomaram vulto atingindo uma grande parcela dos educadores que começam a questionar as ideias formadas e deformadas pelo positivismo predominante da sociedade capitalista. Tendo como pano de fundo esse grande confronto teórico, outros aparecem na concretização dos projetos pedagógicos, como:

- a) a relação teoria-prática que, numa visão dialética se tornam interdependentes, indo de encontro à dicotomização teoria-prática tão impregnada na área educacional;
- b) a relação educação-trabalho, que não se apresenta como uma “fórmula didática” da visão positivista, mas como essência do trabalho pedagógico;
- c) a formação técnica e política do educador, superando uma “competência-neutra” para uma formação competente do cidadão brasileiro. É neste ponto que há a superação da formação do especialista para uma formação mais global do homem, a fim de que ele possa entender “o específico” a partir da globalidade social;
- d) O confronto do pluralismo teórico em oposição à uniformização do conhecimento, tão próprio da linha teórico-burocrática decorrente da perspectiva positivista.

Em torno dessas questões mais teóricas apresentam-se as posturas políticas, também bastante debatidas nessa década, tais como:

1. A questão da democratização do saber, implicando nela o confronto entre ensino público e ensino privado, já histórico em nosso país, sempre com o triunfo da privatização do ensino, através dos cortes sistemáticos de verbas para a educação pública. O ensino superior tem sido a maior vítima desse aspecto, principalmente a partir da Reforma Universitária de 1968. A luta política dos educadores e estudantes contra a privati-



zação do ensino público tem sido uma bandeira constante de suas associações de classe. Algumas conquistas já aconteceram, como a do Congresso Nacional, em 1982.

Na nova correlação de forças que se formou, foi possível a aprovação, na Câmara dos Deputados como no Senado, do projeto da reforma constitucional do senador João Calmon que estabeleceu a vinculação automática de verbas para o ensino. Assim, desde dezembro de 1983, a Constituição determina que o governo federal deve gastar pelo menos 13% e os Estados e municípios pelo menos 25% da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (CUNHA, 1985, p. 54).

Na Constituição de 1988, o grande embate aconteceu (ou se repetiu) entre a destinação dessa verba da educação, vencendo novamente a escola privada que, constitucionalmente, reafirmou o subsídio recebido do cofre público, com a argumentação de estar prestando “serviços filantrópicos”.

Em nível de 1º grau, a democratização do saber é traduzida na luta pela universalização da educação básica, já assegurada constitucionalmente, mas pouco colocada em prática. O caráter de “público e gratuito” ainda não atingiu os trabalhadores. Aliás, ele está impregnado de uma concepção burguesa de “educação pública” que é bem diferente da concepção dos trabalhadores. Ainda a democratização do ensino implica a qualidade do mesmo. Significa proporcionar um ensino de qualidade para todos. Uma qualidade não ligada aos interesses burgueses, mas como projeção da questão social do trabalho.

2. A democratização da escola atinge outro aspecto bastante debatido que é a questão da autonomia administrativa da escola. Entende-se com isso a luta contra uma estrutura administrativa de caráter autoritário, rígido e centralizador, para um modelo descentralizado, flexível e participativo.



Nessa questão, encontra-se o debate sobre escola pública que não deve ser desempenhada pelo governo e sim pela comunidade. O governo tem a obrigação de oferecer subsídios, mas a gerência da escola cabe à comunidade. Isto implica uma flexibilidade das funções da escolha comunitária, acabando com as indicações políticas e os cargos vitalícios dos especialistas.

Outro debate em torno disto, em nível de ensino superior, é a estrutura departamental das universidades, proporcionando um conhecimento e uma prática compartimentalizada. Sobre isto, há propostas do CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras) e propostas da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) que se contrapõem nesta questão.

3. O descompasso entre o profissional formado em nível de 2º e 3º graus e o mercado de trabalho. É um debate que continua, mesmo depois que, em nível de sociedade política, foi tomada a decisão...

...pela Lei 7044/82, a **qualificação para o trabalho**, antes visada pela lei 5692/71, foi substituída **pela preparação para o trabalho**, um termo impreciso que mantém, na letra, a imagem do ensino profissionalizante, mas permite qualquer coisa. A lei da reforma retirou de uma vez por todas, a obrigatoriedade da habilitação profissional no 2º grau, mesmo a tal habilitação básica. Agora o ensino do 2º grau **poderá ensinar habilitação profissional** (CUNHA, 1985, p. 71).

A questão continua porque, retirada a profissionalização, nada foi colocado em seu lugar. A conotação de trabalho que é dada aqui é abstrata para uma sociedade também abstrata, completamente diferente da vida real de trabalho do aluno, numa sociedade específica.

4. A questão da profissionalização do professor e de suas condições de trabalho em confronto com a realidade precária de salários injustos e de desagregação física e didática das escolas.



É uma questão essencialmente política e que tem sido motivo de muitas greves, como de um certo corporativismo nas associações do educadores e de um nível baixo da qualidade do ensino.

5. Por fim, a autodefinição da escola brasileira, que até hoje não encontrou a sua própria “identidade”, como afirma Valnir Chagas (1983): “Até agora as soluções nos tem vindo de fora, impedindo não raro que iniciativas aqui concebidas pudessem concretizar-se”.

Nesse aspecto, o ensino superior discute a estreita relação entre ensino-pesquisa e extensão e a função social da universidade hoje. Questiona-se, por exemplo, o (des)compromisso do Estado com o desempenho dessas funções. É sobre isto que Luiz Antônio Cunha (1985) escreve:

Nem mesmo a sustentação do potencial de pesquisa, como também, do ensino, tem podido ser feita nas universidades públicas. A progressiva redução de recursos alocados às universidades públicas, nos últimos dez anos, fez com que elas diminuíssem o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e artística, atividade pela qual são responsáveis em praticamente 90% de tudo o que se faz no país. Os recursos que as universidades públicas tem para pesquisa, de seus próprios orçamentos, são irrisórios, sendo elas obrigadas a recorrer às agências governamentais de fomento, como o CNPq,<sup>30</sup> a Capes<sup>31</sup> e Finep.<sup>32</sup> Essas agências, por sua vez, tiveram seus recursos reduzidos: em 1984, dispuseram de apenas 20% do montante que lhes foi destinado em 1983 (CUNHA, 1988, p. 88).

Sintetizando o processo vivenciado pelo ensino superior no Brasil, nos anos 80, marcados por uma pressão social pela abertura

<sup>30</sup> CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>31</sup> Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>32</sup> Finep – Financiadora de Estudos e Projetos.

política e por uma crise econômica sem precedentes em nossa história, Jorge Hage (1981) aponta quatro traços gerais:

- Contenção da expansão (a partir da gestão do Ministro Ludwig),<sup>33</sup> com crescimento da rede particular duas vezes mais do que a da rede pública.
- Renúncia ao controle direto por parte do governo (autosustentação através das fundações).
- Luta pela democratização administrativa.
- Questionamento generalizado sobre a Reforma Universitária de 1968.

Observa o mesmo autor que os dois primeiros traços são impostos pelo Estado e os dois últimos emanam das bases da comunidade acadêmica.

Refletindo sobre a história da nossa universidade, com seus avanços fragmentados por políticas autoritárias, já podemos concluir que:

- a democratização da universidade, embora tão enfatizada em discursos oficiais desde a criação da UFC, é bastante camuflada por generalidades e pouco explicada na sua essência. Isto quer dizer que, de acordo com os grupos de interesses, com as forças do poder que constituem a nossa sociedade, há um componente ideológico para essa democratização;
- o problema da universidade brasileira tem que ser analisado como um todo, relacionando-o com o sistema político

---

<sup>33</sup> Rubem Carlos Ludwig – Foi ministro da Educação e Cultura no governo João Figueiredo, de 27 de novembro de 1980 a 24 de agosto de 1982, e professor no Exército. Recebeu numerosas condecorações no Brasil, Paraguai, França e Portugal.



existente, de orientação tecnocrata e voltado para os interesses dos grandes capitais internacionais;

- ao lado disso, há todo um movimento docente e discente, lutando pela construção de uma universidade livre e crítica, aliando a ânsia do mais alto nível do saber à efetiva preocupação com os problemas nacionais. Continua, portanto, viva a tentativa de gerar, fazer nascer e crescer uma autêntica universidade brasileira.

A universalização do ensino público e gratuito para o povo brasileiro tem sido uma luta de várias entidades e movimentos de docentes, funcionários e discentes. Podemos citar a Andes – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a CBE – Conferência Brasileira de Educação, a Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a UNE – União Nacional dos Estudantes, e Comissões surgidas ultimamente para a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Todas essas instituições estão coesas em afirmar que não se justifica tornar a universidade um lugar de instrumentalização para a dominação de pessoas, de classe, de concepções políticas, fazendo parte de sua própria essência o processo de democratização. Para isto, ela tem que dispor de mecanismos para verificar se foi cumprido o seu papel na sociedade, prestando contas não só da aplicação dos recursos recebidos, como da finalidade social do seu produto.

A Andes – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, está com uma proposta, depois de longos debates entre os professores, para a universidade brasileira, que tentarei resumir os seus pontos principais por achá-la de alta relevância. Ela parte do princípio de que a universidade é uma “instituição social de interesse público”, portanto, “local de proteção e transmissão de experiência cultural e científica da sociedade”.

Ela destaca, na educação de 3º grau brasileira, hoje, os seguintes problemas:



- progressiva aceleração do processo de privatização e de empresariamento do ensino;
- crescente desobrigação do Estado com o financiamento das universidades;
- omissão do poder público na definição de uma política educacional que assegure efetivamente reais condições de ensino e de pesquisa na produção acadêmica.

O documento sintetiza assim esta problemática:

O autoritarismo continua presente na vida universitária, mediante estruturas de poder excludentes e centralizadoras que cerceiam significativamente a autonomia e participação da comunidade cultural e científica [...] O controle ideológico de docentes e funcionários continua frequente, embora disfarçado por mecanismos burocráticos.

A Andes apresenta uma proposta concreta para “um padrão único de universidade brasileira”, baseada em três pontos:

- ensino público e gratuito, com exigência de recursos públicos, integrais para o ensino público;
- autonomia e democratização;
- unificação das condições de pesquisa, ensino e trabalho.

A Constituição de 1988 apresenta um “arranjo” de democratização conciliando interesses de vários grupos e não tomando um posicionamento claro a respeito dessa questão. Daí sermos de opinião que os avanços obtidos na Constituição para a educação foram mais periféricos. O fundamental continua inatingido (Constituição, 1988, págs. 131 a 134).



## A Universidade Federal do Ceará e suas principais questões:

As intenções, os objetivos, as estratégias e as ações da UFC, ao longo dos seus trinta anos de existência, foram orientados por um postulado pelo qual a instituição optou. Esse princípio do Universal pelo Regional – define uma vocação localizada da UFC, comprometida com a sociedade, fonte de cultura, e com a solução dos seus problemas sócio-políticos e econômicos (LEITINHO, 1986, p. 125).

Este comprometimento explicitado no documento “UFC – Planejamento Integrado” (1982, págs. 109 – 110) foi questionado nesse ano, exigindo-se que a UFC redirecionasse suas diretrizes:

Sua atuação como matriz da reflexão crítica e centro gerador de conhecimento, consiste, no entanto, em se colocar na linha de frente, na busca de soluções novas para os problemas sociais, não se limitando passivamente ao cumprimento de diretrizes externas quase sempre inibidoras da sua criatividade e restritivas à sua autonomia (LEITINHO, 1986, p. 126).

Pelas questões acima colocadas, observamos que a UFC, como qualquer universidade do momento, estava se abrindo ao questionamento de suas funções numa perspectiva mais social.

Portanto, todas as questões sociais, políticas, econômicas e educacionais tiveram e têm o seu reflexo também na UFC. Isto é demonstrado no próprio Regimento aprovado pelo Parecer nº 218/82 do CFE, de 4 de maio de 1982, e por todos os documentos da UFC elaborados nessa década de 1980.

A UFC, nesse período, passou por três administrações, estando à sua frente os seguintes reitores: prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto (de 1979 a 1983), prof. José Anchieta Esmeraldo Barreto (de 1983 a 1987), prof. Raimundo Hélio Leite (de 1987 a 1991).<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Os dois últimos reitores pertencem ao Departamento de Fundamentos da Educação, da atual Faculdade de Educação da UFC.



Observamos que a área da educação tem ampliado seu espaço na administração superior da UFC, como também, apesar do aumento das crises na universidade, tem havido uma conquista gradativa para uma administração mais participativa (a partir da consulta à comunidade universitária para a escolha do último reitor) e uma preocupação maior com a função social da UFC (veja os projetos sociais dessa última gestão). Isto está acontecendo como resultado de uma maior mobilização da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários em suas associações de categorias) e pela sensibilidade à problemática social do atual reitor – ex-líder estudantil da década de 1960.

A UFC tem estado à frente de campanhas em defesa da universidade pública e gratuita, tanto através do CRUB<sup>35</sup> como da Andes,<sup>36</sup> UNE<sup>37</sup> e Fasubra,<sup>38</sup> através de representantes locais em instâncias nacionais. Isto significa que o nível de conscientização e de luta das associações locais, apesar de suas contradições, acompanha o debate nacional.

Confirmando esses dados, citarei uma parte do discurso do prof. Raimundo Hélio Leite, por ocasião da solenidade de sua posse, no dia 17.6.87:

Para que a UFC venha a ter cada vez mais presente o seu comprometimento social, trabalharei, de forma obstinada, para que ela continue a ser pública e gratuita, torne-se cada vez mais competente, seja mais autônoma e crítica, engaje-se num projeto de transformação da sociedade, seja política e ideologicamente aberta e atinja o universal pelo regional (LEITE, 1987, p.14).

E ainda, nesse mesmo discurso proferido no momento em que recebe o cargo de reitor da UFC das mãos do prof. José Anchieta Es-

---

<sup>35</sup> CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

<sup>36</sup> Andes – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

<sup>37</sup> UNE – União Nacional dos Estudantes.

<sup>38</sup> Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.



meraldo Barreto, em 21/6/87, inicia com um apanhado da situação sócio-político-econômica e cultural do Brasil no momento histórico de abertura e de contraste social, concluindo:

Pretendo, pois, que se pratique na UFC uma educação capaz de gerar pessoas menos individualistas e mais solidárias, com raciocínio crítico e independente, que estejam dispostas a se engajar num projeto social e político que implante, entre nós, uma sociedade mais justa e igualitária (LEITE, 1987, p.31).

O plano de ação discutido pela comunidade universitária em 1987 estabelece as seguintes políticas de ação:

1. administrar a Universidade com base no primado da competência, tendo sua universalidade projetada no meio local e regional;
2. defender a universidade pública e gratuita;
3. promover a participação efetiva dos três segmentos da comunidade universitária;
4. revitalizar o ensino na universidade numa perspectiva de ação transformadora;
5. descentralizar as atividades administrativas e acadêmicas;
6. promover uma permanente integração da universidade com a sociedade.<sup>39</sup>

Por estes trechos do compromisso da reitoria, de cunho fundamentalmente social, percebemos os “sinais do tempo”, bem diferentes das décadas passadas de cunho técnico-burocrático. É um passo qualitativo da maior importância.

---

<sup>39</sup> Versão final do Plano de Ação para os seis primeiros meses da gestão de 1987/1991. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1987.

Decorridos dois anos de administração, foi feita uma avaliação da atual gestão da UFC que foi sintetizada, num documento da UFC intitulado: "Um Projeto Universitário em Execução (1987/1991) – Fortaleza, 1989". Nele é feita uma análise da "administração com crise", sendo o seu reflexo maior sentido a partir de 1988, notadamente na questão de financiamento das universidades.

O ano de 1988 trouxe a público o acirramento das discussões do Ensino Público, levando os constituintes, fatalmente, a se envolverem no aprofundamento do tema. A dificuldade amplia-se em 1989; notadamente com relação à política econômica e financeira do governo. Some-se a esta uma perspectiva nada promissora com relação ao exercício de 1990, onde a Lei de Diretrizes Orçamentárias, já votada no Congresso Nacional, praticamente exclui a possibilidade de qualquer investimento na Universidade, o que significa dizer, na prática, que não disporemos de recursos sequer para a compra de uma máquina de escrever, para não falar em equipamentos de laboratório (DOCUMENTO DA UFC, 1989).

O documento reafirma e amplia suas principais linhas de ação:

1. defesa intransigente da instituição pública e gratuita do Ensino Superior;
2. articulação da universidade num plano político em nível nacional, regional e local, visando a sua defesa e inserção nos grandes problemas existentes nesses planos;
3. maior conhecimento da Instituição e das atividades nela desenvolvidas;
4. elaboração de políticas para médio e longo prazo, com a ideia de se preparar a universidade para o futuro;
5. intensificação da participação dos três segmentos da universidade na definição dos destinos desta IES, prevendo mudanças



nos estatutos e regimentos, além da criação de grupos mais amplos de assessoria e consultoria para o reitor, pró-reitores etc.;

6. formação e reciclagem permanente dos recursos humanos científicos e técnico-administrativos;
7. fortalecimento dos programas nacionais e internacionais de cooperação técnica e científica.

Estas são as vigas mestras de um grande arcabouço programático que nasceu da discussão. [...] Admitimos correções de rumos e revisões capazes de contextualizar as ações previstas.<sup>40</sup>

conclui o documento.

Uma das ações práticas desse plano maior, se refere à formação pedagógica do docente de nível superior na UFC sob a responsabilidade da Faculdade de Educação, através do mestrado em Educação e dos cursos de especialização em Metodologia do Ensino Superior. Também a Faculdade de Educação está sendo bastante solicitada para assessorar a Pró-Reitoria de Graduação, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de um programa de estudos curriculares para cursos de graduação da universidade, na realização de pesquisas institucionais e no desenvolvimento de programas de ensino que possam subsidiar a discussão da proposta de ação pedagógica da Universidade Federal do Ceará.

---

<sup>40</sup> Ver "Um Projeto Universitário em Execução - 1987/1991". (Publicação da UFC, 1989, págs. 5 e 6).



## CAPÍTULO II

# A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS E DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC E SEUS PRIMEIROS ANOS DE EXISTÊNCIA

*Na sociedade, qualquer parte decepada do seu todo perde o contato com a fonte de seu próprio dinamismo.*

(Durmeval Trigueiro Mendes)<sup>41</sup>



Dra. Zélia Sá Viana Camurça proferindo palestra no Instituto Histórico do Ceará sobre “A Educação Indígena no Ceará” (1988)

<sup>41</sup> Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes nasceu em 9 de fevereiro de 1927, em Cuiabá. Em 1951, quando tinha 24 anos, foi nomeado secretário da Prefeitura de Campina Grande; em 1952, exerceu o cargo de diretor do Departamento de Educação do Estado da Paraíba e começou a lecionar no magistério superior como professor titular de Sociologia da Educação. Em 1987, trabalhava no Doutorado em Educação da UFRJ na elaboração de um projeto de pesquisa sobre “O saber e o poder na cultura e na educação”, e continuava seu trabalho docente no IESAE e na PUC/RJ. Faleceu no dia 9 de dezembro de 1987, vitimado por um acidente de trânsito na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro. <<http://www.durmevaltrigueiro.pro.br/biografia1.htm>>.



Foi num momento político de muita efervescência e de muita mobilização popular, em que a educação se enriquecia com os Movimentos de Cultura Popular emergentes, que o Curso de Pedagogia da UFC surgiu, integrando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), criada pela Lei nº 3866, de 25/1/61<sup>42</sup>

Destaco, para um melhor entendimento de sua organização, alguns artigos dessa lei:

*Art. 2º – A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará, respeitadas as peculiaridades do meio e a autonomia universitária, terá estrutura semelhante à da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, devendo funcionar no regime didático estabelecido pelo Decreto-Lei nº 9092, de 26 de março de 1946.*

*Art. 3º – Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da publicação dessa lei, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará expedirá o Regimento da Faculdade, o qual terá vigência até que a respectiva Congregação disponha de dois terços de professores catedráticos efetivos.*

*Parágrafo único – O Regimento a que se refere este artigo disciplinará as várias secções de Filosofia, Ciências e Letras, de que se constituirá a Faculdade, e fará um esclarecimento dos cursos respectivos para efeito de instalação progressiva, tendo em vista as particularidades de seu real funcionamento e as necessidades da região em matéria de professores de nível médio, especialistas em Educação e pesquisadores.*

*Art. 4º – Para execução do disposto nessa lei são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura (Universidade do Ceará), 46 (quarenta e seis) cargos de professor catedrático*

---

<sup>42</sup> A Profa. Zélia Sá Viana Camurça declarou que a construção da Universidade Federal do Ceará e do Curso de Pedagogia se deu em clima conflitante, “**num período quase revolucionário em que a técnica e a moralidade se achavam potencialmente subjugadas ao intelecto**” (palavra proferida no 1º Painel de Documentação da História do Curso de Pedagogia da UFC, realizado em 11/10/89). E nessa ocasião o prof. Moacir Teixeira Aguiar completou “**era uma revolução fundamentalmente pedagógica**”.



*e três funções gratificadas, sendo uma de diretor FG-1 e outra de secretário FG-3, e a terceira de chefe de portaria, FG-7.*

(Assinada por Juscelino Kubitschek, Clóvis Salgado e S. Paes de Almeida) – (REGIMENTO UFC, 1961, Págs. 6 e 7).

Considero importante comentar sobre alguns aspectos dessa lei que me chamaram a atenção, tais como:

- Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, apesar de ser dentro do modelo da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, foram respeitadas legalmente as peculiaridades do meio e a autonomia universitária.
- O 1º Regimento foi elaborado pelo Conselho Universitário. O 2º já deveria ser feito pela Congregação de Professores.
- Os cursos deveriam ser criados tendo em vista as possibilidades de real funcionamento e as necessidades da região. Nessas necessidades foram citados os professores em nível médio, os especialistas em Educação e os pesquisadores. Nota-se já uma preocupação com a formação do especialista e com o pesquisador, mesmo em nível de graduação.
- Para o quadro de pessoal só é citado o cargo de professor catedrático, confirmando a centralização do poder magistral dessa figura.

O 1º Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi aprovado e expedido em 14 de julho de 1961 pelo reitor Antônio Martins Filho que nomeou como 1º diretor o prof. Raimundo Valmir Cavalcante Chagas (1961) e prof. Francisco Batista Luz, que exerceu esta função no período de 1962/1969.

Tentarei destacar alguns dados desse regimento como forma de melhor conhecimento das intenções iniciais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, principalmente em relação aos aspectos que situam o curso de Pedagogia.

*Art. 1º – A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará, criada pela Lei nº 3866, de 25 de janeiro de 1961, é uma instituição pública de educação superior que procura, no conjunto*



*das unidades universitárias, conciliar o imperativo da especialização com a visão universal e humana dos problemas.*

Art. 2º – *A faculdade tem por objetivos, especificamente:*

- I. *funcionar como escola básica de toda a Universidade do Ceará, juntamente com os institutos de ciências, destinada a ministrar ensino fundamental dos cursos de formação da própria faculdade e das demais unidades de educação profissional da universidade;*
- II. *formar trabalhadores intelectuais destinados às atividades desinteressadas da cultura e às funções técnicas relacionadas com o desenvolvimento da região, assim como o magistério, orientação e administração de escolas e sistemas escolares;*
- III. *realizar investigações e criações que enriqueçam o acervo de conhecimento e técnicas nos setores por ela abrangidos;*
- IV. *irradiar a sua ação a setores cada vez mais amplos das populações do Ceará e do Nordeste, de modo a contribuir para a solução dos seus problemas de vida e de trabalho e elevar-lhes o nível cultural.*

(Regimento da FFCL da UFC, 1961).

Em relação aos fins da Faculdade, podemos perceber que:

- na própria definição regimental é destacada a sua identidade de instituição pública;
- há uma tentativa de conciliação entre o técnico, o universal e a visão humanista;
- a especialidade é uma das suas finalidades explícitas, colocada até como imperativo, assim como de ser uma escola básica para toda a universidade destinada a dar o ensino fundamental, juntamente com os institutos de ciências.

Em relação à estrutura didática, a “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras manterá as seguintes modalidades de cursos: I – Cursos de Preparação; II – Cursos de Formação; III – Cursos de Pós-Graduação; IV – Cursos Livres; V – Cursos de Extensão” (Art. 4º). Os cursos de preparação destinam-se a ajustar o conhecimento

e técnicas auferidas, na escola média, pelos candidatos aos cursos de formação e poderão preparar e até substituir o concurso de habilitação “através de um plano mais orgânico e extenso de orientação e seleção” (Art. 5º – parágrafo único). Percebe-se a abertura que este artigo dá ao processo de seleção para a Universidade. Há depoimentos de que o Curso de Pedagogia manteve, no período de 1962-1964, esses cursos de preparação para a entrada da Universidade, dados pelos próprios professores da Faculdade e que teve resultados positivos – “Entrávamos na Faculdade muito mais seguros e já bem entrosados com os professores. O conteúdo era direcionado para o curso”.<sup>43</sup>

Referindo-se aos cursos de formação, o Regimento, no seu Art. 6º – parágrafo 1º, adota o regime seriado, anual, dividido em dois ciclos, cada um com duração de dois anos: um de “matérias básicas” com aconselhamento profissional, e o outro, de “estudos da natureza específica, com características de pré-especialização. Cada curso de formação compreenderá, no conjunto, o mínimo de vinte e oito e o máximo de trinta e seis semestres-disciplinas” (Art. 6º – parágrafo 2º). Com isso fica claro que as disciplinas são organizadas por semestre, embora o regime seja anual, estruturado em disciplinas obrigatórias e optativas. Também é esclarecido que no 2º ciclo – o profissional – específico, o aluno poderá escolher o diploma de bacharel – “preparação de trabalhadores intelectuais”<sup>44</sup> para atividades científicas e técnicas” (Art. 7º); ou de licenciado – “Preparação de professores para escola de nível médio”.

No Artigo 8º são citados doze cursos de formação instituídos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na UFC. São eles: Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia, História,

---

<sup>43</sup> Depoimento dado no Painel de Documentação, realizado em novembro (1989) pela Profa. Terezinha Vieira Correa, atual professora da Faculdade de Educação, que foi ex-aluna da 1ª turma do curso de Pedagogia da UFC.

<sup>44</sup> Acho interessante o termo usado tanto no Estatuto da UFC como no regimento da FFCL, de “trabalhador intelectual” referindo-se ao pesquisador – uma conotação que está sendo rediscutida atualmente na relação Educação-trabalho. A profa. Zélia Sá Viana Camurça declara que **“a criação e o emprego do termo em linguagem brasileira de trabalhador intelectual para designar o professor-pesquisador, talvez possa vir a constituir o marco linguístico divisorio da função acadêmica na UFC”** (Painel de Documentação, realizado no dia 11/10/1989).



Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia. “As disciplinas dos cursos de formação serão estudadas por semestres letivos, correspondendo cada semestre-disciplina ao mínimo de oitenta (80) horas de trabalho distribuídas a critério dos departamentos” (Art. 18º). No currículo, as disciplinas serão organizadas em disciplinas obrigatórias e optativas, tendo o aluno que completar sua carga horária com as optativas. Nos cursos de Licenciatura serão definidas as disciplinas chamadas pedagógicas, que deverão ser cursadas pelos alunos no ciclo profissional (Art. 20º – parágrafo 1º). Chamou-me atenção a existência de duas disciplinas da grade curricular dos cursos de licenciatura: Fundamentos e Administração da Escola Média e Teoria Geral da Educação. A primeira daria mais possibilidade ao licenciado de várias áreas de entender a dinâmica administrativa da escola; e a segunda propiciaria a uma reflexão sobre as Teorias da Escola, conteúdo bastante necessário a qualquer professor.

Comentando a 1ª grade curricular do curso de Pedagogia da UFC, verifiquei que:

A primeira série era de caráter propedêutico e de orientação conjunta para os Cursos de Geografia, História, Ciências Sociais e Pedagogia, sendo a matrícula realizada no Departamento de Ciências Sociais para os quatro cursos. Com esta etapa de preparação, o aluno teria condição de sair com uma visão mais abrangente e global do conhecimento. Destaco a existência, nesse primeiro ano, de estudo da disciplina Introdução à Lógica e ao Método Científico.

Na segunda série, os alunos já se matriculavam com vista ao bacharelado ou licenciatura. Chamou-me atenção a existência da disciplina Teoria Geral da Educação, responsável, talvez, por toda a fundamentação da Educação como ciência.

A partir da terceira série já eram oferecidas as disciplinas optativas. Nessa série há uma forte conotação técnico-metodológica. Achei interessante o estudo dos níveis educacionais por separado, podendo o aluno optar por um deles. Foi também introduzida aí a disciplina Orientação Educacional.



A quarta série se compunha mais de disciplinas optativas, algumas sequenciando as dadas na terceira série e outras novas, tais como: Educação Comparada, Educação para o Desenvolvimento e Problemas Educacionais do Nordeste Brasileiro. São estas disciplinas que caracterizam mais a política desenvolvimentista do país, assumida pela Universidade e a opção regionalista da UFC. Também destaco aqui as disciplinas sobre Curso Normal e Educação Pré-Primária.

Fazendo um cruzamento das disciplinas com as áreas de estudo, verifiquei que as áreas que continham o maior número de disciplinas eram: Psicologia = oito disciplinas (quatro obrigatórias e quatro optativas) e História da Educação (três obrigatórias). Isto confirma a influência da Escola Nova no nosso curso, sobretudo da sua conotação psicologista. Sentimos falta nesse currículo de disciplinas da área de Filosofia e de Prática de Ensino.

Em relação aos programas, diz o regimento:

*Ao conjunto dos programas de uma mesma série corresponderão um plano geral e planos parciais de execução elaborados conjuntamente pelos regentes de todas as disciplinas lecionadas na série (Art. 3º).*

Percebemos que, em nível de Regimento, há uma preocupação com a articulação horizontal dos conteúdos estudados na mesma série para se ter um bloco coerente. A organização conjunta dos programas era uma sugestão para atingi-la. Entretanto, Padre José Maria da Frota declarou que: “Nos planos de disciplina dava-se muita ênfase à ementa. O professor tinha muita liberdade para fazer o programa. Não havia integração real das disciplinas por semestre. Isto não funcionou na prática. O professor trabalhava sozinho”.<sup>45</sup>

O Art. 46 do Regimento dispõe sobre um Colégio de Experimentação e Demonstração:

---

<sup>45</sup> Depoimento coletado em entrevista realizada no dia 16/11/1989. Padre José Maria da Frota é professor da Faculdade de Educação da UFC, desde 1964, e foi chefe do Departamento no período de 1966 a 1973.



*A Faculdade manterá um Colégio de Experimentação e Demonstração com o fim de promover investigações quanto a currículos, sistemas de organização e métodos de ensino, no setor da educação de nível médio, e proporcionar um centro de observação e demonstração para os candidatos à licenciatura que devam submeter-se ou já estejam submetendo-se ao estágio do curso previsto no Art. 81 deste Regimento.*

*Parágrafo Único. O Colégio de Experimentação e Demonstração será subordinado à Diretoria da Faculdade e obedecerá à orientação do Departamento de Educação, em conexão com os demais departamentos, devendo todos os aspectos de sua organização administrativa e didática serem consignados em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Universitário (Regimento, 1961, p. 70).*

Padre José Maria da Frota também fala sobre este assunto:

Durante longo período o Colégio de Experimentação não funcionou. Criou-se uma escola na Casa José de Alencar como primeira experiência. Mas o estágio era mesmo realizado em escolas da comunidade. A prof.<sup>a</sup> Lireda Facó era a orientadora geral de estágios (Entrevista realizada no dia 16/11/1989).

A seleção dos candidatos aos Cursos de Formação era feita por Concurso de Habilitação, com exame de Português obrigatório e sob a responsabilidade de cada Faculdade (Art. 47 a 54).

Quanto à verificação do rendimento escolar (Art. 66 a 70), observamos a preocupação com a relação teoria-prática a ser feita em cada disciplina através dos chamados “estágios de disciplinas”; a integração do conteúdo nas provas parciais (organizados pelos professores de várias disciplinas), a integração do conteúdo geral de uma disciplina através das provas finais e da segunda prova parcial. O estágio de licenciatura até então não falado, deveria ser feito uma parte no Colégio de Demonstração e Experimentação, e outra parte em escolas de Fortaleza. Esses estágios eram orientados pelo Departamento de Educação.

Em relação à formação do Diretório Acadêmico, o Regimento declara:

*Art. 157 – Os estudantes regularmente matriculados deverão eleger um Diretório Acadêmico, que será reconhecido pela Congregação, como órgão legítimo de representação para todos os efeitos, do corpo discente:*

*Parágrafo Único – O Diretório Acadêmico será constituído:*

*I – de um presidente, eleito por todos os alunos da Faculdade;*

*II – de Diretores assim discriminados:*

- a) um representante de cada curso de formação, eleito pelos respectivos alunos;*
- b) um representante dos cursos de especialização, eleito pelos alunos dos vários cursos dessa modalidade;*
- c) um representante dos cursos de doutorado, eleito igualmente pelos alunos dos vários cursos dessa modalidade.*

(Regimento 1961, p. 109)

Nos outros artigos referentes ao Diretório Acadêmico sentimos o atrelamento da representação estudantil à Congregação de Professores, já bem expresso no Estatuto da Universidade (1962).

Sobre este aspecto, falou assim o Pe José Maria da Frota:

Na Faculdade, o atrelamento da representação estudantil não aconteceu porque houve sempre a rebeldia dos estudantes.<sup>46</sup> Taticamente a Faculdade aceitava os eleitos pelos estudantes. Depois houve a repressão e os estudantes se afastaram. Por parte dos professores havia uma abertura para a representação estudantil, mas não conseguíamos realizá-la por causa da legislação. A conquista nos estatutos da UFC aconteceu por pressão dos estudantes. (Entrevista realizada no dia 16/11/1989).

<sup>46</sup> A 1ª equipe eleita para a Representação Estudantil da FFCL em 1963.2 renunciou seu mandato por não concordar com o tipo de eleição realizada, depois de ter sido negada sua anulação pelo Departamento de Educação, na 1ª reunião do Departamento de Educação, realizada em 18/10/1963.



A coordenação administrativa do Curso de Pedagogia e dos cursos de licenciatura ficou a cargo do Departamento de Educação. O primeiro chefe do Departamento de Educação foi o prof. Raimundo Valmir Cavalcante Chagas, eleito em 1963 e reeleito em 1964.

A secretaria geral era composta da Divisão Administrativa e da Divisão Didática (atual Controle Acadêmico) que deveria ser dirigida por um funcionário lotado na Faculdade. Cada curso tinha a sua secretaria específica. As reuniões do Departamento de Educação eram secretariadas por dois funcionários: Fernandina Fernandes, que era também bibliotecária, e Augusto Antero Santana.<sup>47</sup>

Nas disposições transitórias, destaco:

*Art. 250 – Para efeito do que dispõe o Art. 3º, parágrafo único, da Lei 3866, de 25 de janeiro de 1961, os Cursos de Formação da Faculdade serão instalados e começarão a funcionar com observância da seguinte ordem cronológica:*

- a) em 1962, funcionarão as primeiras séries dos Cursos de Matemática, Física, Química e Letras Neolatinas;
- b) de 1963 a 1964, as primeiras séries dos Cursos de História Natural, Geografia, História, Ciências Sociais, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia;
- c) em 1965, funcionará a primeira série do curso de Filosofia;
- d) em 1966, funcionará a primeira série do curso de Letras Clássicas (Regimento, 1961, p. 145).

O curso de Pedagogia começou a funcionar no primeiro semestre de 1963. A primeira aula do curso foi ministrada pela prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça.

Já em 1964, surge um novo Regimento, agora elaborado pela seguinte equipe:

---

<sup>47</sup> “O primeiro secretário foi o Augusto Antero, muito organizado e inteligente, deu uma grande contribuição na organização inicial da Faculdade. Quando ele saiu, o Chefe do Departamento teve que assumir também a parte burocrática. A Eldenora (Maria Eldenora de Alencar Arrais) e a Darcy (Darcy Rodrigues Maia de Oliveira) deram também grandes contribuições. O trabalho de Darcy precisa ser reconhecido formalmente por esta Faculdade.” (Declaração do Pe José Maria da Frota em entrevista realizada no dia 16/11/1989).



- Prof.<sup>a</sup> Amélia Alba Nogueira Moreira;
- Prof. Pe Francisco Batista Luz (Diretor da Faculdade);
- Prof. Hesíodo de Queiroz Facó;
- Aluno: João Lucas Marques Barbosa (do Diretório Acadêmico);
- Aluno: Maria do Socorro Freitas Diniz (do Diretório Acadêmico);
- Prof. Raimundo Valmir Cavalcante Chagas (autor do projeto e relator, e que deu um direcionamento à proposta).

Este Regimento surgiu decorrente do 2º Seminário Pedagógico da UFC (1962)<sup>48</sup> como uma necessidade de adaptação ao Estatuto da Universidade de 1963 e à Lei nº 4024, de 20/12/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Destacarei aqui apenas as mudanças verificadas em relação ao Regimento anterior, nos aspectos comentados neste trabalho:

Em relação ao Art. 1º, há uma pequena mudança na redação, colocando a Faculdade não mais como “instituição pública de educação superior”, mas como “instituição federal de educação superior”. Isto se deve à federalização das universidades do país.

No art. 2º o Regimento retira o 1º objetivo que coloca a “Faculdade como escola básica de toda a Universidade” e transfere-o para o Parágrafo Único quando diz: “A Faculdade poderá ministrar disciplinas correspondentes ao ciclo básico dos cursos mantidos por outros estabelecimentos universitários, bem como utilizar o ensino profissional desses estabelecimentos quando assim for decidido mediante acordo entre as unidades interessadas” (Regimento, 1964, p.4). Verificamos que foi mudada a estrutura universitária inicial e isto se deve à normalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Faculdade de Filosofia deixa de ser Escola Básica, como pensaram Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, para ser

---

<sup>48</sup> Prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça afirma que a história da Universidade do Ceará pode ser dividida em dois períodos: antes e depois dos **Seminários Pedagógicos**, pela importância destes na formação da consciência crítica comunitária no âmbito da Faculdade. Neles se fez logo surgir o **“Departamento de Educação como a menina dos olhos da Universidade, porque era o que se tornara de mais inovativo”** (Painel de Documentação – dia 11/10/1989).



um centro que “poderá ministrar disciplinas que correspondam ao ciclo básico”.

Ainda em relação ao Art. 2º, que fala dos objetivos da Faculdade, foi acrescentada a formação de supervisor de escolas e sistemas escolares.

Em relação à estrutura didática foram tirados os “cursos de preparação e cursos de formação”. Estes foram substituídos pelos Cursos de Graduação. Também os “cursos livres e de extensão”, foram substituídos por Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão. Esta estrutura vem do Estatuto da UFC, conforme comentário já feito anteriormente. O regime seriado e anual e os cursos são divididos, agora, em ciclos básicos e profissionais. Todos aqueles aspectos de preparação e até substituição do Concurso de Habilitação foram retirados. O “ciclo básico deverá ter caráter de formação geral e orientação para o ciclo profissional de um curso ou de toda ordem de cursos afins.” (Art. 5º – parágrafo 2º).

Em relação aos cursos mantidos pela Faculdade, estes foram reduzidos de onze para sete, a saber: Curso de História Natural, Geografia, História, Ciências Sociais, Pedagogia, Letras e Filosofia. Foram retirados os cursos de Matemática, Física, Química que se incorporaram aos Institutos Básicos.

Foi estabelecido o período de noventa dias letivos no qual deverão ser desenvolvidas as disciplinas, semestralmente, com a mesma duração: oitenta horas de trabalho. “Os currículos dos Cursos de Graduação compreendem as disciplinas que resultam das matérias fixadas pelo Conselho Federal de Educação e outras tidas como necessárias para o tipo de formação que a Faculdade proporcionará, de acordo com seus objetivos próprios.” (Art. 18) – (Regimento da FFCL, 1964, p. 8). Verificamos que o Conselho Federal de Educação agora amarra determinado tronco de disciplinas obrigatórias.

Em relação ao currículo de Pedagogia, houve algumas modificações. Fazendo uma comparação desta estrutura curricular com a apresentada no 1º Regimento (de 1961), faremos alguns comentários de aspectos que nos chamaram a atenção:



- esta estrutura curricular é muito mais ordenada, dada a sequência por área de estudo, amarrada pelos pré-requisitos. No Regimento anterior não havia pré-requisitos e as disciplinas se apresentaram soltas, dando ênfase à organização por semestre;
- o Regimento de 1964 não amarrou a integralização curricular semestral, deixando para cada curso fazê-lo. Neste aspecto ele foi mais aberto;
- ficaram como disciplinas do Básico: Fisiologia Humana, Sociologia Geral, Introdução à Educação e Antropologia;
- no ciclo profissional, algumas disciplinas foram retiradas e outras acrescentadas, continuando, entretanto, a predominância da área de Psicologia (cinco obrigatórias e duas optativas);
- há um leque bem maior de disciplinas optativas;
- aparece explicitamente o estágio como obrigatório para a licenciatura de Pedagogia, o que estava omissa no Regimento anterior;
- algumas disciplinas importantes foram retiradas, como: O Ensino Profissional dos Cursos Normais, Princípios e Métodos de Educação Pré-escolar, Teoria Geral da Educação e Educação para o Desenvolvimento;
- foram acrescentadas disciplinas na área de Filosofia e Educação Especial;
- muitas disciplinas foram apenas substituídas em sua nomenclatura inicial, dando, porém, uma conotação mais abrangente, tais como: de Métodos Gerais de Ensino para a Didática; de Métodos e Técnicas de Investigação Pedagógicas para Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional.

Pelo quadro-síntese das áreas de estudo a seguir, percebemos: a permanência da prioridade na área de psicologia (maior número de disciplinas); o aumento das disciplinas de didática e planejamento; a recuperação das áreas de filosofia e estágio; o acréscimo de disciplinas de educação especial, tais como: Educação de Adultos e Educação de Excepcionais. Percebemos, ainda, a diminuição de disciplinas relacionadas aos níveis de ensino, com a supressão do “Ensino



Normal”, e a ausência de disciplinas de Supervisão Escolar, embora esta área tenha sido explicitada nos objetivos da Faculdade (Art. 2º).

Pelo exposto, sentimos, claramente, a influência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1961 nas modificações regimentais do curso de Pedagogia. Há forte influência do psicologismo da época e do tecnicismo já nascente. Percebemos uma ligação com a necessidade de conhecer o meio social, no que se refere à problemática do Nordeste (regionalismo) e à educação de adultos, talvez por influência dos movimentos de alfabetização de adultos da época. É uma estrutura curricular bem mais organizada, porém com algumas perdas.

**QUADRO-SÍNTESE DAS ÁREAS DE ESTUDO  
(DISCIPLINAS DO CURRÍCULO DE PEDAGOGIA) – 1964**

ÁREAS DE ESTUDO	Nº DE DISCIPLINAS	
	1961	1964
- Geografia		0
- História	1 (oblig.)	0
- Psicologia	1 (oblig.)	7 (5 oblig. e 2 op.)
- Sociologia	8 (4 oblig. e 4 op.)	2 (oblig.)
- Economia	2 (oblig.)	0
- Antropologia	1 (oblig.)	1 (oblig.)
- Fundamentos da Educação	1 (oblig.)	1 (oblig.)
- Pesquisa	2 (oblig.)	1 (oblig.)
- Biologia (Fisiologia)	2 (oblig.)	1 (oblig.)
- Filosofia da Educação	1 (oblig.)	2 (oblig.)
- História da Educação	0	3 (oblig.)
- Administração Escolar	3 (oblig.)	1 (oblig.)
- Estatística	1 (oblig.)	2 (1 oblig. e 1 op.)
- Didática e Planejamento	1 (oblig.)	4 (1 oblig. e 3 op.)
- Níveis de Ensino	1 (oblig.)	3 (op.)
- Orientação Educacional	7 (op.)	1 (op.)
- Educação Comparada	4 (op.)	1 (oblig.)
- Ensino Normal	1 (oblig.)	0
- Higiene Escolar	2 (oblig.)	1 (op.)
- Educação Brasileira	1 (op.)	2 (op.)
- Estágio	2 (op.)	1 (op.)
- Educação Especial		2 (op.)



Falando sobre as tendências do Curso de Pedagogia nessa época, Padre José Maria da Frota explicou:

Havia dois grupos de tendência: um que dava ênfase aos fundamentos da educação, principalmente filosofia, e outro que enfatizava mais os métodos e técnicas. Os professores novos que faziam estudos fora do país eram portadores dessa última linha. Também havia o grupo de 'estrutura e funcionamento da escola' que teve uma influência grande, principalmente na figura da prof.<sup>a</sup> Lireda Facó,<sup>49</sup> por suas ideias claras, organizadas e pela personalidade forte que possuía, chegando a conquistar os alunos. Esses grupos de estrutura de ensino e métodos e técnicas influenciaram na Faculdade mesmo antes da reforma de 1968.

O primeiro grupo de fundamentos espelhava-se em Carls Rogers e o professor seria o 'facilitador da aprendizagem'. Tinha uma grande influência do humanismo. Depois sofreu influência da análise transacional, na área de Psicologia (aliás, o psicologismo da educação era muito presente aqui nessa época). Valnir Chagas fazia parte desse grupo, só que ele dizia que o professor era "o centro-vivo do ensino", não admitindo sua substituição. Isto formou uma mentalidade que não era totalmente compartilhada por outros grupos, mais havia harmonia (entrevista realizada no dia 16/11/1989).

No capítulo do Regimento/1964 que se refere aos programas, sentimos que, num aspecto que foi destacado nesse trabalho – o plano conjunto de todas as disciplinas, por série – começa a se fragmentar. Agora, cada professor elabora seu plano. A integração "poderá ser feita" por disciplinas afins. É uma nova forma de integração, agora feita de forma vertical e não por semestre, horizontalmente.

---

<sup>49</sup> Prof.<sup>a</sup> Lireda Facó foi professora influente do curso de Pedagogia, no período de 1964 a 1978, e exerceu vários cargos administrativos.



O Concurso de Habilitação continua em nível de Faculdade, mas “unificado por cursos afins e contará de provas escritas de Português, uma língua estrangeira moderna (Francês, Italiano, Espanhol, Inglês ou Alemão) e mais uma ou duas disciplinas prefixadas nas normas a que se refere o Artigo 47” (Regimento, 1964, p. 29).

A verificação do Regimento Escolar toma uma nova estrutura e é feita através de:

- a) Nota Parcial de Conhecimento (NPC);
- b) Nota de Trabalho Individual (NTI);
- c) Nota de Exame Final (NEF);
- d) Nota de Julgamento Geral (NJG);

*Art. 67 [...]*

*§ 1º – A nota parcial de conhecimento (NPC) resultará de verificações que deverão realizar-se, em cada mês, de acordo com os planos elaborados pelos departamentos.*

*§ 2º – A nota de trabalho individual (NTI) resultará de tarefas de estudo e aplicação de conhecimento realizado de acordo com os planos semestrais dos departamentos.*

*§ 3º – A nota de exame final (NEF) será o resultado deste exame, que constará de prova escrita a realizar-se após integralizado o mínimo de horas/aula e cumprido o programa de cada disciplina.*

*§ 4º – A nota de julgamento geral (NJG), comum a todas as disciplinas cursadas pelo aluno, será atribuída, conjuntamente, pelos respectivos regentes, em reunião que deverá realizar-se até três dias após o último exame final. (Regimento, 1964, págs. 33-34).*

Destaco aqui a preocupação de ser o NPC um instrumento de avaliação progressiva (feita a cada mês); a existência do NTI como uma abertura à produção escrita do aluno a aplicações práticas; e o NJG com uma conotação de avaliação conjunta dos professores.

Também outra mudança que se deu foi no que se refere ao sistema de nota que foi substituído pelo de menções (conceitos),



embora tenha havido explicitamente no Regimento uma equivalência numérica (Art. 68).

A regulamentação dos estágios do curso não sofreu alterações a não ser as adaptações quanto às novas menções. Quanto aos estágios de disciplinas foram retirados do regimento (na prática nunca existiram), sendo substituídos pelo NTI.

Comentando o sistema de avaliação, Padre José Maria da Frota falou:

Havia muita gente contra a NJG, que era mais uma média das notas de cada disciplina. A experiência não foi boa e durou um ou dois anos, sendo mais formalística. As provas finais em conjunto também nunca funcionaram, assim como os NTI'S – um por semestre, a não ser com alguns professores de disciplinas afins. A ideia era ótima, mas não funcionou! (entrevista – dia 16/11/1989).<sup>50</sup>

Em relação aos órgãos de administração, as modificações contidas repetiram o Estatuto da UFC (1963). No Art. 175 do Regimento/1964, os departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras são estruturados, com os seus setores respectivos. No Departamento de Educação (DE) consta os seguintes setores:

---

<sup>50</sup> Em reuniões do Departamento da Educação foram discutidos os seguintes pontos do Sistema de Avaliação da Faculdade:

- Sobre o NTI ficou aprovado "... que, em lugar de diversos exercícios para NTI, se deve exigir um só trabalho-espécie de 'tese' semestral – com possibilidade de constantes revisões pelos próprios alunos ante as críticas dos professores" (ata da reunião de 02/03/1964).

- Foi discutida a inconveniência de "prefixar as datas da realização de verificações, dentro de um calendário rígido, que constitui deformação do sentido dessas verificações e favorece o abuso dos alunos de recorrerem a exames de 2ª chamada, mediante, quase sempre, patrocínio de atestados médicos gratuitos" (ata da reunião de 26/05/1964).

- Também foi aprovada a ideia de que os NPC'S "devem despir-se de formalismo para refletir o natural e envolver a aprendizagem. Por outro lado, aventou-se a possibilidade – a ser testada experimentalmente – de maior integração de disciplinas dentro do princípio da unidade de conhecimento, através de técnicas de verificação como o "exame integrado (*comprehensive examination*) e outras" (ata da reunião de 18/08/1964).



1. Teoria e Fundamentos
2. Método e Técnicas
3. Organização e Administração Escolar
4. Orientação Escolar e Educação de Excepcionais.<sup>51</sup>

Até o final de 1968, a estrutura da Faculdade permaneceu com um departamento: O Departamento de Educação. Depois, com a criação da Faculdade de Educação, esse departamento foi transformado em Departamento de Teoria e Fundamentos. Em 1973, ele se dividiu em Departamento de Teoria e Fundamentos e Departamento de Método e Técnicas. Os outros dois setores não funcionaram como departamentos específicos.

A primeira reunião do Departamento de Educação se realizou no dia 18/10/1963 e houve, nesse ano, quatro reuniões do Departamento e, no ano de 1964, foram realizadas catorze reuniões.<sup>52</sup> O primeiro chefe de departamento foi o prof. Raimundo Valnir Cavalcante Chagas, e o corpo docente era constituído de dezesseis professores (ver nomes de professores no anexo deste trabalho).<sup>53</sup>

O Art. 176, parágrafo 1º regulamenta a participação estudantil no Departamento: “A representação estudantil será constituída por um aluno de cada conjunto de disciplinas em correspondência com uma cadeira, na forma do Art. 116, eleito pelos estudantes nelas matriculados, em reunião, presidida pelo respectivo professor catedrático.” (Regimento, 1964, p. 61). Não há nenhuma regulamentação sobre o Diretório Acadêmico (isto consta no Estatuto da UFC).

<sup>51</sup> Achei esquisita a colocação do 4º setor, unindo Orientação Escolar com Educação de Excepcionais. Pareceu-me “algo arranjado” ou era dada uma conotação diferente às disciplinas.

<sup>52</sup> Tirados do 1º livro de Atas do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Ceará, aberto em 17/10/63 pela secretária Maria Eldenora de Alencar Arraes.

<sup>53</sup> O processo de escolha do professor, nessa época, era de iniciativa do próprio Departamento que analisava o currículo do candidato. “As indicações de professores, entretanto, não tinham caráter de clientelismo nem apadrinhamento. Eram feitas com bastante ponderação através das análises de currículo” (depoimento do Prof. Antonio Carlos de Almeida Machado, no Painel de Documentação, realizado no dia 06/12/1989).



Quanto aos serviços administrativos, continua a divisão da secretaria geral em seção administrativa e seção didática e são criadas as secretarias departamentais.

Assim, a cada semestre era escolhida uma equipe de quatro alunos para representar os estudantes no Departamento de Educação. As reuniões do Departamento eram secretariadas por dois funcionários alternadamente (ver nomes em anexo deste trabalho).

A partir de outubro de 1989, foram realizados, na atual Faculdade de Educação, três painéis de documentação sobre a história do curso de Pedagogia da UFC. As falas coletadas dos participantes desses painéis serão aproveitadas para solidificar a análise do desenvolvimento do curso de Pedagogia da UFC.

1º PAINEL DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC	
Data	Participantes <sup>54</sup>
Outubro/ 1989	Prof. Moacir Teixeira Aguiar
	Prof. <sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça
	Pe José Maria da Frota
	Prof. <sup>a</sup> Maria Cira de Melo Jorge Barbosa

Este painel versou sobre “A CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA E SEUS PRIMEIROS ANOS DE EXISTÊNCIA”. Tentarei resumir algumas ideias colocadas nesse momento.

Os professores iniciadores do Departamento de Educação da UFC eram portadores de um autodidatismo que, segundo a prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça, uniam a “essência de um saber com o saber prático. No Nordeste o aprender por si próprio e pela experiência acumulada não apresentava alternativa, pois as escolas de pós-graduação e a construção do saber ainda estavam por surgir”. O prof. Moacir Teixeira Aguiar concordou com essa afirmativa citando os nomes dos professores Valnir Chagas e Lireda Facó como autodidatas. E acrescentou:



Havia uma ideia de formar gente nova daqui, nas universidades estrangeiras (diferente de outras universidades, como a PUC, de São Paulo, que mandavam buscar mestres no estrangeiro). Isto aconteceu com vários professores, como Maria Lúcia Lopes Dallago, Antônio Carlos de Almeida Machado etc.

Caracterizando os primeiros professores como questionadores insaciáveis, a prof.<sup>a</sup> Zélia concluiu:

O contato direto e fecundo dos brasileiros com as fontes intelectuais das várias culturas, fossem elas latinas, gregas, alemãs, francesas, inglesas, norte-americanas, canadenses, russas, mexicanas, italianas ou outras, ocorria através das leituras, conversas e discussões informais, palestras e até discursos acadêmicos daqueles iniciadores do Departamento. Assim, os iniciadores construíram um patrimônio que fez o Departamento de Educação se transformar num centro de irradiação cultural da província, agilizando nova universidade – a Unifor – reestruturando e fundando a UECE, forçando o abrir de portas do Seminário Arquidiocesano à mulher acadêmica e a ela, o reabrir dos portões do Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico.<sup>54</sup> Atuando nos Conselhos Federal<sup>55</sup> e Estadual da Educação, Secretaria da Educação do Estado, em comissões internacionais, nas associações profissionais e literárias, nos clubes de serviço voluntariado para a comunidade.

Retomando esta questão, o prof. José Maria da Frota fala do entusiasmo da época pelo lema do “Regional para o Universal” adotado na criação da Universidade do Ceará. Lembrou, na ocasião, a figura do Pe Francisco Batista Luz – diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – como

---

<sup>54</sup> Prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça foi a primeira mulher a assumir uma cadeira do Instituto Histórico do Ceará, em 1968.

<sup>55</sup> Prof. Valmir Chagas foi conselheiro do Conselho Federal de Educação, em 1966.



uma das maiores cabeças passadas por esta Faculdade e com uma linha direcional muito clara: transformar a Faculdade num centro de irradiação para toda a Universidade e o Departamento de Educação como o iluminador do ensino na Universidade.

Houve um consenso entre os participantes do painel, no sentido de afirmarem que o Curso de Pedagogia era influenciado por várias correntes teóricas, mas que havia um peso maior de influência da Escola Nova. Sobre isso o prof. Moacir Teixeira Aguiar falou que “O curso era bastante influenciado pela tendência pragmatista de Dewey e Anísio Teixeira e por Durkheim, especialmente na formação sociológica”.

Citou como autores lidos na época: Kilpatrick, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Durmeval Trigueiro. E falou ainda:

Houve uma influência forte da Escola-Nova, com orientação liberal-burguesa de Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Os alunos demonstravam pouca admiração pelo pensamento filosófico, dificultando assim um trabalho mais profundo na faculdade. Isto se dava pela confusão que faziam entre filosofia e escolástica gerando antipatia por esta área. Não havia um pensamento marxista na época, embora houvesse professores marxistas (lembrou Diatathy Menezes). Os nomes de Hegel e Marx eram apenas citados, e, quando estudados, era, às vezes, para fazer reação. Nessa época, o existencialismo não era conhecido pelo corpo docente, só sendo introduzido depois pelo prof. Antônio Gomes Pereira.<sup>56</sup>

Lembrou a visita de Sartre a UFC, em 1961, e disse, ainda, que fora influenciado pela fenomenologia.

---

<sup>56</sup> O Prof. Moacir Teixeira Aguiar terminou sua fala no painel dizendo: “Espero que vocês amem essa faculdade a qual eu, Zélia, Valnir e Padre Frota demos o melhor do nosso amor, do nosso entusiasmo e da nossa fé. Só não demos sangue porque é difícil a gente dar sangue...”

Pe José Maria da Frota, em entrevista (dia 16-11-1989), completou alguns dados sobre este aspecto. Disse-nos ele que “O corpo docente da faculdade era formado, em sua maioria, por ex-marxistas, ex-seminaristas e padres. Eram 15, mais ou menos”.

Lembrou os nomes de Pe Luiz Moreira Cavalcante, Pe José Maria da Frota, Ernesto Neves, Adil Dallago, Antônio Gomes Pereira, Antônio Carlos de Almeida Machado, Leonel Correia Pinto, José Sarques, Aloylson Gregório de Toledo Pinto e José Anchieta Esmeraldo Barreto.

Embora a influência tomista não fosse manifestada (só na mentalidade inconsciente dos professores) havia um ‘clima tomista’, mesmo por parte do Prof. Valnir Chagas. Eu sempre exerci esta influência, embora disfarçasse um pouco, mas como fui formado nessa escola, a influência existia. A área do conhecimento que mais pesava no nosso curso era a Psicologia e a Didática. Sociologia quase não se falava. Havia um outro grupo de professores que já iniciava a formação embrionária do especialista em educação, embora não fosse explícita. Era principalmente a ênfase do diretor de escola.

Concluindo, a prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça disse que “era o pluralismo de ideias que enriquecia a vida no Departamento de Educação e que poderia ser considerado como *casa do intelecto*” e Pe José Maria da Frota lembrou do tempo que havia apenas um salão onde todos os professores tinham juntos seu birô e se conversava, tirava dúvidas e brincava, mas também participavam de todas as discussões, às vezes calorosas.

Havia uma espécie de cultura de ‘boa convivência’ entre alunos e professores. Nos enriquecemos não no sentido eclético, mas no sentido de amadurecimento, formação e nobreza de implantação de um ambiente universitário que, a meu ver, ainda está nascendo.

Acrescentamos que os próprios professores tinham uma função “polivalente” com ampla movimentação nas áreas do currículo, facilitando, assim, esse clima de entrosamento.



Participando do segundo painel de documentação, realizado no dia 6/12/1989, referente aos anos de 1964-1968,<sup>57</sup> o prof. Antônio Carlos de Almeida Machado<sup>58</sup> analisou as tendências teóricas do curso de Pedagogia nesse período:

A ênfase do currículo dessa época era dada às disciplinas de cultura geral, com forte configuração histórico-fisiológica-pedagógica e biológica. As disciplinas mais específicas, como didática e metodologia eram estudadas somente nos anos terminais do curso. A proposta pedagógica do curso era explicitada apenas no regimento, portanto o seu projeto teórico era implícito. Esta questão não era discutida em reuniões de Departamento<sup>59</sup> nas quais falava-se somente do pedagógico vivido no cotidiano.

Lembrou-nos que foi somente em 1969 que surgiu uma proposta teórica para o Curso de Pedagogia, através do Conselho Federal de Educação, cuja explicitação foi escrita pelo conselheiro Newton Sucupira.<sup>60</sup>

O professor Antônio Carlos ainda acrescentou que o profissional que se formava era o generalista, com bastante preparo, de cultura geral, já que 70% do currículo era dedicado às disciplinas dessa natureza. Era muito zelado o estudo rigoroso, não havendo preocupação em aliar o ensino à prática. A dimensão era mais de orientação de leitura: construir o saber através da própria teoria. Os alunos geralmente estudavam e liam muito.

---

<sup>57</sup> O segundo painel está descrito em sua íntegra, a partir da página 79 desse trabalho, fazendo parte do IV Capítulo: "O desenvolvimento do Curso de Pedagogia da UFC no contexto da Reforma Universitária".

<sup>58</sup> O Prof. Antônio Carlos de Almeida Machado entrou no Departamento de Educação, em 1965, na área de Psicologia da Educação e Currículos e foi diretor da Faculdade nos períodos de 1983 a 1987.

<sup>59</sup> Pelas leituras feitas em todas as atas das reuniões do Departamento de Educação, no período 1963/1968, verificamos que os assuntos ali discutidos não extrapolavam a esfera do administrativo e do pedagógico referente ao curso.

<sup>60</sup> Newton Sucupira, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e considerado o patrono da pós-graduação no país.



Citou, nessa ocasião, a constante pressão dos alunos em relação à melhoria da biblioteca.

A ênfase dada à fisiologia, nessa época, se deu ao trabalho de Prof. Francisco José do Amaral Vieira<sup>61</sup> que “fazia escola” na faculdade, em torno de suas pesquisas no “laboratório de psicologia e físiologia -neurologia”. Ele fazia experiência com ratos e foi um dos fundadores da SBPC no Ceará. Era um cientista preocupado com a pesquisa na Universidade (veja relação de pesquisas no anexo deste trabalho) e pessoa que levantava essa questão nas reuniões de departamentos.<sup>62</sup> O prof. Francisco José do Amaral Vieira teve projeção nacional e internacional, com publicações em revistas especializadas do Japão.

Lia-se muito na época Florestan Fernandes e Padre Lebre, na área de Sociologia. Lembrou o livro do Pe Roger Bastide Lebre *Os dois Brasis* que era indicado para leitura. Entretanto, a maioria dos livros eram estrangeiros por falta de literatura nacional. Na área de Psicologia havia uma divergência entre o cognitismo (assumido por professores como Antônio Carlos de Almeida Machado, Maria Lúcia Lopes Dallago e Valnir Chagas), trabalhando com autores alemães e o behaviorismo – assumido mais pelo prof. Francisco José do Amaral Vieira. As palavras-chave eram: “insight” e “reflexo condicionado”. Na Faculdade, nessa época, não se falava em Piaget ou Paulo Freire, embora, em nível de Estado, por causa da influência de Lauro de Oliveira Lima, os currículos já tivessem uma fundamentação piagetiana.

<sup>61</sup> O Prof. Francisco José do Amaral Vieira foi admitido no Departamento de Educação em 1964.2. Era secretário regional da SBPC e grande influente nessa entidade: O I Simpósio Nacional de Ciências Biológicas, promovido pela SBPC em 1964, girou em torno do Laboratório de Físio-psicologia e foi coordenado por ele. Quando da construção do 1º bloco do Campus de Humanidades, pertencente ao Departamento de Educação, no Benfica, em 64.2, foi construído também o laboratório de Físio-psicologia pertencente à FFCL da UFC.

<sup>62</sup> “A pesquisa nessa época na Universidade tinha um peso muito grande, com a existência dos Institutos próprios. Havia uma Comissão Central de Pesquisa, coordenada pelo Professor Manuel Ventura Mateus, que tinha uma função semelhante a do CNPq, atualmente. Somente os Departamentos de Educação e Ciências Sociais tinham, nessa ocasião na Universidade, preocupação de ligar pesquisa ao ensino”. (Declaração do pesquisador José Ferreira de Alencar, em painel de documentação realizado no dia 06/12/1989).



Raimundo Valnir Cavalcante Chagas (figura de muita influência no curso) representava o pensamento da Escola-Nova, portanto a linha cognitivista. Ele era considerado, na ocasião, materialista, por defender a *gestalt*, principalmente pelos professores que assumiam a *linha tomista*.

Em filosofia, era estudado Anísio Teixeira em *Educação é um Direito* e John Dewey em *Escola e Democracia*.

As reuniões de departamento tratavam mais da sistematização do curso. Nelas, a presença do prof. Valnir Chagas era muito forte e abrangente, como pessoa que interpretava o curso “A palavra final sempre pertencia a ele”, disse-nos o prof. Antônio Carlos de Almeida Machado. A entrada do Pe José Maria da Frota na chefia do departamento deu uma nova configuração ao mesmo, pois democratizou mais a participação nas discussões e descentralizou as decisões. Embora a justificativa dada à saída do prof. Valnir Chagas do Departamento de Educação tenha sido os encargos do CEF, parece que houve muita influência nessa decisão, os embates ideológicos que estavam acontecendo nesse momento, nos quais ele estava bastante envolvido.<sup>63</sup>

A prof.<sup>a</sup> Maria Cira de Melo Jorge Barbosa centralizou seus depoimentos no movimento estudantil do início dos anos 60, afirmando que “

foi o movimento estudantil que preservou a memória da universidade naquela época, do mesmo modo que hoje ela é também preservada pelo movimento docente, embora esta tenha sido prejudicada pela Ditadura Militar.

Destacou, ainda que os anos 60 se iniciaram no Brasil sob o clima de euforia desenvolvimentista do governo Kubitschek, mas a marca forte desse período era a intensa mobilização popular em torno

---

<sup>63</sup> Os embates ideológicos a que o prof. Antônio Carlos de Almeida Machado se refere envolveram, principalmente, os profs. Valnir Chagas e Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes.



dos lemas de conscientização e politização e muito influenciada pelos acontecimentos mundiais. Lembrou as plataformas das reformas de base lideradas, principalmente, pelo MEB (Movimento de Educação de Base). Os contextos de greves unificou muito a classe trabalhadora urbana, as ligas camponesas lideradas por Julião e a classe estudantil. A AP – Ação Popular – foi um ponto de união entre as diversas alas da esquerda e todos os presidentes da UNE participavam da AP.

O curso de Pedagogia da UFC vinculou-se fortemente ao MEB através de seus alunos. Citou alguns colegas que participaram do MEB: Aluizio Gregório de Toledo Pinto, Maria Lúcia de Souza e Silva, Maria Ruth Barreto Cavalcante, Teresinha de Jesus Pinheiro Maciel. O movimento estudantil da UFC era forte e corajoso, agindo, principalmente, através de passeatas e concentrações. O horário de almoço do CEU (Centro de Estudantes Universitários) era de muita discussão e mobilização. Como afirma a prof.<sup>a</sup> Maria Cira de Melo Jorge Barbosa:

O CEU era o ponto de encontro onde a gente divulgava as ocorrências, fazia denúncias, agitava as passeatas e as concentrações; então o CEU foi realmente um marco nesse momento.

A partir de 64, com o golpe militar, a UFC passou a ter convivência com delatores, instalando-se a “instituição da denúncia anônima”. Era uma inversão de valores, num clima de terrorismo, dando a sensação da desconfiança generalizada, principalmente em época de eleição estudantil. Alunos da pedagogia foram presos, torturados e desaparecidos. Também o então prof. Olavo França Sobreira de Sampaio foi preso por ser advogado dos ferroviários e lutar em favor das leis trabalhistas. Esse professor foi substituído pelo prof. Francisco de Alcântara Nogueira que foi rejeitado pela turma e, em sinal de protesto, um grupo de alunos trancou a matrícula dessa disciplina. Foi aí que o prof. Hélio Guedes de Campos Barros assumiu a disciplina.



As nossas casas foram revistadas pela polícia em busca de livros e nomes de colegas. Nessa busca houve um fato cômico: havia um livro editado pela linha conservadora da Igreja, com o título: *A reforma Agrária – Questão de consciência*, que condenava a reforma agrária e que foi apreendido por causa do título,

afirma Maria Cira de Melo Jorge Barbosa.

No Curso de Pedagogia havia, entre os alunos desse período, muita articulação e reflexão sobre o curso. “O nosso universo aqui do curso era muito pequeno e facilmente a gente conseguia uma mobilização muito intensa”. Era utilizado o intervalo das aulas e encontros para discutir o curso, sempre iniciado pela motivação do violão. “Sentíamos a classe como unidade e a nossa preocupação era desenvolver o senso crítico dentro do curso”, disse ainda a prof.<sup>a</sup> Maria Cira de Melo Jorge Barbosa.

No curso, com o golpe de 64, não foi abalada essa cobrança e exigência que os estudantes tinham em relação aos professores para o desenvolvimento do senso crítico. O que foi censurado foram algumas leituras de autores tidos como “progressistas”. Cira confirma:

Havia a preocupação em alguns professores de não se comprometerem com a gente. Por exemplo, se a gente fizesse uma crítica na sala, os professores se calavam porque estava em jogo as posições deles como professores.

O prof. Antônio Carlos de Almeida Machado lembrou ainda que o grande embate assumido pelos estudantes, na época, era a questão dos “excedentes do vestibular”, que foi motivo para a mudança do sistema do vestibular, sendo, a partir de 1969, classificatório.

Pe José Maria da Frota falando sobre o nível crítico dos alunos, afirma:

O nível de conscientização dos alunos era bem inferior ao de agora e predominava a acomodação. As leituras mais críticas,



como as de Marx, não eram feitas em sala de aula, somente em movimentos estudantis.

Foram apontados como maiores problemas do Departamento de Educação, na época, a definição do papel do estudante na faculdade e do papel do Departamento de Educação na UFC, como centro da Universidade ou apenas mais um departamento. O Pe Francisco Batista Luz lutava pela primeira opção, mas, com o regimento de 1964, predominou a segunda tendência.

Pelos dados aqui colocados sobre o curso de Pedagogia podemos perceber que o perfil do profissional formado nessa época (até mais ou menos 1968) era tipicamente do **educador-generalista** com predominância na formação psicológica de linhas behaviorista ou cognitivista e que deveria atuar nas escolas de curso normal ou no curso secundário, como professor, ou como administrador de escolas. Embora constasse no currículo disciplinas da área de Administração Escolar e Orientação Escolar, elas não tinham a conotação de formação de “especialistas”, sendo, inclusive, dadas no bojo de uma formação mais generalista.

O curso em si não proporcionava, até essa época, uma visão crítica da sociedade ou da educação, pois as leituras passadas se fundamentavam no idealismo e no positivismo. Se alguns alunos líderes do movimento estudantil apresentavam uma postura mais crítica, ela foi assimilada nos movimentos de cultura popular de que participavam e na própria política estudantil.

A competência técnica em relação ao estudo e à responsabilidade profissional era conseguida, mas a consciência política crítica era inexistente, predominando a postura liberal-democrática, confirmando o perfil traçado para a formação do educador, nesse primeiro momento de sua formação.



### CAPÍTULO III

## O DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC NO CONTEXTO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

*A burocracia pedagógica leva o educador a perder de vista a razão principal de seu trabalho.*

(Maurício Tragtenberg – 48)<sup>64</sup>



Turma de Pedagogia da UFC – 1965-1968



Formandas de 1968 – Foto Oficial da Turma – Curso de Pedagogia da UFC

<sup>64</sup> Maurício Tragtenberg (Getúlio Vargas, 4 de novembro de 1929 — São Paulo, 17 de novembro de 1998) foi um sociólogo e professor brasileiro.



A Universidade Federal do Ceará, por causa da interferência do conselheiro Valnir Chagas, antecipou a Reforma Universitária de 1968, em carácter de experiência. A prova disto é que o Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, de 1966, já estabelece todas as diretrizes dentro do espírito da reforma, tais como:

- criação das habilitações de magistério, orientação, administração e supervisão de escolas e sistemas escolares (Art. 2º, alínea I);
- continuação do NPC, NTI, NEF, e NJG e o sistema EBRIM para verificação do rendimento escolar do aluno;
- na carreira do professor, aparecem as figuras do Instrutor de Ensino Superior, Assistente, Adjunto e Catedrático;
- o órgão de deliberação é o Departamento e o órgão legislador é o Conselho Departamental;
- é criado o concurso para contratação de professores na Universidade;
- o Diretório Acadêmico continua reconhecido como órgão representativo dos discentes;
- o Departamento de Educação é composto dos mesmos setores, ou seja: 1 – Teoria e Fundamentos; 2 – Métodos e Técnicas; 3 – Organização e Administração Escolar; 4 – Orientação Educacional e Educação de Excepcionais.

Em 1969, o curso de Pedagogia se desliga da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras e começa a ser coordenado pela Faculdade de Educação. No anexo ao Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará – Curso de Graduação em Pedagogia – (1969), consta:

*Art. 1º – O curso de Graduação em Pedagogia, a que corresponderá o diploma de licenciatura, destina-se à formação de professores para o ensino de atividades, áreas de estudo e disciplinas específicas nas escolas de 1º e 2º graus e de administradores, supervisores, orientadores, inspetores e outros especialistas que devam atuar no âmbito de escolas e sistemas escolares.*



*Parágrafo Único – O curso de Pedagogia será coordenado pela Faculdade de Educação, cuja coordenação de Cursos exercerá, para este efeito, as atribuições do colegiado a que se referem os artigos 57 do Estatuto e 52, item II, do Regimento Geral.*

*Art. 2º – Serão os seguintes números correspondentes aos departamentos da Faculdade de Educação:*

- 1. Teoria e Fundamentos*
- 2. Métodos e Técnicas*
- 3. Orientação Educacional e Educação de Excepcionais*
- 4. Planejamento e Administração*

*Parágrafo Único – Enquanto não estiver funcionando o Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, as disciplinas psicológicas gerais serão ministradas pela própria Faculdade de Educação, onde, provisoriamente, constituirão o Departamento.*

- *A disciplina ED – 101 – Introdução à Educação é pré-requisito para a matrícula em qualquer disciplina do ciclo profissional (Art. 3º e § 2º).*
- *Exigência de experiência em magistério, além do estágio, para as habilitações em Administração Superior e Inspeção Escolar (Art.7º).*

*Parágrafo Único – A experiência do magistério para habilitação em Orientação Educacional terá a duração mínima de três (3) anos letivos.*

- *O diploma de Pedagogia compreenderá até duas habilitações (Art. 8º).*

*Art. 11 – A Universidade fará ampla divulgação dos efeitos de capacitação profissional resultante do Curso de Pedagogia, a saber, de acordo com o Parecer 252/69 do Conselho Federal de Educação:*

- a) exercício das atividades relativas às habilitações consignadas em cada diploma;*
- b) exercício de magistério, no ensino de 2º grau, das disciplinas*



*correspondentes às habilitações obtidas, bem como de Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática, observados os limites que venham a ser estabelecidos pelo Poder Público para o registro profissional;*

- c) *exercício de magistério na escola de 1º grau, na hipótese da letra a § 1º e do 2º do Art. 4º deste Anexo e sempre que hajam sido estudadas as disciplinas ED-208, ED-209 e ED-210.*<sup>65</sup>

*Parágrafo Único – As prerrogativas mencionadas na letra b deste artigo referem-se ao curso na duração maior.*

Após essa referência regimental desse período, tecerei alguns comentários sobre o funcionamento do curso, dividindo em dois períodos: de 1964 a 1968 – no qual predominava mais o impacto do golpe militar; e de 1968 à década de 1970 – ocasião em que o curso sofreu mais a influência da Reforma Universitária.<sup>66</sup>

Vivendo numa época de Ditadura Militar, os anos de 1964-1968 para o curso de Pedagogia foram desenvolvidos em meio a mais um clima de insegurança e busca de definições para o curso.

De 1965 a 1968 entraram no Departamento de Educação 25 professores que se juntando aos 16 que foram contratados até 1964, formavam um total de 41 professores contratados. A política era de expansão do corpo docente.

O Departamento de Educação teve, nesse período, como chefe o prof. Valnir Chagas que permaneceu até 1965 e, a partir daí, o Pe José Maria da Frota que, por sua vez, ficou na chefia de 1966 a 1969, reeleito anualmente por seus colegas docentes. Já na subchefia estiveram: prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça (1965), prof. Moacir Teixeira Aguiar (1966) e prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Lopes Dallago (1967 e 1968).

Em 1965, foi instituída a figura do coordenador de disciplinas por semestre e exerceram esse cargo os seguintes professores: Paulo Elpidio de Menezes Neto, Francisco José do Amaral Vieira, Antônio Gomes

<sup>65</sup> Disciplinas: ED-208 – Metodologia do Ensino de 1º grau I; ED-209 – Metodologia do Ensino de 1º grau II; ED-210 – Prática de Ensino na Escola de 1º grau.

<sup>66</sup> Os dados aqui colocados foram retirados das atas das reuniões do Departamento de Educação, nesse período.



Pereira, Pe José Maria da Frota (cada um por semestre) e Antônio Carlos de Almeida Machado que ficou responsável pelas licenciaturas.

Um caso que causou muita polêmica no Departamento foi o debate ideológico entre os professores Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Valmir Chagas que se encerrou com a indicação da transferência do prof. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes para o Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Logo depois, em 1966, esse departamento se desmembrou do Departamento de Educação, tornando-se autônomo. Num dos painéis de documentação sobre História do Curso de Pedagogia da UFC, realizado no dia 9/11/1989, o então secretário Geraldo Batista de Lima,<sup>67</sup> referindo-se a esse caso, declarou: “A saída do prof. Diatahy foi uma das maiores injustiças já presenciadas no Departamento”.

A partir de 1966, o grande debate na Faculdade girava em torno do projeto da Faculdade de Educação, frente à modificação da estrutura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se desmembrara em quatro escolas independentes: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Letras e Arte, Faculdade de Educação e Faculdade de Ciências, esta última agregando os Institutos Básicos de Matemática, Física, Química e Tecnologia. Foi, então, criado um grupo de trabalho e realizada uma Semana Pedagógica para estudos da Reforma Universitária e implantação da Faculdade

De Educação, em 1968. Este grupo era constituído dos seguintes professores: Aloylson Gregório de Toledo Pinto, Raimundo Hélio Leite, Antônio Carlos de Almeida Machado, Maria Lúcia Lopes Dallago, Lireda Facó, Adil Dallago, Pe José Maria da Frota e a representante estudantil Beatriz Menelau Fiuza.

Ao final de 1968, foi extinto o Departamento de Educação e criada a Faculdade de Educação (16/12/1968). Também, nesse ano, o Curso Básico foi transferido para o Departamento de Ciências Sociais.

Cabe ressaltar a realização, como atividade de integração entre as disciplinas, da Semana de Estudo Interdisciplinar sobre: “A escola

---

<sup>67</sup> O funcionário Geraldo Batista Lima foi secretário do Departamento de Fundamentos da Educação no período de 1965 a 1970.



primária em face das experiências de sua clientela” coordenada pelos professores: Lireda Facó, Maria Lúcia Lopes Dallago, Ernesto Neves, Antônio Carlos de Almeida Machado e Edda Augusto Quirino Simões. Era uma tentativa de integração de conteúdos.

As principais reivindicações constantes em ata, nesse período, versavam em torno do funcionamento vespertino da biblioteca, de protestos de professores contra o NJG (Nota de Julgamento Geral) e do aproveitamento de disciplinas em outros cursos. Também era bastante questionada a disciplina “Introdução à Educação” pelos alunos.

É importante destacar a repercussão da crise da Faculdade de Medicina, que envolvia o prof. Aprígio Mendes Filho. O prof. Francisco José de Amaral Vieira manifestou, numa das reuniões do Departamento, a estranheza da Faculdade em não discutir as críticas que estavam sendo lançadas à Universidade, pois os professores só sabiam de sua existência através da leitura de jornais. Dizia o prof. Francisco José do Amaral Vieira que “Existe ampla campanha contra a universidade brasileira”.

Foi nessa ocasião que também se denunciou o “Projeto Camelot”, de origem americana e com cunho de espionagem e de pressões para admissão de professores.<sup>68</sup> Esta foi a primeira vez que aparece, em ata de reuniões, assuntos diferentes do “administrativo e pedagógico do cotidiano”. A ideia que se tem é de que o departamento funcionava à margem do que estava acontecendo no Brasil e na universidade brasileira como um todo.

Outro momento aconteceu nesse sentido, agora por pressão dos alunos do Diretório Acadêmico da Faculdade que solicitaram, em reunião do Departamento, realizada no dia 29/7/1968, pronunciamento objetivo dos professores do Departamento de Educação

---

<sup>68</sup> O pesquisador José Ferreira de Alencar, que participou do painel de documentação da História da Faced, realizado no dia 6/12/1989, discorreu sobre o Projeto Camelot, ao qual se opôs veementemente na ocasião e que por isso sofreu muitas repressões. Diz ele: **“O seu objetivo era o de conhecimento das áreas de conflito, para facilitar a entrada do exército americano na América Latina. Para isto foi projetada uma pesquisa monumental na área social”.**



sobre o “massacre e prisão de estudantes” efetuado ultimamente em todo o país, inclusive em Fortaleza. Depois de discutida a questão, o Departamento emitiu a seguinte nota:

Os professores do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo em vista os recentes acontecimentos que envolveram estudantes, sentem-se no dever de fazer o seguinte pronunciamento:

- 1) Consideram nobre e elevado o objetivo do movimento estudantil, naquilo em que se refere a defesa de uma política educacional capaz de dar à Universidade Brasileira os instrumentos de que precisa para cumprir suas funções sociais;
- 2) Reconhecem que o desaparecimento didático-científico das universidades, objeto dos protestos estudantis, é um fator de entrave da atividade universitária que empobrece o ensino e torna praticamente impossível a pesquisa científica;
- 3) Condenam veementemente a intromissão de pessoas estranhas ao movimento, o que contribui para afastá-lo dos seus verdadeiros objetivos;
- 4) Reprovam a repressão policial que, longe de assegurar a ordem pública, contribui para tornar a situação ainda mais grave;
- 5) Solicitam das autoridades policiais a divulgação dos precisos motivos legais que determinaram a prisão dos estudantes;
- 6) Esperam que um levantamento dos pontos permita aos professores participar da luta em defesa da universidade, de modo que ela seja realmente definida como aquilo que de fato ela deve ser: uma comunidade de professores e alunos.<sup>69</sup>

Por esse manifesto os professores já começam a tomar posicionamentos explícitos a respeito da autonomia da Universidade.

Como produção científica do Departamento, poderemos citar algumas pesquisas que estavam sendo elaboradas nessa época, tais como:

---

<sup>69</sup> Ata da reunião do Departamento de Educação, de 29/07/1968.



- “Condição socioeconômica do universitário brasileiro” (1965), realizada pelo prof. Francisco de Alencar;
- “Farmacologia da Ansiedade e Fisiologia de Memória” (1966), pelo prof. Francisco José do Amaral Vieira;
- “Análise e interpretação das reprovações no vestibular” (1968), pelo prof. Raimundo Hélio Leite.

De um universo de 41 professores, apenas três estavam realizando pesquisa através de uma iniciativa de caráter mais individual. Observa-se que a “Escola Fisiológica” falada anteriormente neste trabalho, é uma realidade científica no Departamento. As outras pesquisas se limitam à realidade do universitário brasileiro.

A partir de 1964, facilitado pelo acordo MEC/USAID, o Departamento de Educação foi visitado por vários cientistas-professores estrangeiros (a maioria americanos) e nacionais (ver nomes no anexo deste trabalho).

A primeira turma de pedagogos, formada pela UFC, diplomou-se em 1966 e era composta por catorze alunos.<sup>70</sup> Em 1967, foram diplomados 24 pedagogos e, em 1968, 21 graduados.

<sup>70</sup> Os primeiros concludentes de pedagogia foram:

- 1 Álida Maria Ferreira Magalhães
- 2 Amélia Maria Bastos Farias
- 3 Ana Lourdes Moreira de Menezes
- 4 Augusta Maria Pereira Correia
- 5 Luiz Bezerra dos Santos
- 6 Maria Célia de Araújo Guabiraba
- 7 Maria do Carmo Farias Borges
- 8 Maria Iracira Ribeiro
- 9 Maria Neusa Pordeus Maia
- 10 Maria Susana Pontes de Vasconcelos
- 11 Maria Vilany Roque Rodrigues
- 12 Marilda Nogueira Rebelo
- 13 Terezinha de Jesus Fonteles Veras
- 14 Terezinha Gonçalves Vieira



## 2º PAINEL DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC

**Tema: O curso de Pedagogia da UFC no contexto sociopolítico e econômico do Regime Militar (1964-1968)**

**Data de realização: 29/11/1989**

Participantes:

- Prof.<sup>a</sup> Maria Ruth Barreto Cavalcante
- Prof.<sup>a</sup> Terezinha Vieira Correa
- Secretário Geraldo Batista Lima
- Prof. Antônio Carlos de Almeida Machado
- Pesquisador José Ferreira de Alencar

Falando sobre Movimento Estudantil dessa época, no Departamento de Educação, colarei aqui o depoimento da prof.<sup>a</sup> Maria Ruth Barreto Cavalcante, representante estudantil do curso de Pedagogia e presidente do Diretório 12 de Junho, nesse período. Disse-nos Maria Ruth Barreto Cavalcante:

Dos quase trinta anos de existência da Faculdade de Educação, pelo menos quinze anos foram vividos sob o clima de intensa repressão. Para se entender o movimento estudantil daquela época, é necessário olharmos para o que estava acontecendo no mundo inteiro. A juventude mundial vivia um clima de muita contestação e protesto, principalmente em torno do imperialismo norte-americano. O acordo MEC/USAID era uma forma concreta de integrismo, querendo transformar as universidades públicas em fundações e em universidades pagas.

Citou o relatório ATMA, que veio contrapor-se à greve de 1/3 de participação estudantil nos órgãos colegiados da Faculdade. “Juntando a efervescência do movimento estudantil no mundo inteiro, surgido como uma força nova, com a política repressiva do governo brasileiro, os estudantes reagiam com muita intensidade”.



A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, situada num ponto estratégico em frente ao CEU, foi um local de organização de passeatas e de muita mobilização. O envolvimento ativo dos alunos da Faculdade proporcionou a criação do grupo de teatro – O GRUTA – que foi uma espécie de UNE Volante, indo se apresentar em cidades do interior como: Sobral, Crato, Juazeiro e Barbalha – local onde foi barrada a apresentação; e a confecção do jornal BIZU. Em 1967, O DCE quis retomar o trabalho de alfabetização feito anteriormente pela UNE/MEB e formou um grupo de preparação de universitários para alfabetizar camponeses. O movimento estudantil funcionou normalmente até 1968, quando foi interrompido pelo o AI-5, decretado em 1968.

Lembrou-nos Maria Ruth Barreto Cavalcante de sua prisão e do último Congresso da UNE, realizado em 1968 em que foram presos mil estudantes e provocou uma mobilização de protestos geral, em torno do lema: “A UNE somos nós”.

Avaliando a ação do Movimento Estudantil do curso de Pedagogia, Maria Ruth Barreto Cavalcante destacou a firmeza de posições no Conselho Universitário e a forte participação nas lutas do movimento, em nível nacional. Também ressaltou que, ao lado disso, os representantes estudantis tinham uma presença séria no curso, como alunos e sempre lutando pela qualidade do mesmo. “Havia uma busca de qualidade e uma postura crítica em relação ao currículo do curso de Pedagogia”.

A participação dos alunos no Curso dava respaldo à liderança que exerciam.

Nessa ocasião, foi lembrado que o Departamento de Educação foi, por influência do prof. Valnir Chagas, o laboratório da Reforma Universitária. O Sr. Geraldo Batista Lima falou que “Valnir Chagas deu todo o respaldo ao projeto MEC/USAID e era considerado, na época, a pessoa mais avançada em educação”.

A prof.<sup>a</sup> Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel, que assistia o painel, lembrou-nos que, nessa ocasião, Valnir Chagas costumava dizer



que ele, Newton Sucupira e Padre José de Vasconcelos eram “os cardeais da educação”.

A prof.<sup>a</sup> Terezinha Vieira Correa, também representante estudantil da época, completou algumas informações, principalmente relacionadas ao período em que foi aluna da 1<sup>a</sup> turma de Pedagogia (de 1963 a 1966). Essa turma entrou na faculdade em 1962, através de um “cursinho de preparação” para o vestibular, organizado pela própria faculdade.<sup>71</sup> Os professores desse cursinho eram os mesmos do curso de Graduação. O vestibular se destinava aos alunos de Pedagogia e Geografia e existia mais vaga do que candidatos. As aulas aconteciam em vários locais porque não havia um prédio para o curso de Pedagogia.<sup>72</sup> Havia um grande entusiasmo entre os alunos para serem representantes e sempre as eleições se processavam com muita discussão, isto, principalmente, em 1963/64, antes do golpe militar. Os estudantes, bastante envolvidos, participavam de vários movimentos tais como o do Arraial Moura Brasil: jogos universitários; passeata dos bichos; festas juninas. Disse-nos a prof.<sup>a</sup> Terezinha Vieira Correia: “Se vivia intensamente a vida universitária”.

Lembrou-nos, ainda, a luta que os estudantes tiveram para conseguir permissão do Pe Francisco Batista Luz para usar calça comprida na Faculdade. “A evolução foi tão rápida que logo após estávamos usando minissaia”.

Falou-nos também do “código de honra” trazido pelos alunos da Faculdade de Engenharia e que foi aderido, com muita responsabilidade, na turma de Pedagogia, provocando muita confiança nos alunos por parte dos professores.

Os TTS (Trabalhos Individuais) eram feitos em nível de monografias. Cada disciplina exigia um TI e os professores, por causa da precariedade da biblioteca, colocavam seus livros à disposição dos alunos. No NJG, havia uma crítica de que, conforme Maria Ruth

---

<sup>71</sup> Eram os Cursos de Preparação previstos no regimento/1961.

<sup>72</sup> O 1º bloco do Campus de Humanidades, pertencente ao Departamento de Educação, começou a funcionar em 1964.2, no Benfica.



Barreto Cavalcante, “[...] os alunos que participavam do movimento estudantil sempre saíam prejudicados no julgamento dos professores”.

A prof.<sup>a</sup> Terezinha Vieira Correa falou ainda de dois professores de história que eram “voluntários da paz”. Nessa ocasião foi lembrado pelos participantes do painel o nome do prof. Elias (ignorava-se o sobrenome) como uma figura incógnita e que se dizia “mensageiro da revolução”, fazendo parte de um grupo politicamente secreto que nunca se descobriu sua origem. Esse professor também desapareceu incognitadamente. Também citou o prof. José dos Santos Serra, professor de filosofia, que foi preso no período da revolução.

Havia um jornal da turma, anterior ao *BIZU*, que se chamava *SÍNTESE*, mas que logo depois foi extinto. Era considerada subversiva a leitura de Marx ou qualquer leitura “diferente” do que se passava em aula. Para cada disciplina cursada, o aluno recebia certificado. Comentou Terezinha Vieira Correa, que já era uma semente do sistema de créditos.

O debate final deste painel versou, principalmente, em torno da comparação entre nível de participação dos estudantes no movimento estudantil dos anos 60 e dos anos 80. Antes havia representatividade e envolvimento; agora, principalmente pelo cerceamento do debate, a participação é mais individual, provocando um comportamento de apatia coletiva. Isto se deve muito também à valorização ou não da Universidade, antes priorizada e definida como papel de vanguarda dos movimentos sociais.

O prof. Antônio Carlos de Almeida Machado falou sobre o aspecto pedagógico do curso e sua linha teórica básica, o que já foi reproduzido nesse trabalho. Encerrando, ele falou da Congregação Universitária formada de “cadeiras” (cada área tinha mais de uma “cadeira” ou disciplina) que fora extinta em 1968, ocasião em que também é criado o sistema de créditos. Sai de cena a influência francesa (congregação e cátedra) e entra a influência americana.

O pesquisador José Ferreira de Alencar centrou sua fala nos projetos Asimov e Camelot (que também já foram citados neste trabalho), e ao final, comentou sobre alguns pontos da vida universitária daquela época:



- os concursos para professores eram referendados pelo SNI,<sup>73</sup> que exercia uma atitude de coação, principalmente para a tomada de posse no cargo;
- a ideologia dominante era da Segurança Nacional;
- a Sociologia no Brasil parou e Marx só chega na UFC nos anos 80, embora “O Capital” tenha sido traduzido no Brasil em 1966: havia um desconhecimento institucional da teoria marxista até então.

Disse-nos José Ferreira de Alencar:

Na minha formação rigorosa sociológica, só há uma referência marxista, a abertura política real está se dando agora. Eu me admiro de ter sido preso e espancado e nunca ter gozado da liberdade que tenho agora, o método estudado era apenas o formal. A dialética era desconhecida e o máximo que se chegou foi à visão da sociologia burguesa de ‘Administração de conflitos e visão de mudança’, a UFC se sobressaía como a 5ª Universidade Brasileira em importância de conhecimento. Para a sua criação ela sofreu uma oposição marcante de Gilberto Freire. Ele foi a figura humana que mais se opôs à criação da UFC, pois achava que a Universidade deveria ser regionalizada e já existia um plano para a Universidade do Piauí.

Podemos, então, perceber, por esses depoimentos, que o curso de Pedagogia e o Movimento Estudantil continuaram reagindo em relação ao golpe de 64, até 1968. A partir daí, então, é que se instala o medo e a passividade de uma forma tão intensa que os seus reflexos são ainda hoje sentidos no curso. Lembro, aqui, o pensamento de Marilene Chauí que explica o reflexo da política do terror:

<sup>73</sup> SNI – Sistema Nacional de Investigação.



À política fascista interessa a explosão dos sentimentos desde que se possa impedir seu fluxo e cursos naturais, desviando-os para objetivos determinados pelo poder que se passa, então, a manipulá-los segundo suas regras e desígnios, entre os quais ocupam lugar privilegiado a infantilização, necessária ao culto da autoridade, e o medo, necessário à prática do terror. O sentimento comunitário, construído sob a imediateza dos afetos, sem elaboração e sem reflexão, se transforma em sentimento gregário, numa passividade agressiva, pronta a investir contra tudo quanto surja como outro, pois quem estiver fora do agregado só pode ser seu inimigo. Som e fúria, dependência e agressão, medo e apego à autoridade, este costuma ser o saldo de uma realidade constituída apenas por manipuladores e manipulados (CHAUÍ, 1986, p.64).

O Ensino Superior, em todo o Brasil, no período de 1968 a 1980, foi fundamentalmente influenciado pela chamada Reforma Universitária, desde 1968. É importante lembrar que essa reforma não foi discutida pela comunidade universitária e foi resultado de um projeto elaborado por dez membros, a maioria americanos, que teve a tarefa de apresentar um projeto-lei dentro de um pouco mais de um mês. Muitas são as críticas feitas a essa reforma, como vimos na introdução deste trabalho, mas ela vigora até hoje.

Com as diretrizes da Reforma, muitas mudanças foram acontecendo no Curso de Pedagogia da UFC, tais como: o currículo passou a ser concebido na base de “disciplinas” e passou-se a ter regime “semestral” no lugar do anual; foi instituída a autonomia dos departamentos, introduzido o “sistema de créditos” e a formação dos “especialistas em educação”.

Como foi visto, o curso de Pedagogia, em 1969, desliga-se da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que funcionava através do Departamento de Educação, torna-se Faculdade de Educação, constituída, à princípio de um Departamento – Teoria e Fundamentos, e depois de dois departamentos: Teoria e Fundamentos; e Método e Técnicas.



São, nessa ocasião, professores lotados no Departamento de Teoria e Fundamentos:

1. Titulares: José Maria da Frota  
Zélia Sá Viana Camurça  
Moacir Teixeira de Aguiar
2. Assistentes: Antônio Gomes Pereira  
Ernesto Neves  
José Anchieta Esmeraldo Barreto  
Leonel Correia Pinto  
Padre Luiz Moreira Cavalcante
3. Auxiliares de Ensino: Glaucenete Barros de Oliveira  
José Layrton Cavalcante  
José Sarques  
Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel

No Departamento de Métodos e Técnicas:

1. Titular: Raimundo Valnir Cavalcante Chagas
2. Assistentes: Adil Dallago  
Aloylson Gregório de Toledo Pinto  
Antônio Carlos de Almeida Machado  
Helena Maria de Sousa Ferreira  
Lireda Facó  
Maria Ivoni Pereira Sá Maria Lúcia Lopes Dallago.
3. Auxiliar de Ensino: Francisco de Assis Mendes Goes.<sup>74</sup>

<sup>74</sup> Foram chefes e vice-chefes dos Departamentos, nesse período:

ANO	DEP. TEORIA E FUNDAMENTOS	DEP. MÉTODO E TÉCNICAS
1969	Pe José Maria da Frota – chefe Antônio Carlos de A. Machado – vice	(não funcionou)
1970	Pe José Maria da Frota – chefe Leonel Correia Pinto – vice	Lireda Facó – chefe Adil Dallago – vice
1971	Pe José Maria da Frota – chefe Leonel Correia Pinto – vice	Lireda Facó – chefe Adil Dallago – vice
1972	Pe José Maria da Frota – chefe Leonel Correia Pinto – vice	Lirêda Facó – chefe Maria Lúcia Lopes Dallago – vice
1973	Pe José Maria da Frota – chefe Leonel Correia Pinto – vice	Lireda Facó – chefe Maria Lúcia Lopes Dallago – vice



Como primeiro diretor da Faculdade de Educação (1969-1973), foi escolhido, pelo reitor, o prof. Antônio Gomes Pereira e como vice-diretor o prof. Antônio Carlos de Almeida Machado. Este último exerceu a direção de 1971-1973, substituindo o prof. Antônio Gomes Pereira, que fora indicado para exercer o cargo de pró-reitor de Graduação.

É importante lembrar que, a partir da Reforma de 68, ficou instituído o concurso de professores para a administração como docente da universidade. O primeiro concurso para a Faculdade de Educação realizou-se em 1970, em que foram admitidos os professores Leonel Correia Pinto, José Sarques, Francisco de Assis Mendes Goes e Teresinha de Jesus Pinheiro Maciel.

A partir de 1969 a Faculdade de Educação da UFC participa do projeto MEC/USAID/NE através da Cordefe (Comissão Regional de Desenvolvimento das Faculdades de Educação) que se destina ao aprimoramento do pessoal docente dessas faculdades. A Cordefe promoveu jornadas de estudos, seminários e cursos para alunos, professores, ex-alunos e pessoas ligadas à educação. O representante da Faculdade de Educação na Cordefe foi o professor Antônio Carlos de Almeida Machado.

Em 1970, é aprovado o novo currículo de Pedagogia, adaptado ao parecer do CFE – nº 252/69, que institui a formação dos especialistas em Educação. A partir daí a Faculdade vive nova fase pedagógica, voltada para a formação do especialista em Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional.

Também é importante registrar nessa década a influência exercida pela Faculdade de Educação da UFC, no Nordeste, mais notadamente no Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. O Departamento de Educação da Universidade do Piauí, por exemplo, foi projetado e implantado pelos professores da Faculdade, Maria Suzana Vasconcelos Jimenez e Raimundo Hélio Leite, e foram dados vários cursos de aperfeiçoamento para professores de nível superior atendendo solicitações desses três estados e como parte do Plano Piloto do MEC no qual a Faculdade é escolhida como responsável



pela coordenação de uma determinada área geográfica pelo nível de qualificação dos docentes (era uma das faculdades de educação no Brasil com maior número de mestres).

Em 1973, é extinto o Conselho Departamental pela nova reestruturação da Universidade. A Faculdade de Educação é novamente transformada em um só Departamento de Educação, pertencente ao Cesa – Centro de Estudos Sociais e Aplicados (junho de 1973). A partir daí assumiram as chefias e vice-chefias do Departamento, os seguintes professores:

1973.2: José Anchieta Esmeraldo Barreto (chefe)

Pe José Maria da Frota (vice-chefe)

1974.2: Pe. José Maria da Frota assume a chefia pela saída do prof. José Anchieta Esmeraldo Barreto

1975.2: José Sarques (chefe)

Ernesto Neves (vice-chefe)

1977.1: Francisco de Assis Mendes Goes (chefe)

Maria Ivoni Pereira de Sá (vice-chefe)

1979.1: Francisco de Assis Mendes Goes (chefe - reeleito)

Maria Ivoni Pereira de Sá (vice-chefe - reeleita)

Em 1972, foi formada a primeira equipe de coordenação do curso de Pedagogia constituída pelos seguintes professores: Adil Dallago (habilitação em Orientação Educacional), Antônio Carlos de Almeida Machado (Didática), Lireda Facó (habilitação em Administração Escolar), Maria Lúcia Lopes Dallago (Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau e habilitação em Ensino), Maria Ivoni Pereira de Sá (Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau), Raimundo Hélio Leite (Estatística Aplicada à Educação) e



Leonel Correia Pinto (Psicologia).<sup>75</sup> O prof. Alberto Barbosa Viana assume a supervisão do Controle Acadêmico.

Em 1976.1, foi criado o curso de mestrado em Educação, sendo implementado em 1977. O coordenador do projeto desse curso foi o prof. José Anchieta Esmeraldo Barreto, mas, em 1977.2, foi indicado o prof. Antônio Carlos de Almeida Machado, como coordenador, sendo reconduzido em 1979, ficando nessa coordenação até 1983.

Tomando como referência os acontecimentos verificados no curso de Pedagogia da UFC e nos departamentos que formavam a Faculdade de Educação<sup>76</sup> e, através da leitura das atas de 1969 até 1979, podemos observar que:

- as reuniões dos Departamentos e Conselho Departamental tinham um cunho bastante burocrático, centralizando-se quase que totalmente nos trabalhos diários do Departamento e em análise de processos de alunos;
- o trabalho docente era bastante controlado pela Copertide;<sup>77</sup>
- foi um período intenso de oferecimento de cursos internos e de extensão, mais dentro do enfoque metodológico;
- somente a partir de 1979 é que a extensão começa a se caracterizar, através de projetos mais amplos, diferentes de cursos esparsos;

<sup>75</sup> Foram coordenadores do curso de Pedagogia e das Licenciaturas, nesse período, os seguintes professores:

ANO	CURSO DE PEDAGOGIA	CURSOS DE LICENCIATURA
1973.2	Antônio Carlos de A. Machado	-
1974.1	Lireda Facó	-
1975.1	Maria Lúcia Lopes Dallago	Francisco de Assis Mendes Goes
1976.1	Pe José Maria da Frota	Meirecelle Calíope Leitinho Soares
1977.1	Maria Nobre Damasceno	Silene Barrocas Tavares
1979.1	Maria Ivoni Pereira de Sá	-

<sup>76</sup> Ver relação desses acontecimentos, por semestre curricular, em anexo da dissertação de mestrado da qual originou este livro.

<sup>77</sup> Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva.



- o Departamento de Educação sempre prestou serviço de assessoria aos projetos da Universidade;
- o curso de Pedagogia foi bastante questionado nas reuniões, com constantes solicitações de estudos sobre sua reformulação curricular;
- a pesquisa do Departamento acontecia em nível individual, sendo mais organizada institucionalmente a partir da realização do Seminário de Pesquisa, em 1975. As pesquisas realizadas também eram de cunho mais técnica (ver relação de pesquisas no anexo deste trabalho). Cabe destacar, entretanto, o Projeto Itapipoca que realizou pesquisa sobre educação rural, em 1972, e que foi assumido por um grupo de professores;
- as reivindicações de alunos e professores não extrapolaram a esfera da Faculdade. Só constatei uma reivindicação além desse enfoque da prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno, em 1979.1;
- foi uma época de muita ênfase na qualificação docente, através de cursos de pós-graduação fora do país, de cursos de mestrado no país e cursos de especialização no estado. Havia uma clara intenção por parte da administração da Faculdade, incentivada pelos convênios MEC/USAID. Foi, nesta ocasião, organizado um Plano de Desenvolvimento do Corpo Docente;
- a partir de 1970, com a criação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, os professores se engajaram mais em projetos de pesquisa e extensão;
- por reivindicação dos professores, foi realizado um Seminário de Desenvolvimento Organizacional, coordenado pelo o prof. Paulo Moura.

Em síntese, o curso de Pedagogia da UFC estava bem dentro do “clima” da Reforma Universitária, embora houvesse constantes resistências por parte dos professores.



### **3º PAINEL DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC**

**Tema: O curso de Pedagogia no contexto da Reforma Universitária**

**Período: dezembro de 1989**

Participantes:

- Prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira de Sá (área de Administração Escolar)
- Prof.<sup>as</sup> Júlia de Figueiredo Rocha e Irismar Holanda de Freitas (área de Supervisão Escolar)
- Prof.<sup>a</sup> Noélia Picanço Machado (área de Orientação Educacional)
- Maria de Fátima Azevedo Ferreira e Maria de Lourdes Peixoto Brandão (representantes estudantis da época)

Para aprofundar mais o desenvolvimento das habilitações no Curso de Pedagogia da UFC, me utilizei dos depoimentos feitos pelos professores no 3º Painel de Documentação da História do Curso de Pedagogia, sobre o tema: “O curso de Pedagogia no Contexto da Reforma Universitária” e das entrevistas realizadas com as professoras Rosemary Conti Furtado (área de Administração Escolar), Emília Martins Velloso (área de Orientação Educacional), Maria de Lourdes Ferreira Lima (área de Supervisão Escolar) e Teresinha Jesus Pinheiro Maciel.

A prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira de Sá<sup>78</sup> iniciou sua fala dizendo que a vocação maior da Faculdade sempre foi o ensino e que somente a partir de 1968 houve uma abertura para a extensão e a pesquisa. Houve uma ampliação da qualificação em nível de pós-graduação, facilitada pelo convênio MEC/USAID e estimulado pelo diretor da Faculdade Antônio Gomes Pereira.

Os professores pós-graduados traziam para a Faculdade de Educação uma preocupação com a competência educacional através da tecnologia educacional assimilada em seus cursos de pós-graduação. Como autores mais trabalhados no cur-

<sup>78</sup> A prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira Sá foi admitida na Faculdade de Educação em 1968, na área de Estrutura e Funcionamento do Ensino, disciplina que leciona até hoje. Atuou na área de Administração Escolar na década de 1970.



so, naquela época tínhamos: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Maria Alice Foracchi, Kilpatrick, Margareth Mead. Na área de Psicologia, Bloom e Piaget; na área de Filosofia, Jacques Maritain e Teilhard Chardin; no setor de Didática e Metodologia, Emílio Nérci, Montessori, Dallila Sperb e Decroly. Também já se discutia a educação de adultos, mas de uma forma muito leve, sem maiores aprofundamentos. Os professores permaneciam mais na faculdade e os alunos procuravam muito os professores em seus gabinetes. Havia uma convivência maior entre professores e alunos na Faculdade de Educação.

A reforma do ensino de Pedagogia decorreu em cima de uma crítica muito severa em torno da formação generalizada do pedagogo feita à base de introduções. Ao final, o aluno sabia pouca coisa de muito estudo. Diante dessas críticas e decorrente do modelo econômico do país, o Curso de Pedagogia também se voltou para a formação do especialista. Os professores acreditavam que esse seria o caminho mais adequado (declarações da prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira de Sá).

Pelas falas dos participantes do Painei, conclui-se que:

Inicialmente, sentiu-se dificuldade de formar especialistas, por causa da falta de professores qualificados naquelas áreas. Na maioria dos casos, os professores eram autodidatas, com bastante prática, mas sem uma formação específica. Havia uma preocupação em formar o administrador competente para montar e gerir a escola. Esse trabalho era feito muito em cima das teorias de Taylor e Fayol e também das teorias mais modernas da Administração. Discutia-se muito administração por objetivos. Adotava-se os livros de Lourenço Filho e João Bosco Lodi: “*Administração por Objetivos*”. A prof.<sup>a</sup> Lireda Facó foi a fundadora dessa área na Faculdade e ela tinha a preocupação de adaptar a administração gerencial à administração da escola.

Em Didática e Psicologia da Aprendizagem era dada muita ênfase a Carl Rogers, com o seu clássico livro *Liberdade para Aprender*.



der, lido por todos e adotado sem comentário crítico. Na parte de Filosofia e História da Educação, sobretudo nessa última, há de se destacar o trabalho do prof. Antônio Gomes Pereira – um professor de cultura vastíssima e que deu um sentido especial à História da Educação, tanto universal como brasileira. A base adquirida nessa área servia de referencial para outras áreas.

Deve-se registrar aqui que é nesse período que acontece a Primeira Semana de Educação (1976), desencadeada pelo Centro Acadêmico, tendo à frente os alunos Raimundo Facó Barros e Helena Mary Arruda. Versou sobre as correntes de pensamento no campo de Psicologia: a corrente piagetiana, desenvolvida pelo prof. José Alberto Brasil; o condicionamento de Skinner, desenvolvida pelo prof. Ricardo Lincoln; e a Metodologia de Compreensão Existencial pelo prof. Leonel Correia Pinto.<sup>79</sup> A primeira semana foi, então, um confronto entre essas três correntes e terminou com o painel: “Como é tratado o problema da liberdade e da consciência nos três enfoques”. Foi uma semana de muito êxito e que desencadeou nas outras universidades, semanas semelhantes. “Pena que tenha sido esquecida e só muito depois tenha sido retomada essa atividade, sem ela ser lembrada” (palavras da prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira de Sá).

A prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira de Sá destacou, também, o programa de monitoria, nesse tempo na Faculdade. Tinha uma função claramente definida e havia muito interesse, por parte dos alunos, em ser monitor (embora a bolsa, como sempre, fosse irrisória) e a monitoria fosse tratada com muita responsabilidade. Segundo ela, “A monitoria era um programa realmente vivenciado por professores e alunos, e o monitor também se engajava nos projetos de pesquisa.”

Nessa ocasião do painel, a prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Peixoto Brandão completou:

---

<sup>79</sup> O Prof. Leonel Correia Pinto entrou na Faced em 1970 e já vinha investigando a questão “do agrado e desagradado no processo ensino aprendizagem”. Ao chegar, desenvolveu uma linha de pesquisa nesse campo que vai desaguar na Metodologia da Compreensão Existencial, gerando muitas pesquisas posteriores (19 anos de pesquisas).



A monitoria durava vários anos e dava um real preparo para a docência. Para ser monitor havia concurso: prova escrita, entrevista e estágio de 15 dias de aula. Havia também uma associação de monitores e estes participavam das reuniões de Departamento. A postura do monitor era de muita presença na aula, na pesquisa e no estudo.

A prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira de Sá lembrou que o coordenador do curso de Pedagogia, nessa ocasião, agia muito isoladamente. Destacou, ainda, duas conquistas do Departamento de Educação: a criação da *Revista Educação em Debate*, para difundir a produção científica do Departamento, e a criação do curso de mestrado em Educação. Ela disse que era “[...] um trabalho árduo, mas que desde o início já se manifestava com alto nível, sob a coordenação do prof. José Anchieta Esmeraldo Barreto”.

Completando os dados sobre a Administração Escolar, a prof.<sup>a</sup> Rosemary Conti<sup>80</sup> declarou:

As disciplinas eram as mesma de hoje, mas tinham uma abordagem diferente. Os anos 80 podem servir de marca divisória. Antes de 80, o enfoque era tecnicista, com bibliografia norte-americana. O acesso às ideias de Paulo Freire era de tradução em espanhol, mas eram usados só textos isolados. A visão da escola era de empresa e a prof.<sup>a</sup> Lireda Facó endossava essa linha e ‘queria fazer escola’. Depois de sua viagem aos EEUU, ela entrou noutra abordagem histórica de LIKERT, mais funcionalista. Em 1977, eu saí para o mestrado nos EEUU e tive oportunidade de fazer uma crítica à escola capitalista. Somente em 1980, depois da 1ª CBE (Conferência Brasileira de Educação), é que houve uma progressiva abertura em termos de crítica e organização dos educadores que foi de fundamental importância para a mudança aqui na

---

<sup>80</sup> A prof.<sup>a</sup> Rosemary Conti Furtado foi concursada para a área de Estrutura e Funcionamento do Ensino, mas começou a lecionar na área de Administração Escolar desde 1974.2.



Faculdade, no sentido de ter uma visão mais crítica do curso. A análise do papel dos especialistas levou muito à reflexão das relações de poder na escola. Na administração, foi repensada sua visão e hoje ela serve de crítica à escola capitalista, não podendo ser trabalhada de forma neutra. Esta visão foi ajudada com a leitura de Victor Paro, que faz toda uma crítica à Administração.

A Orientação Educacional foi incluída no curso de Pedagogia da UFC, em 1971, depois da força da Reforma Universitária e da Lei 5692/71 que deram ênfase à obrigatoriedade da Orientação Educacional, “não podendo e não devendo ser exercida por curiosos, a ela está reservado um papel importantíssimo na escola, ligando-se de forma bastante íntima com a família e com os interesses da comunidade”. A prof.<sup>a</sup> Noélia Picanço Machado<sup>81</sup> completou esta declaração dizendo:

O curso de Orientação Educacional era muito procurado pelos alunos que estavam bem otimistas com a Lei 5692/71 que tornava obrigatória a Orientação nos colégios. Desta maneira, muitos dos alunos, ao concluírem o curso, eram aprovados em concurso e admitidos em colégios estaduais e municipais. Outros eram contratados pelos colégios particulares. A ênfase nesta época era a formação integral do educando e a orientação para o trabalho. Os autores mais lidos nesta época eram: Carl Rogers (*Tornar-se pessoa e Liberdade para aprender*); Maria Junqueira Schmidt (*Orientação Educacional*); Godeardo Baquero (*Orientação Educacional*); Robert Knapp (*Orientação Educacional na Escola Primária*). Apesar do receio da época, os alunos demonstravam nos debates terem espírito crítico. Muitos alunos já tendo cursado o Normal,

---

<sup>81</sup> A prof.<sup>a</sup> Noélia Picanço Machado foi admitida na Faculdade em 1972, na área de Orientação Educacional, como horista. Em 1973, foi aprovada em concurso, permanecendo até hoje nesta área, fazendo parte do Departamento de Teoria e Prática do Ensino.



já lecionavam e traziam para a sala de aula as dificuldades encontradas. Outros já tinham conhecimento ou posto em prática o método de Paulo Freire. Tudo isto era bem aproveitado em nossas aulas.

A prof.<sup>a</sup> Emília Martins Velloso<sup>82</sup> lembrou uma experiência que teve como professora do Estágio de Orientação Educacional, dizendo:

Na época, conseguimos um trabalho interessantíssimo com a Secretaria de Educação. Conseguimos que nenhum orientador fosse contratado pelo Município sem a habilitação e sem ter passado por um estágio junto à própria Secretaria. Esse estágio era pré-requisito para a contratação. Além dessa experiência, cito outras no Colégio Pia Mater e Antonieta Cals, que, inclusive, não possuíam orientadores educacionais. Foi uma experiência de implantação do Serviço. Todo o trabalho era feito em escola pública.

Continuando, a prof.<sup>a</sup> Emília Martins Velloso fez uma crítica à Orientação:

A Orientação Educacional era muito inconsistente, confundida com o trabalho de apostolado da Igreja, passando a assumir os valores da Igreja Tradicional, no seu aspecto moral. Pairava a ideia de que nem todo mundo poderia ser orientador: só os 'equilibrados', 'mansos', e meio 'caretas'.

Os livros estudados eram de Maria Junqueira Schmidt, com valores do catolicismo tradicional e paternalista. Na Faculdade, a linha de Orientação era totalmente humanista, mas sem muita consistência teórica. Se você me perguntar qual é o papel do orientador, eu não sei. Com o surgimento do psicólogo escolar, o orientador que fazia muito o seu papel, perdeu o lugar.

---

<sup>82</sup> A prof.<sup>a</sup> Emília Martins Velloso foi admitida por concurso na Faculdade em 1973. Ensinou a área de Psicologia da Aprendizagem e Didática. Fez mestrado em Aconselhamento Psico-Pedagógico (1975-77) e daí entrou na área de Orientação Educacional, ensinando a disciplina Orientação Vocacional.



A prof.<sup>a</sup> Emília Martins Velloso citou a dissertação de mestrado da prof.<sup>a</sup> Cleide Quixadá Viana (1989), sobre a atuação dos orientadores da rede municipal de ensino que foram formados pelo curso de Pedagogia da UFC. Cleide Quixadá Viana estudou o currículo da habilitação e os programas de cada professor e chegou à conclusão de que somente um professor trabalhava com a linha crítica nessa área. Todos os demais tinham uma visão humanista da Orientação, predominando ainda um enfoque “receituário” e não reflexivo. O tecnicismo aparece aí, principalmente na abordagem dos testes vocacionais.

A partir de artigos do Saviani que traz a ideia de que “o orientador deve tornar crítica a sua dedicação”, é que se começou a fazer um trabalho mais reflexivo.

O orientador tem sido usado na escola como alguém que vai evitar os conflitos (“teoria da harmonia”). Os pedagogos tradicionais aderem a esta ideia e os “mais críticos” condenam, porque assim ele retarda a solução de certas questões na escola.

Os testes vocacionais são bastante criticados e há, já na Faculdade, uma quase rebelião para não aceitá-los. Isto acontece, principalmente, através do trabalho da disciplina Orientação Vocacional, em que é focada mais a tomada de decisão e a relação educação-trabalho no enfoque de classe social. Conclui a prof.<sup>a</sup> Emília Martins Velloso:

O Psicologismo impetrado na Orientação Educacional deu um cunho bastante individualista, que, mesmo numa visão crítica, dificulta o trabalho mais coletivo. A linha que mais influencia a Orientação Educacional é ainda da Escola Nova. Ela juntou-se à ideia de neutralidade, incutida principalmente através dos testes vocacionais.

A habilitação de Supervisão Escolar foi a última implantada na Faculdade, em 1974.



A prof.<sup>a</sup> Julia de Figueiredo Rocha,<sup>83</sup> que faz parte da equipe de supervisão desde o início de implantação, contou um pouco da história desse curso na Faculdade:

A ideia inicial era preparar o profissional para o Estado – Secretaria de Educação. A Supervisão tinha o enfoque da ‘Psicologia Organizacional’ da Teoria da Administração. Em 1974.2 entraram na equipe de professores Maria de Lourdes Ferreira Lima e Maria Nobre Damasceno. Com a chegada dessas professoras, vindas de cursos ligados à tecnologia do ensino dentro de uma visão sistêmica, foi dada uma nova dimensão ao curso. A Supervisão começou a ser vista como um processo destinado a planejar, acompanhar e avaliar o processo sistêmico da escola. Era um treinamento dirigido para o Sistema onde a lei tinha que ser cumprida. ‘E nós achávamos que era o grande passo da redenção nacional’. O conteúdo era totalmente centrado na técnica.

O PABAEE tinha uma preocupação limitada à parte pedagógica, com a ideia do trabalho em conjunto. Por conta disto foi tentado um plano integrado da habilitação de supervisão. Quando a prof.<sup>a</sup> Irismar Holanda de Freitas assumiu, em 1981, disciplinas da área, trazendo a contribuição da experiência do curso da Paraíba, essa ideia de integração foi reforçada.

A visão da supervisão e dos educadores começou a ser questionada pelos Encontros de Supervisores, a partir de 1978. A linha de trabalho na habilitação foi sendo alterada. Os professores partiram para uma reflexão mais política, mas não sabiam como fazê-la. A partir de 1981 foram sendo utilizadas as falas dos Encontros de Supervisores, em sala de aula, analisando criticamente o sistema e não usando mais os autores americanos.

---

<sup>83</sup> A prof.<sup>a</sup> Julia de Figueiredo Rocha foi admitida na Faculdade de Educação, por concurso, desde 1973, e atua nas áreas de Supervisão Escolar e Didática. Foi a 1ª professora da Faced, na área de Supervisão Escolar.



Em 1984, o enfoque sobre o supervisor sofreu uma influência da Cenafor<sup>84</sup> centralizando-o como agente de mudança.

Hoje nós temos apenas linhas de ação e não um plano de trabalho de supervisão. É a união das raízes deixadas pelo PABAAEE, com a visão política.

Discordo da necessidade de se ter uma “formação de supervisão específica”. A função é necessária, mas não o cargo. “Prefiro a formação do educador, na qual se estuda uma disciplina de supervisão”, reafirma a prof.<sup>a</sup> Julia Rocha.

A prof.<sup>a</sup> Irismar Holanda de Freitas<sup>85</sup> completou as informações, situando que a formação dos professores de supervisão veio do PABAAEE, com uma linha americana bem acentuada. O livro mais lido era: *A Moderna Supervisão do Ensino Primário*, de Muriel Crosby e *Currículo Primário Moderno*, de William Reagan. O primeiro livro brasileiro de supervisão surgiu em 1967, ‘A Supervisão do Ensino Médio’, de Nair Fontes Abu-Merhy. Depois o livro ‘Administração e Supervisão na Escola Primária’, de Dallila C. Sperb, ambos bastante usados no nosso curso. Depois outros livros foram surgindo, mas todos dentro da linha tecnicista.<sup>86</sup> Um autor muito importante que deu uma visão social à formação do supervisor, foi o sociólogo Rudolph Lenhard, que é estudado em Princípios e Métodos de Supervisão. Hoje ainda são utilizados os cadernos da Cedes e as falas dos Encontros de Supervisão. Irismar Freitas reafirma: “Hoje, ao lado das Teorias de Princípios e Métodos, há uma preocupação em relação aos rumos que se toma na supervisão”.

---

<sup>84</sup> Cenafor – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional.

<sup>85</sup> A prof.<sup>a</sup> Irismar Holanda de Freitas entrou na Faculdade em 1980, transferida da Universidade Federal da Paraíba, e ensina até hoje a área de Supervisão Escolar.

<sup>86</sup> Bibliografia utilizada na área de Supervisão, na década de 1970: ANDRADE, Marcisa V. *Supervisão em Educação. Livros Técnicos e Científicos Ed. S/A*. 1ª edição. Rio de Janeiro, 1976; ARISTON, Eunice e PORTO, Tânia M. *Esperon – Manual de Supervisão Educacional para o Ensino Superior – uma abordagem sistêmica*. Porto Alegre, Sagra, 1979; NERICI, Imideo G. – *Introdução à Supervisão Escolar*. São Paulo, Ed. Atlas, 1973; PERES, Janise Pinto – *Administração e Supervisão em Educação*. São Paulo, Atlas, 1977; PRZYBYLSKI, Edy – *O Supervisor Escolar em Ação*. Porto Alegre, Sagra, 1976.



A prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Peixoto Brandão,<sup>87</sup> que ensinou como professora colaboradora nessa época (1977) disse que “[...] sentia que havia um trabalho integrado no grupo de supervisão. Apesar da linha tecnicista, a condução dos professores não cortou o direito do aluno pensar e criar. A tecnologia não prejudicou isto”.

A prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Ferreira Lima<sup>88</sup> deu um depoimento de trabalho com coordenadores de área, que foi muito positivo. Ela acha que a supervisão tem que agir dentro dessa estrutura, pois “[...] a supervisão não está valendo coisíssima nenhuma e as escolas estão rejeitando esse trabalho”.

As professoras Maria de Lourdes Peixoto Brandão e Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima<sup>89</sup> participaram, como alunas, da turma de 1972 a 1976 – uma turma considerada típica da época, que viveu intensamente a Faculdade e foi a primeira turma que funcionou à tarde, com pouca infraestrutura (os alunos se encarregavam de superá-la). Elas deram o seguinte depoimento:

A forte tendência do curso era de se dedicar ao estudo. O representante estudantil, por exemplo, não podia ter nota menor que oito. Ser representante estudantil era um encargo que significava promover movimentos culturais e sociais – a convivência universitária existia de fato. A prática dos jogos universitários, por exemplo, levou à criação da disciplina Educação Física. A ação do aluno tinha força, porque era uma ação comprometida com a seriedade do estudo. O grau de exigência dos professores era imensa. Os TI's (Traba-

---

<sup>87</sup> A prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Peixoto Brandão foi contratada como Professora-Colaboradora, em 1977.2. Hoje é coordenadora do Curso de Pedagogia e atua na área de Prática de Ensino.

<sup>88</sup> A prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Ferreira Lima foi admitida na Faculdade em 1974.2, concursada para área de Supervisão Escolar. Hoje pertence ao Departamento de Teoria e Prática do Ensino e leciona a disciplina Metodologia do Ensino de 1º Grau.

<sup>89</sup> A prof.<sup>a</sup> Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima foi contratada como Professora-Colaboradora em 1978.2, para a Área de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e hoje é coordenadora dos Cursos de Licenciatura.



lhos Individuais) eram verdadeiras monografias. Os alunos também apoiavam os professores. Era a época dos concursos e os alunos ficavam torcendo pelos professores. Como o vestibular era feito para o Cesa, começaram a entrar muitos homens na Pedagogia, que faziam esse curso só para depois se transferir para Direito ou Economia. A nossa turma fez um trabalho com esses alunos e, como resultado, dos quarenta matriculados só ficaram dezoito.

A turma foi recebendo os professores que tinham feito Mestrado fora. Neles sentia-se bem explicitado o tecnicismo. A disciplina Dinâmica de Grupo, por exemplo, era dada espontaneamente pela prof.<sup>a</sup> Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel,<sup>90</sup> como experiência do que ela tinha aprendido nos EEUU. Apesar do tecnicismo, era dado margem à produção do aluno através dos TIs que, por exigências dos alunos, passou a ser feito em grupo. Houve, porém, uma “moda” de dinâmica de grupo e trabalho em grupo, pulverizando a participação dos alunos.

O sistema de créditos não abalou a integridade das turmas até determinado momento. A intenção, portanto, de dividir a turma, sofreu resistência.

Havia as figuras dos professores colaborador e orientador do aluno, institucionalmente. O professor colaborador era considerado um “burro de carga”,<sup>91</sup> pois ensinava várias disciplinas.

Em síntese, o envolvimento do aluno no estudo era muito grande (até como “cano de escape” da pressão sofrida pela repressão militar). Como decorrência disto, observa-se: alunos no bureau dos professores pedindo orientação (sistema tutorial); alunos na biblioteca; alunos promovendo atividades tipo seminários e participando

---

<sup>90</sup> A prof.<sup>a</sup> Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel foi admitida na Faculdade, por concurso, em 1970, na área de Evolução da Educação no Brasil. Hoje ela ensina Didática e Currículo e é assessora da Pró-Reitoria de Graduação da UFC.

<sup>91</sup> Termo utilizado popularmente para significar a sobrecarga de trabalho.



de pesquisas, mesmo não existindo a figura do bolsista de pesquisa. O estudo envolvia o aluno, mas o mantinha alienado. A questão política não se discutia na Faculdade e isto só começou a acontecer com a criação do Curso de Mestrado.

Para concluir, colocarei aqui o depoimento da professora Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel, pela visão global como foi colocado o desenvolvimento do Curso de Pedagogia da UFC, nesse período. Ela disse:

Podemos dividir a história da Faculdade, dos anos 70, em dois momentos: um primeiro momento, que vai até mais ou menos 1973, eu diria que é um momento de expansão cultural em que a ênfase foi dada à qualificação do professorado da Faculdade, muito assumida pela administração do prof. Antônio Gomes Pereira. A Faculdade estava, então, se expandindo e se firmando. Houve a criação dos primeiros cursos do Esquema I e II (convênio do Premen e Cenafor<sup>92</sup>). Expansão também no aspecto cultural através de conferências e seminários. Nessa ocasião, não existia uma linha teórica clara, mas apareciam traços visíveis do humanismo, principalmente da Escola Nova e do existencialismo. Não existia uma clareza do pluralismo ideológico, predominando essa visão uniforme: só o prof. Francisco José do Amaral Vieira, behaviorista, discordava deste conjunto. O Departamento tinha poucos professores. O segundo momento foi um período de mudança na Faculdade, influenciada pelos professores que retornaram de seus estudos de mestrado e doutorado, principalmente realizados nos EEUU. Observa-se, então, uma penetração das ideias tecnicistas, embora sempre tenha existido uma reação explícita a essas ideias por parte de um grupo de professores mais humanistas. Foi um momento de muita atuação da Faculdade, não mais só no âmbito de estado do Ceará, mas em nível de Brasil. A Capes escolheu Fortaleza como Centro de

<sup>92</sup> Cenafor – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional.



Excelência, pois tinha um maior número de mestres em seu corpo docente, e passou a fazer parte de um projeto-piloto para a formação de professores para o Brasil inteiro. Fortaleza se responsabilizou pela qualificação de todos os professores, do Rio Grande do Sul até Manaus, pela costa, e Brasília pegou a outra área. Daí surgiram os cursos de Metodologia do Ensino Superior, com a ênfase na Tecnologia Educacional. Já numa segunda etapa, esses cursos foram reduzidos para ser dados da 'Bahia até o Maranhão'. A Faculdade viveu intensamente este programa. O prof. Antônio Gomes Pereira deu uma dimensão imensa de atuação da Faculdade, e depois ele foi convidado para ser pró-reitor de Graduação. Foi nesse momento que ele abriu para a atuação da Faculdade de Educação dentro da Universidade, responsável pela formação pedagógica dos professores de outros cursos. A educação nesse período saltou do humanismo para o tecnicismo, sendo estudada a Teoria do Capital Humano (a Economia da Educação foi colocada no Currículo de Pedagogia). Com isto a parte teórica se esvazia em termos de humanismo, embora o tecnicismo total tenha sido barrado principalmente pela fenomenologia por influência do prof. Leonel Correia Pinto através do Capede (Curso de Especialização) que foi o embrião do Mestrado. Esse curso tinha uma vertente tecnicista e outra fenomenológica. 'Até esse momento ainda sentia-se a Faculdade uniforme e integrada'. (entrevista realizada no dia 11.1.1990).

Diante de todos esses dados, podemos concluir que, a partir da Reforma de 68, a faculdade estruturou-se dentro do modelo "tecnicista" e as especializações foram sendo criadas e se afirmando. Entretanto, em nível de trabalho pedagógico em sala de aula, coexistiram as linhas humanista e tecnicista, a primeira mais notadamente nas disciplinas de fundamentação e na orientação educacional, e a segunda, na didática e metodologia e nas áreas de supervisão e administração. Notei, também, que nesse período as disciplinas gerais do curso eram mais reflexivas do que as dadas nas habilitações. Foi



somente no final da década de 1970, mais influenciado pelos encontros de educadores em nível nacional, que essas habilitações começaram a ser questionadas e a empregarem, em nível de Faculdade, um estudo mais reflexivo do conteúdo de cada habilitação.

O especialista formado pela Faculdade de Educação da UFC, nesse período, era, sem dúvida, um ingênuo em relação ao papel político da educação e um tecnólogo na sua ação pedagógica, servindo, portanto, à permanência da ordem social vigente. A sua formação mais avançada não passava da “administração de conflitos” e da visão de “mudança social”. A sua prática levava a uma competência essencialmente técnica e a uma consciência política ingênua e distorcida. A Faculdade de Educação da UFC formava o especialista “humanista” cujo perfil foi delineado nesse segundo momento do nosso trabalho.

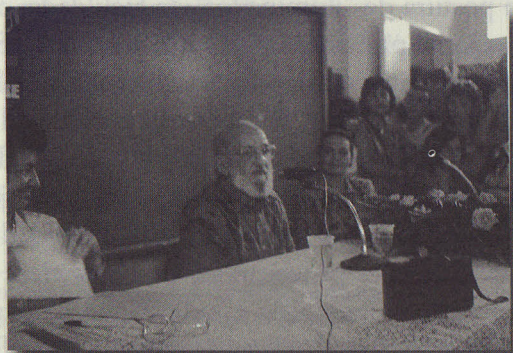


## CAPÍTULO IV

### O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC NA DÉCADA DE 1980: SUA REFORMULAÇÃO CURRICULAR E PERSPECTIVAS PEDAGÓGICO-SOCIAIS

*O elemento popular sente, mas nem sempre compreende e sabe; o elemento intelectual 'sabe', mas nem sempre compreende e muito menos 'sente'. O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa 'saber' sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar aproximado.*

(Antônio Gramsci)<sup>93</sup>



Paulo Freire proferindo palestra para alunos da Faculdade de Educação (1987)

<sup>93</sup> Antonio Gramsci (Ales, 22 de janeiro de 1891 — Roma, 27 de abril de 1937) foi um filósofo, político, cientista político, comunista e antifascista italiano.





Inauguração da sala do Departamento de Teoria e Prática de Ensino, por ocasião da fala do Reitor Raimundo Hélio Leite - 1988

Os anos 80, vividos pela Faculdade de Educação, a princípio funcionando como Departamento de Educação ligado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados (Cesa), foram acometidos de muita turbulência. Vários motivos concorreram para isto: o clima de abertura política que estava sendo iniciado no país, levando as pessoas a questionarem posicionamentos mais transparentes (ver, por exemplo, a discussão do Projeto de Mestrado em Educação); as posições fechadas de grupos mais reacionários à mudança, por um lado, e de grupos progressistas radicais que, pelo respaldo teórico que possuíam, tomaram postura de “iluminados” da faculdade; o clima de insegurança emocional provocado pelos concursos internos de professores, provocando atritos e insatisfação entre os colegas; uma administração de cunho clientelista, provocando um clima de competição e desconfiança entre os professores; grande número de professores num só departamento, juntando-se à desorganização gerencial, dificultando o encaminhamento das questões da Faculdade.

Todos esses fatores provocaram, nos primeiros três anos de 1980, um clima de muita tensão e radicalismo e as questões políticas foram atingindo a área pessoal (as divergências foram levadas ao campo pessoal) prejudicando, fundamentalmente, o debate acadêmico. Outra consequência drástica foi a fragmentação em termos de conhecimento e escassez de linha teórica do curso. Houve vários



atritos<sup>94</sup> que levaram as pessoas e grupos a se isolarem. A solução ocorrida no momento foi de dividir o Departamento. Diz a prof.<sup>a</sup> Emília Martins Velloso: “A solução dos três departamentos surgiu para evitar a polarização radical”.

Avaliando esse momento na Faculdade, a prof.<sup>a</sup> Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel declarou:

Todos cresceram com o sofrimento, teórica e politicamente. O aluno, entretanto, foi muito prejudicado pois o conteúdo ficou escasseado. Houve menos conhecimento teórico e técnico, e mais posicionamento político (Entrevista dia 11.1.1990).

A partir de 1984, a Faculdade vive um novo momento, com clareza de posições políticas nos diversos grupos e com uma busca pela recuperação do referencial teórico perdido fundamentalmente como consequência da repressão militar e da fragmentação da formação do educador. Foi nessa ocasião que voltou a estrutura de Faculdade de Educação, com a extinção do Cesa,<sup>95</sup> agora constituída de três departamentos: Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino e Estudos Especializados.

A prof.<sup>a</sup> Rosemary Conti Furtado analisa este momento, vivido na Faculdade, assim:

A mobilização e organização dos educadores foi fundamental para as mudanças que aconteceram dentro da Faculdade em

---

<sup>94</sup> Podemos citar dois momentos de atritos: o trabalho de Avaliação do Curso feito pelo prof. Leonel Correia Pinto, que foi rejeitado por um grupo de professores, e o abaixo-assinado de um grupo de professores, pedindo para se desvincular do Departamento de Educação e formar um novo departamento.

<sup>95</sup> No documento de proposta de criação da Faculdade de Educação, na 1ª parte do histórico, está escrito: “o Centro de Estudos Aplicados (Cesa), parece ter sido o mais artificial de quantos se criaram e, em consequência, passados mais de dez anos de renovados propósitos e tentativas para sua integração, continua incapaz de se autoidentificar e de se reconhecer como “Unidade Escolar”. Na verdade, falta ao Centro qualquer princípio epistemológico ou de outra natureza que o justifique” (Fortaleza, 27/05/1983).



relação ao enfoque do curso numa perspectiva mais crítica. O Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores reforçou essa visão e contou muito com a reflexão das associações. Em nível da faculdade, começamos a ter uma prática pioneira de eleições diretas que, apesar dos seus limites, é um salto na vivência democrática do poder. Cito um momento raro vivenciado na Faculdade em que foi feito um trabalho em conjunto, conseguindo se trabalhar as próprias divergências: foi o Seminário sobre Educação em Debate, realizado em 1981.<sup>96</sup> As divergências não eram muito acentuadas e se conseguiu trabalhar em conjunto. Daí surgiu a ideia de se trabalhar de forma mais organizada. Sempre faltou essa vivência de conjunto na Faculdade. A ideia da Assembleia veio daí como instância de discussão conjunta. É por isso que eu acho que, por pior que fosse conduzido um único Departamento, ele funcionava como uma Assembleia e quando havia divergências você ficava sabendo de onde ela vinha. É diferente de agora, com os três departamentos, não se sabe o que acontece em cada departamento. Nós não temos uma instância que reúne e as coisas aconteciam com mais transparência. Era muito mais rico, em termos de convivência, mesmo com todas as divergências (Entrevista do dia 15.1.1990).

---

<sup>96</sup> O Seminário "Educação em Debate" realizado pelo Departamento de Educação da UFC, de 11 a 13/03/1981, tinha os seguintes objetivos: "1 - Analisar a função do Departamento de Educação como agente de formação de educadores comprometidos com uma determinada realidade social; 2 - Discutir e analisar as práticas educativas utilizadas no Departamento e a fundamentação teórica que sustenta; 3 - Levantar propostas concretas com vista à definição da prática educativa no Departamento de Educação, tanto no que diz respeito às questões de ensino, como as atividades de pesquisa e extensão; 4 - Discutir formas de organização departamental que possibilitem um trabalho cooperativo e orgânico entre alunos, professores e funcionários.

A análise da atuação do Departamento, intenção central do Seminário, realizou-se através de questionamentos formulados à luz de referencial teórico. Foram selecionados os seguintes temas considerados essenciais para uma visão integrada das atividades da Unidade: 1) Formação do Educador; 2) O Ensino de Graduação; 3) O Ensino de Pós-graduação e a Pesquisa; 4) As atividades de Extensão; 5) Organização Administrativa; 6) Organização estudantil". (Relatório do Seminário "Educação em debate" realizado pelo Departamento de Educação da UFC. Fortaleza, março/1981).



Constatamos então que o problema da divisão na Faculdade continuava agora de forma mais estruturada por causa da divisão em três departamentos.

Durante a década de 1980, a administração da Faculdade foi constituída dos seguintes professores:

#### CHEFES E VICE-CHEFES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

1981 Nicolino Trompieri Filho<sup>97</sup> (chefe – eleito pela comunidade universitária)

Maria Consuelo Lins de Matos Silva (subchefe – eleita pela comunidade universitária)

1983 Maria Lúcia Lopes Dallago (chefe – eleita pela comunidade universitária)

Emília Martins Velloso (subchefe – eleita pela comunidade universitária)

#### DIRETORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1983 Prof. Antônio Carlos de Almeida Machado (indicado pelo reitor e nomeado pelo Ministro da Educação, pró-tempore).

1985 Prof. Antônio Carlos de Almeida Machado (reconduzido)

1987 Prof.<sup>a</sup> Emília Martins Velloso (diretora – eleita pela comunidade universitária)

Prof.<sup>a</sup> Laura Maria Souza Vieira (vice-diretora – eleita pela comunidade universitária)

#### COORDENADORES DO CURSO DE PEDAGOGIA

1981 Rosemary Conti Furtado (indicada pelo Departamento de Educação)

1983 Rosemary Conti Furtado (reconduzida por eleição pela comunidade universitária)

---

<sup>97</sup> Os professores Nicolino Trompieri Filho e Maria Consuelo Lins de Matos Silva foram os primeiros chefes de Departamento da Faculdade, eleitos por um processo de eleição direta do qual participam professores, alunos e funcionários.



- 1985 Maria Nobre Damasceno (eleita pela comunidade universitária)  
1986 Maria Estrêla Araújo Fernandes (eleita pela comunidade universitária)  
1988 Maria de Lourdes Peixoto Brandão (eleita pela comunidade universitária)

## PRESIDENTES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DOS CURSOS DE LICENCIATURA:

- 1980: Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel (indicada pela chefe do Departamento de Educação)  
1981 Laura Maria de Souza Vieira (indicada pela chefe do Departamento de Educação)  
1983 Laura Maria de Souza Vieira (reconduzida por eleição no colegiado das licenciaturas)  
1985 Laura Maria de Souza Vieira (reconduzida por eleição no colegiado das licenciaturas)  
1987 Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima (eleita pelo colegiado das licenciaturas)  
1989 Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima (reeleita pelo colegiado das licenciaturas)

## COORDENADORES DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

- 1981: Antônio Carlos de Almeida Machado (indicado pelo Departamento de Educação)  
1983 Ozir Tesser (eleito pela comunidade universitária)  
1985 Ozir Tesser (reeleito pela comunidade universitária)  
1987 Ozir Tesser (reeleito pela comunidade universitária)<sup>98</sup>  
1989 Jacques Therrien (eleito pela comunidade universitária)

---

<sup>98</sup> A partir de 1987, não só o coordenador do Mestrado em Educação, como a equipe de Coordenação foi escolhida, por eleições diretas de toda a Comunidade Universitária da Faced (alunos do mestrado, professores e funcionários da Coordenação).



## CHEFIAS DOS DEPARTAMENTOS:

ANO	DEP. DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO <sup>100</sup>	DEP. TEORIA E PRÁTICA DO ENSINO	DEP. DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
1984	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maria Ivoni Pereira Sá – chefe</li>   <li>▪ Ana Maria Vieira Nóbrega – vice-chefe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Joaquim Fernando Pimentel Fernandes – chefe (renunciou).</li>   <li style="text-align: center;">Substituído por:</li>   <li>▪ Emília Martins Velloso – chefe</li>   <li>▪ Maria de Lourdes F. Lima – vice-chefe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maria Lúcia Lopes Dallago – chefe</li>   <li>▪ José Layton Caval- cante – vice-chefe</li> </ul>
1986	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maria Ivoni Pereira Sá – chefe</li>   <li>▪ Ana Maria Vieira Nób- rega – vice-chefe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maria de Lourdes F. Lima – chefe</li>   <li>▪ Maria Mercedes Capelo Alvite – vice-chefe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Jacques Therrien – chefe</li>   <li>▪ Maria Lúcia Lopes Dallago – vice-chefe</li> </ul>
1988	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Padre Brendan Co- leman MacDonald – chefe</li>   <li>▪ Glaucinete Barros de Oliveira – vice-chefe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Joaquim Fernando Pimentel Fernandes – chefe</li>   <li>▪ Maria Rita de Sou- za Albuquerque – vice-chefe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Silene Barrocas Tavares – chefe</li>   <li>▪ Maria Tereza Monteiro Pereira – vice-chefe</li> </ul>



Para termos uma ideia do desenvolvimento da Faculdade na década de 1980, destacarei alguns fatos acontecidos nesse período e que foram de importância para a sua história (de 1980 a 1988).<sup>99</sup>

Ressalto, principalmente, a importância do Seminário “Educação em Debate” (1981) que constituiu

Um marco inicial de um debate que demonstrou requerer mais aprofundamento. Os encontros resultaram numa oportunidade para a formulação, em conjunto, e dentro de um ‘linguajar comum’, de inúmeras questões que afetam a vitalidade do Departamento de Educação na estrutura da UFC. A participação constante da maior parte dos docentes em todas as discussões dos temas comprovou a oportunidade do debate aberto, embora o nível de análise não tenha alcançado a profundidade necessária para o desencadeamento de ações duradoras. Restam as proposições para a continuidade dos trabalhos dentro da inquietude suscitada pelo questionamento sistemático. A participação de um número reduzido de alunos, embora estes tivessem tido pleno acesso aos debates, tornou-se indicador da necessidade do Departamento rever suas linhas de atuação para uma educação comunitária e mais democrática (ver relatório do seminário ‘Educação em Debate’ realizado pelo Departamento de Educação da UFC. Fortaleza, 11 a 13/3/1981, p.14, constante do Arquivo de Documentação da História da Faced).

Destaco aqui um acontecimento político que provocou ao Departamento um posicionamento, demonstrando que a repressão aos estudantes ainda continuava:

Fazendo uso da palavra, o sr. chefe do Departamento Nicolino Trompieri Filho, discorreu veemente sobre os fatos acon-

---

<sup>99</sup> Ver listagem dos acontecimentos, por semestre curricular, no anexo da dissertação de Mestrado que originou este trabalho.



tecidos na quadra do CEU, na noite de sexta-feira do dia 4/12/1981. A pró-reitoria de Assuntos Estudantis promovia na Quadra do CEU o primeiro grito carnavalesco e a Polícia Militar do Estado invadiu a Quadra, abruptamente, pondo em risco a vida dos estudantes presentes e funcionários. Disse o sr. chefe que constasse em ata a inteira e total solidariedade aos estudantes atingidos e o repúdio e manifesto protesto a esse ato arbitrário que atingiu a autonomia da Universidade e a liberdade de ação dos jovens ali reunidos. Salientou o sr. chefe, a intervenção do Magnífico Reitor que exigiu das autoridades competentes a apuração dos acontecimentos e a punição dos responsáveis. O Plenário então concorde sugeriu fosse encaminhado ao Magnífico Reitor ofício, como moção de solidariedade ao equilíbrio da autonomia da UFC (ata da reunião do Departamento, do dia 9/12/1981).

É importante lembrar que, nesse semestre (1981.2), os professores entraram em greve por melhores salários. Nessa ocasião, foi recebida também pelo Departamento a moção do IV Encontro Nacional de Supervisores, realizado em Fortaleza, em outubro de 1981, que reivindicou a aprovação do Projeto Lei nº 45/80, que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional.

No semestre 1982.1 ocorreram dois fatos de grande importância para o entendimento da história da Faculdade: o primeiro se refere à proposta apresentada pela prof.<sup>a</sup> Rosemary Conti Furtado – então coordenadora do curso de Pedagogia – de reorganização das coordenações de cursos de graduação na estrutura da UFC. Questiona a estrutura vigente e solicita que se lutasse por estruturas mais autônomas. Essa discussão partiu do fato da centralização do poder decisório no Departamento: com a Taylorização do ensino, o enfoque do curso foi transferido para o departamento. Era necessário que a coordenação recuperasse a unidade do curso. Foi com essa ideia que surgiram as unidades curriculares, uma sugestão vinda da Pró-Reitoria de Graduação e que foi discutida até pela ADUFC, dando uma grande contribuição ao debate. A princípio, a intenção era a melhor



possível, pois levava a uma integração das áreas e dos programas. Mas o resultado prático, especialmente na Faculdade de Educação, não foi positivo, pois as unidades curriculares, por questões políticas, ficaram atreladas aos departamentos e não à coordenação do curso. Assim não aconteceu nem a integração desejada e nem a autonomia da coordenação do Curso.

Outro fato foi a avaliação do curso de Pedagogia que foi provocada pela coordenadora do curso de Pedagogia, em reunião do dia 01/4/1982, tendo em vista

[...] o desestímulo verificado nos estudantes de pedagogia, por ocasião de seleção de monitores, que seria um ponto de reflexão a ser analisado e debatido (poucos alunos se candidataram à monitoria). Qual o por quê? Onde estaria o erro, nos alunos ou nos professores? Levantando o problema, o assunto foi amplamente debatido (ata da reunião).

Uns colocaram a culpa na falta de responsabilidade e motivação do aluno e outros criticaram essa posição, citando a falta de empenho do professor e as falhas metodológicas das disciplinas. A professora que atinou para outro enfoque foi a prof.<sup>a</sup> Maria Luiza Aguiar Amorim que disse: “[...] não é nível do professor ou do aluno que o problema da avaliação deva analisar, mas o curso em função dos objetivos da Universidade com suas relações com a sociedade”.

Essa discussão desencadeou uma série de outras reuniões de debate sobre este assunto, sendo programado um seminário sobre “A Função da Educação na Universidade.” Em reunião do dia 15/4/1982, o prof. José Ferreira de Alencar declara:

As proposições em torno do assunto transformaram-se em devaneios, pois a problemática, mais séria do que se pensa, vem já enraizada desde o 1º grau de ensino e agora plenamente se reflete na Universidade (ata da reunião).



Percebemos, com isto, que há um salto, embora inicial, na reflexão dos problemas da Faculdade, saindo do âmbito metodológico para o âmbito político-social.

Em 1982.2 aconteceram discussões de importância; a primeira foi decorrente de um protesto dos professores do Departamento contra atitudes autoritárias da Administração Superior em relação à indicação de professores, passando por cima das decisões do Departamento.

Os professores manifestaram seu protesto pela forma não democrática de gestão do sr. chefe do Cesa sobre o Departamento de Educação. Foi sugerido um movimento para escrever uma carta de protesto (ata do dia 19/11/82).

Houve resposta do diretor do Cesa que provocou uma reação ainda maior. Esta é uma indicação clara da luta pela autonomia do Departamento.

A outra discussão se deu em torno da Portaria do Conselho Estadual de Educação nº 790/1976 que foi substituída pela Portaria nº 162/1982 que fixa norma para o registro profissional dos professores e especialistas em Educação, uma discussão, portanto, de cunho eminentemente político.

E, por fim, o debate sobre “Os rumos tomados pela greve dos professores da UFC”, com a presença da prof.<sup>a</sup> Helena Cartaxo, do Departamento de Ciências Sociais e da diretoria da Associação dos Docentes da UFC.

São três momentos que caracterizam o teor do debate político na Faculdade, nesse momento histórico.

Houve, no semestre 1983.1, debates importantes: um sobre a questão do voto universal ou representativo dos alunos para a eleição das chefias do Departamento, vencendo a proposta de voto universal, com peso proporcional, ou seja, 50% dos votos de professores, 30% dos discentes e 20% dos funcionários. Foi uma discussão de amadurecimento da prática democrática de eleições na Faculdade.



O outro foi o reinício das discussões acerca de divisão do Departamento de Educação:

O prof. Rolando Pinto Contreras - professor visitante - informou haver procurado descobrir o verdadeiro objetivo da Universidade Brasileira e a resposta que encontrou foi o fortalecimento dos colegiados. Declarou-se contrário à divisão do Departamento, a fim de evitar o seu enfraquecimento e propôs a criação de um Centro de Ciências Sociais, no qual se incluiria o Departamento de Educação (ata da reunião do dia 29/03/1983). Posteriormente, foi apresentado um abaixo-assinado com assinatura de vinte professores, solicitando a criação do 'Departamento de Fundamentos da Educação e Administração Escolar' caracterizando um 'racha' do Departamento (reunião do dia 31/05/1983).

Decorrente disto, o prof. Antônio Carlos de Almeida Machado apresentou uma proposta com a tríplice divisão do Departamento, discutida em reuniões dias 31/5/1983, 10/6/1983 e 14/6/1983.

O momento da criação da Faculdade de Educação foi considerado de extrema importância, pelo reconhecimento do papel desempenhado pelos cursos de Educação no contexto da Universidade.

A discussão sobre a estrutura da Faculdade girou, finalmente, em torno de três propostas: uma da prof.<sup>a</sup> Maria Luiza Barbosa Chaves, outra do prof. Ozir Tesser e outra de vários professores, apresentada pela prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno, que foi aprovada (ver texto da proposta na ata do dia 15/12/1983). Esta última argumenta pela necessidade de

Integração entre várias áreas didáticas afins, procurando dar mais unidade científica ao esfacelamento em disciplina que vinha ocorrendo no processo ensino-aprendizagem que comprometia a visão de conjunto universal dos problemas educacionais (...). Nada mais justo, portanto, de que, ao propor uma organização da Faculdade de Educação em departamen-



tos, procuremos sintonizar, tanto quanto possível, os novos departamentos a existências das Unidades. Esta proposta apresenta a organização da faculdade em Departamentos e é presidida pelos seguintes critérios:

1. Agrupar um mesmo Departamento as Unidades Curriculares que sejam mais afins;
2. Compor os Departamentos com um mínimo 20 (vinte) professores (exigência do Estatuto da UFC) – exceção feita ao departamento que tiver curso de pós-graduação, cujo mínimo é de doze professores;
3. Manter o princípio de intercâmbio do exercício do magistério entre a graduação e a pós-graduação (livro de Ata nº 3, do Departamento da Educação – Cesa p. 177 – da 159ª Reunião do Departamento de Educação da UFC, realizada no dia 15/12/1983).

No semestre 1985.2 foi realizado um debate sobre a necessidade de criar, na Faculdade, uma instância que congregasse todos os docentes da Faculdade. O prof. Ozir Tesser argumentou assim:

A criação dos departamentos acarretou uma fragmentação que dificultou a visão de conjunto que o corpo docente necessita de ter em relação aos problemas da Faculdade e da Universidade (ata do dia 16/8/1985).

Foi aprovada a experiência de reuniões amplas sobre os problemas da faculdade, a começar pela discussão do Curso de Pedagogia. Foi nessa ocasião que ficou estabelecido que a Assembleia de Professores e Alunos seria a instância de deliberação maior das mudanças curriculares, mais um salto na democratização das decisões.

No semestre 1987.2, para eleição de diretor e vice-diretor, foi realizada uma consulta direta à comunidade universitária (alunos, professores e funcionários da Faced). Vale salientar que, após essa consulta, foram escolhidos dois nomes referenciados pelo Conselho Departamental que tomou a decisão de que só mandaria esses nomes



para a reitoria e não uma lista sêxtupla como era pedido. Também nesse semestre se discutiu sobre a estrutura da Faced nos três departamentos, apresentando dificuldades na relação, principalmente com a coordenação de curso. Este tem sido um problema ainda não resolvido até hoje.

Percebe-se, com esses dados, que o enfoque da Faculdade está mudando, que novas práticas estão sendo experienciadas e que o debate, completamente cerceado na década passada, voltou à tona com toda a sua força. O ensino foi bastante questionado, estimulando o processo de reformulação curricular. A extensão foi ampliada, atingindo mais a área pública. Até os cursos dados foram reformulados em suas propostas, não acentuando mais o enfoque técnico, como é o caso dos cursos de Metodologia do Ensino Superior que passaram a ser mais abrangentes e reflexivos. A pesquisa também tomou um rumo mais social, priorizando a realidade educacional nordestina e foi mais sistematizada institucionalmente. A estrutura administrativa – foco de muitos debates – sofreu modificações com a criação da Faced, mas continua apresentando pontos seríssimos de estrangulamento. As reivindicações extrapolam o âmbito puramente pedagógico, dando indícios de contradições político-ideológicas.

Chamou-me atenção o fato da pouca participação dos alunos em todo esse processo. A presença do Movimento Estudantil, vítima ainda das consequências da violenta repressão que sofrera, procura, através de grupos pequenos de alunos, reativar sua luta política.

Farei uma análise mais pormenorizada do processo de reformulação curricular do Curso de Pedagogia da UFC, como subsídio maior para a reflexão sobre tipo de educador que o curso está formando.

Como foi dito, os Movimentos Nacionais em torno da formação do educador foi o marco inicial das reflexões em nível de faculdade. Poderíamos dizer que o debate na Faced começou com a realização do já falado Seminário “Educação em Debate”, realizado em 1981. A comissão responsável pela formação do educador apresentou um documento com as primeiras ideias do grupo de profes-



sores e este documento foi apresentado e completado no III Seminário Regional de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos, realizado também em 1981, em Fortaleza, e coordenado pela prof.<sup>a</sup> Sofia Lerche Vieira.

A coordenadora do curso de Pedagogia, prof.<sup>a</sup> Rosemary Conti Furtado, participou da reunião do Comitê Nacional que se realizou no IV Encontro Nacional de Supervisores Educacionais, em 1981. Acompanhando o ritmo das discussões nacionais e sem querer se desligar delas, a coordenação do curso de Pedagogia da UFC resolveu não partir para uma reformulação curricular isolada, mas fez alguns ajustes ao currículo, necessários à época. Nas reuniões das unidades curriculares foram realizados estudos sobre as várias propostas dos estados divulgadas no Encontro Nacional. A prof.<sup>a</sup> Rosemary Conti Furtado representou a Faced na Comissão Estadual até 1983.

Em setembro de 1983, foi feita uma reunião geral de professores para discutir o Processo de Reformulação Curricular, baseado em documentos nacionais.

Em relatório da coordenação do curso de Pedagogia de 1984, está explicitado que:

*A reformulação dos cursos de formação de Educadores foi discutida sempre em dois níveis: o das Unidades Curriculares e o do Departamento, em preparação ao Encontro Estadual que se realizou em junho e contou com representantes dos diversos cursos de Licenciatura da UFC e da UECE, incluindo Pedagogia; com pessoas das Secretarias de Educação do Estado e do Município, professores e alunos interessados. Visava este encontro tirar a posição do Ceará a ser levada à reunião da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos a realizar-se em São Paulo, por ocasião da SBPC (julho/1984).*

*No 2º semestre reuniram-se novamente as U.C.<sup>100</sup> e os Departamentos para apreciarem o documento que resultou da reunião da Comissão Nacional e irem preparando suas contribuições para serem levados a uma 2ª rodada de reuniões, desta feita no Rio, durante a III CBE (out.*

<sup>100</sup> U.C. – Unidades Curriculares.



84). Antes da CBE, a comissão Estadual de Reformulação dos cursos da qual fazem parte as professoras Maria Suzana Vasconcelos Jimenez e Rosemary Conti Furtado, realizou vários encontros culminando com o 3º Encontro Estadual no dia 8/10/1984.

Após a CBE, as professoras citadas convidaram alunos e professores para uma assembleia que discutiria mais especificamente as questões relacionadas com a U.C. de Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação e seu papel na reformulação do Curso de Pedagogia, além de apresentar informações gerais da CBE e do andamento dos encaminhamentos e propostas relativas à reformulação.

A prof.<sup>a</sup> Maria Suzana Vasconcelos Jimenez, coordenadora da Comissão Estadual, esteve presente aos Encontros Estaduais de Supervisores e de Orientações Educacionais

(Relatório da Coordenação do Curso de Pedagogia de 1984).<sup>101</sup>

A partir de fins de 1984, a Faced assumiu, através da coordenação do curso de Pedagogia (gestão 85-86), cuja coordenadora era a prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno, um processo mais direcionado para a própria realidade, com o propósito de tentar experimentar uma proposta específica e concreta baseada nos resultados das reflexões em nível nacional e estadual. Nessa ocasião, foi feito um apanhado de todos os documentos elaborados sobre esta questão e foi organizado um dossiê que serviu de base para os debates que se seguiram na Faculdade, a partir de então.

Concomitantemente aos estudos foram aplicados, em 1985, questionários de identificação de pontos de estrangulamento do currículo em vigência e de delineamento do profissional que se pretendia formar. Os resultados desses questionários, respondidos por alunos e professores, foram apresentados, em painel, em seminário programado para desencadear o processo da reformulação curricular do curso de pedagogia da Faced.<sup>102</sup>

<sup>101</sup> Todos os documentos relativos ao processo de reformulação do curso de Pedagogia da UFC estão no arquivo de documentação da história da Faced.

<sup>102</sup> Este Seminário foi realizado na Casa José de Alencar nos dias 12 e 13/9/1985.



Também é importante citar que, nessa ocasião, foram programados encontros com professores de outras universidades, envolvidos nessa questão, como o prof. Jamill Cury e Miguel Arroyo, da UFMG.

No princípio de 1986, a equipe de coordenação do curso de Pedagogia elaborou uma versão preliminar da Proposta Curricular, através de um documento mais específico, contendo a fundamentação e os objetivos que deveriam servir de base aos debates verificados em todos os colegiados, tais como: coordenação de curso, unidades curriculares, departamentos, assembleias, grupos de estudo e centro acadêmico. Em todos esses níveis de discussão estavam presentes alunos e professores.

Como norma fundamental do grupo, ficou determinada a assembleia como espaço maior de deliberação final da proposta. Os estudos seriam feitos nos vários colegiados, mas as deliberações maiores só poderiam ser tomadas em assembleia. Foi assim que foram aprovados, em princípio, a fundamentação e os objetivos do curso, definindo o tipo de educação que acreditamos, o papel do educador e o curso de pedagogia que atenderia a esse perfil. Esse momento processou-se de forma consensual, sem ter havido muitas divergências em relação ao tronco de fundamentação do curso. Hoje questiono se realmente os fundamentos foram bem entendidos, pois eles pouco conseguiram se concretizar, na prática.

O passo seguinte foi de esboço de uma estrutura do conhecimento, através da elaboração das linhas básicas por área de conhecimento e como cada área deveria trabalhar para formar o educador delineado na fundamentação. As áreas de Psicologia, Filosofia, Metodologia, Sociologia, Educação Brasileira, Estudos Especiais etc. teriam, a partir das linhas básicas, que sugerir as disciplinas e a carga horária necessária a cada uma delas. É importante citar que, nesse momento, tivemos um obstáculo que dificultou o trabalho: a pressa na delimitação da grade curricular que alguns apresentaram, quase atrapalhando a etapa anterior de formulação das linhas básicas por área. Como estratégia, a coordenação se propôs a trabalhar na grade escolar, concomitantemente aos grupos, de forma que, na assembleia, foram apresentados os dois resultados.



O momento de elaboração do ementário foi muito rico, embora muito sofrido. Basicamente as ementas eram trabalhadas em grupo, por disciplina, mas cada ementa era avaliada e aprovada pela assembleia que propunha, quando necessário, reformulações que deveriam ser feitas pelo grupo e novamente apresentadas na assembleia seguinte. Lembro-me de que houve ementas que foram reformuladas até três ou quatro vezes. Considero este momento o mais forte em discussões, assegurando, assim, a coerência do ementário.

Por fim, o documento total com fundamentação, objetivos, grade curricular, ementário foi aprovado, assim como a definição das novas unidades curriculares que se formavam a partir da nova proposta. Esse documento foi enviado a todos os departamentos para sua aprovação oficial, ao Conselho Departamental que teve que elaborar um anexo como exigência do Conselho Universitário que, por fim, fez sua aprovação seguida de recomendações, possibilitando a sua implementação a partir de 1987.2. O documento foi aprovado pelo Conselho Universitário no dia 23/3/1987 e, posteriormente, enviado ao Conselho Federal de Educação.

Avaliando, podemos dizer que a Faculdade tentou vivenciar um processo democrático, de muita discussão e participação, e que o próprio grupo construiu o processo, suas etapas e seus momentos. As discussões eram, de modo geral, calorosas, às vezes com grande emocionalidade decorrente do envolvimento dos participantes. Um processo de sofrimentos, de recuos e avanços, mas de grande aprendizagem. Sobretudo a conviver na pluralidade e, como isto não é fácil, pessoas saíram magoadas, desistentes e sem assumir o currículo como seu, embora a tentativa tenha sido de coletivizar. O processo, entretanto, continua e, com ele, os recuos e avanços. É importante registrar, também, que esse processo precisa ter a liderança de um grupo que encabece a sua sistematização e provoque as discussões, comandando os encontros e o fluxo de trabalho; tem que ser um processo organizado, pois ele não acontece espontaneamente.

A partir de 1987 a proposta foi implementada, gradativamente, estando hoje vigente em quatro semestres curriculares. O processo de implementação também precisa ser cuidadoso para não



estagnar o nível de debate e estudos, para fazer as adaptações acadêmicas e para criar um ambiente geral propício à reformulação. Várias providências foram importantes para esse período:

- transferência do Curso Básico para a Faced;
- acompanhamento dos professores através de reuniões por semestre curricular;
- realização de seminários para professores e alunos sobre “Relação Teoria-Prática”, convidando os professores Ildeu Coelho<sup>103</sup> e Manfredo Oliveira,<sup>104</sup> e sobre “O trabalho como princípio educativo”, coordenado pelo prof. Paulo Nosella;<sup>105</sup>
- realizações de Momentos Culturais e Oficinas Educacionais, complementares às aulas;
- recuperação da função pedagógica da Coordenação de Curso através de projetos coerentes à proposta curricular;
- abertura das disciplinas optativas do currículo novo para alunos do currículo antigo.

---

<sup>103</sup> Ildeu Coelho – Consultor de TI – Finanças. Formado pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>104</sup> Padre Dr. Manfredo de Oliveira – Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza (1962), Mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1966) e Doutorado em Filosofia pela Universität München Ludwig Maximilian (1971). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética. Atuando, principalmente, nos seguintes temas: Filosofia Transcendental, Reflexão e Subjetividade.

<sup>105</sup> Paulo Nosella – Nasceu na Itália (1942), onde se licenciou em Filosofia. Em 1967, veio ao Brasil para trabalhar em educação popular, no estado do Espírito Santo, criando as primeiras Escolas da Família Agrícola (EFAs) da Pedagogia da Alternância. Revalidou o curso de Filosofia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), colando grau no ano de 1971. No ano seguinte, na mesma Instituição, colou grau de Bacharel em Teologia. Fez Mestrado e Doutorado em Filosofia da Educação na PUC/SP, respectivamente, nos anos de 1977 e 1981. Professor Titular em Filosofia da Educação na Universidade Federal de São Carlos/SP, onde trabalhou desde 1979 nos cursos de Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Fundamentos da Educação. Nesta, foi diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas (1980-1984), coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (1999-2000), chefe do Departamento de Educação (2002-2005). Em janeiro de 2007, se aposentou. Hoje integra o corpo docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Nove de Julho de São Paulo (Uninove). Orienta dissertações e teses em Educação, em três linhas de pesquisa: Trabalho e Educação; Instituições Escolares; História e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social.



Como avaliação desse processo, além das reuniões por semestre curricular, foram feitos, ao final de cada semestre letivo, encontros com alunos e professores do currículo Novo, onde foram dados depoimentos sobre a prática, dificuldades e ganhos. Essas avaliações tiveram sempre como referencial os pontos básicos da proposta curricular. Também está sendo organizado um programa sistemático de avaliação do curso, dentro desse referencial, cuja fase de experimentação já aconteceu em 1987.2 e 1988.2. Todos os resultados das avaliações foram documentados e levados à comunidade para discussão.

Podemos resumir os fundamentos da Proposta Curricular em quatro pontos básicos nos quais se concentram todo o referencial teórico-metodológico da Proposta:

O primeiro é a opção pela Escola Pública e Gratuita, baseada na

[...] compreensão da escola enquanto **instituição social** encarregada da socialização do saber produzido pela humanidade e na luta da população visando universalizar uma escola de qualidade para todos (Documento de Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC – 1986, fl. 1).

Como vemos, esta opção tem um cunho filosófico – “Educação é direito de todos e dever do Estado” e tem um cunho político – a escola é uma “instituição social”, portanto deverá ser pública e gratuita. Esta opção torna-se mais forte quando se trata de um curso pertencente a uma universidade pública (UFC). É importante aqui não confundir público com o simplesmente estatal. Sua concepção é bem mais ampla e o que a caracteriza é sua universalização de acesso e a busca da qualidade; “universalizar uma escola de qualidade para todos”, financiada pelo Estado, mas gerida em função dos interesses dos trabalhadores, sendo oposta ao clientelismo e ao ideário burguês, tão presentes na “Escola Pública” concebida pela burguesia. O curso de Pedagogia, portanto, deverá formar o



educador capaz de participar efetivamente do processo de criação de uma escola democrática, que responda aos interesses da maioria da população e que compreenda a sociedade e a educação brasileira, sobretudo a escola pública enquanto realidade concreta inserida num contexto histórico e social específico (Documento de Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC – 1986, fl. 2).

É um processo, porque estamos certos de que a escola democrática – “pública do ponto de vista do trabalhador” – só se verificará em um sistema diferente do capitalismo classista.

O segundo ponto refere-se à formação do educador crítico e comprometido com a transformação da realidade social, necessitando para isto de

uma sólida fundamentação teórico-metodológica que o permita realizar uma leitura crítica das diversas teorias que interpretam a realidade, num esforço de distinguir entre as mesmas, aquelas que traduzam da forma mais científica a realidade (Documento de Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC – 1986, fl. 4)

E que possa ter uma compreensão mais globalizante da realidade social e educacional, brasileira e nordestina. Assim, a licenciatura em pedagogia

deve assegurar aos futuros professores uma sólida formação que lhes permita lecionar com competência, o que implica na compreensão da educação brasileira, no conhecimento do desenvolvimento e da aprendizagem humanos, no aperfeiçoamento pessoal, no domínio dos conteúdos e das metodologias específicas de sua área de atuação (Documento de Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC – 1986, fl. 2).<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Este segundo ponto implica um pluralismo de ideias que permite que o aluno se defina por uma linha teórica.



O terceiro marco teórico da proposta é a formação do educador-professor, que deverá superar a fragmentação entre o pensar, ser e fazer na educação e a hierarquização do trabalho pedagógico, atuando, basicamente, como docente nas áreas de pré-escolar, séries iniciais do 1º grau, curso pedagógico do 2º grau, educação de adultos e educação especial.<sup>107</sup> Com este ponto fica bem claro que o curso de Pedagogia formará basicamente o docente e não o especialista (embora tenham sido asseguradas as habilitações de supervisor, administrador e orientador até nova decisão), e que as suas áreas de atuação se ampliaram.

Por fim, poderíamos destacar como eixo epistemológico da proposta, a “relação entre teoria e prática”, tentando superar a concepção utilitária da prática se contrapondo com a teoria, o que decorria numa

prática esvaziada dos embasamentos teóricos e numa teoria descomprometida com as mudanças que só podem se efetivar através da prática. Tal postura tem como consequência um empirismo ingênuo onde os fatos se apresentam como verdade inquestionáveis (Documento de Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC – 1986, fl. 3).

A prática é, portanto, o suporte da teoria e a teoria é o referencial explicativo da prática, podendo ela prolongar e aprofundar a prática, ou então negá-la. Nessa ótica, as disciplinas são pluridimensionadas em termos teóricos e práticos, sendo falsa a dicotomização entre disciplinas teóricas (filosofia, sociologia etc.) e práticas (metodologias, estágios etc.).

Enfim, a proposta do curso de Pedagogia da UFC visa a uma

formação profissional ligada às raízes histórico-sociais, econômicas, políticas e culturais, voltada para a compreensão

---

<sup>107</sup> Já se discute a necessidade de ampliar as áreas de aprofundamento introduzindo alfabetização de crianças e Arte e Educação (formação do Animador Cultural). Esta última área de aprofundamento foi aprovada em 1990.



dos problemas, sobretudo educacionais, nordestinos e brasileiros (11 – Documento de Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC – 1986, fl. 4).

Decorrente desta nova visão de educação, a grade curricular vigente, até então, tornou-se defasada. Foi necessário, então, mexer com algumas áreas críticas, incluir novos programas e aumentar/diminuir carga horária. Sinteticamente, podemos abordar algumas mudanças que se fizeram necessárias:

- maior carga horária para as áreas de Filosofia e Sociologia, dado serem essas áreas as responsáveis pela maior defasagem de fundamentação;
- união entre conteúdo/método nas disciplinas metodológicas, passando-se a ter o Ensino da Linguagem, o Ensino da Geografia e História, o Ensino da Matemática e o Ensino das Ciências. Isto se deveu, fundamentalmente, à carência de conteúdo nessas áreas, entre nossos alunos, e à concepção de que metodologia só tem sentido se ligada ao conteúdo;
- inclusão dos Projetos Especiais.  
O Projeto Especial é uma atividade de cunho educativo que visa auxiliar o estudante a integrar teoria/prática e a buscar as vinculações entre ensino, pesquisa e extensão. Esta atividade será desenvolvida a partir do 2º semestre até o 7º, totalizando 24 créditos, e procurará articular o conteúdo trabalhado pelo bloco de disciplinas do semestre, com a prática socioeducativa (realidade), culminado com um trabalho escrito (relatório de pesquisa). (Documento de Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC – 1986, fl. 4).
- inclusão das áreas de aprofundamento, tais como; educação pré-escolar, educação especial e educação de adultos, como áreas optativas;
- organização curricular por bloco de disciplinas por semestre, procurando adotar um mecanismo de articulação horizontal



do currículo através de um trabalho integrado com o empenho principal do Projeto Especial;

- aumento das disciplinas optativas e redução das obrigatórias. Partindo de um currículo de 160 créditos, todos obrigatórios, incluindo Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) e Educação Física, para uma composição mais flexível de 208 créditos totais, sendo 180 obrigatórios e 28 optativos, compreendendo, nessa obrigatoriedade, a opção pelas disciplinas de um determinado núcleo de concentração. O curso total teve o aumento de um semestre letivo. O leque de disciplinas optativas aumentou em número e diversidade;
- inclusão dos Seminários I e II, como um espaço que pode ser preenchido por temas diversos escolhidos pelos alunos a cada semestre letivo, ministrado para turmas de até quinze alunos, dando direito a dois créditos para cada seminário.

No contexto geral da vivência do novo currículo, temos sentido que, em certos aspectos, houve avanço, mas em outros ainda estamos engatinhando. Na nossa percepção, avançamos com as experiências de:

- Projetos Especiais – principalmente pela “busca de construção do saber coletivo”;<sup>108</sup>
- Integração do BÁSICO ao curso de Pedagogia – os alunos sentem-se mais envolvidos ao curso e à Universidade desde o 1º semestre, principalmente por causa do “Seminário ao Curso de Pedagogia”, realizado na primeira semana de aula. Esta experiência tem servido de exemplo para outros cursos da Universidade e para uma possível mudança estrutural nesse aspecto;
- estágio integrado de Pedagogia e licenciaturas numa mesma Escola – Apesar da reformulação curricular não ter atingido o

---

<sup>108</sup> A equipe de professores que atua nos Projetos Especiais está documentando toda sua experiência, pretendendo publicar essa prática como elemento de análise de uma nova postura pedagógica.



semestre de estágio, o clima de mudança levou os professores a elaborarem um projeto, integrando os alunos do currículo antigo. Embora em caráter experimental, já vem trazendo efeitos positivos;<sup>109</sup>

- ofertas de disciplinas optativas do currículo novo para alunos do currículo antigo. Isto é um resultado da compreensão mais abrangente de currículo, não limitando a um grupo ou a determinadas atividades, mas englobando toda a vivência da instituição;
- organização do grupo de monitoria. Os alunos-monitores se organizaram e sistematizaram sua ação na Faced, destacando-se como um grupo preocupado com a construção de um saber qualitativo na faculdade;
- o projeto de extensão Pró-docente Rural que, embora não seja um reflexo direto da reformulação curricular, apresenta-se hoje como uma experiência válida e comprometida com as propostas teóricas do novo currículo;<sup>110</sup>
- o Coral da Faced – como consequência da disciplina optativa “Arte e Educação”, determinando um novo clima e uma nova visão da relação entre arte e educação;<sup>111</sup>
- as Oficinas Educacionais e os Momentos Culturais – que são experiências extra sala de aula de enriquecimento cultural e profissional que tem ampliado sobremaneira a ação pedagógica da Faced, inclusive a relação universidade-comunidade;<sup>112</sup>
- a organização dos bolsistas de iniciação científica – como consequência da preocupação de intensificar e qualificar a pesqui-

---

<sup>109</sup> A atual coordenadora do curso de Pedagogia da UFC, prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Peixoto Bandão, está muito envolvida neste projeto, articulando os professores dos cursos de Licenciatura.

<sup>110</sup> O pró-docente é uma experiência que data de 1979 e já foi avaliada e documentada através de relatórios.

<sup>111</sup> A prof.<sup>a</sup> Izáira Silvino Morais, principal responsável por esta área na Faced, está dedicando a sua dissertação de Mestrado a essa questão.

<sup>112</sup> As Oficinas e Momentos Culturais fazem parte de um projeto da Coordenação de Pedagogia, integrado com o C.A. Paulo Freire e que teve início na gestão 1987-1988.



sa em educação na faculdade. Foi criada uma Coordenação de Pesquisa e todo um programa de sistematização da mesma, incluindo os alunos de graduação e pós-graduação;

- as mudanças das posturas pedagógicas de muitos professores. Sente-se um clima de “busca”, de mais estudo, de mais reflexão e discussão entre os professores, e até de novas experimentações. Uma vontade coletiva de “partir para o novo”;<sup>113</sup>
- processo de democratização das eleições. É uma conquista paralela à reformulação curricular, mas que tem muito a ver com ela. É a vivência na comunidade universitária, dos princípios democráticos defendidos pela Proposta. A Faced já tem uma história de conquistas neste aspecto, para eleições de diretor, chefe de departamento e coordenadores de curso, com participação de alunos, professores e funcionários;
- preocupação em documentar a história da Faced. Sente-se um clima incentivador para se escrever mais sobre as experiências vivenciadas e documentá-las;
- maior integração da Faced com a comunidade, através dos Projetos de Extensão, tais como – Universidade/Prefeitura; Pró-docente rural; Projeto de Estágio Integrado etc.
- avaliação sistemática do curso. Existe uma preocupação na avaliação mais organizada do curso como elemento importante de reflexão e acompanhamento da reformulação curricular. Há uma proposta, iniciada pela coordenação do curso de Pedagogia – 1987-1988, que está em fase de experimentação.

Enfim, sentimos que a Reformulação Curricular trouxe ao curso de Pedagogia mais dinamismo e reflexão, embora estejamos preocupados com o ativismo que já está ocorrendo como decorrência dessa mudança.

É importante ter em mente que todos esses avanços citados são emergentes, não definitivos, como poderia parecer numa descrição

---

<sup>113</sup> Há, na Faced, grupos sistemáticos de leitura formados por professores, alunos de graduação e pós-graduação.



deste tipo. Conseqüentemente, são resultados de um processo bem contraditório, de busca de novos caminhos, de busca de alternativas. Ao lado deles encontramos fatos opostos que, numa descrição linear, poderiam parecer incoerentes. Temos consciência das limitações existentes e dos pontos que necessitam ser trabalhados com muita seriedade. Podemos citar alguns desses pontos:

- implementação coletiva do currículo novo, através da integração das disciplinas (reforçar as reuniões por semestre); compromisso real do corpo docente com as linhas teóricas da proposta; convivência com o pluralismo ideológico; e abertura aos reajustes progressivos necessários;
- estudo sobre a Reforma Estrutural da Faced/UFC que tente repensar a estruturação dos departamentos e das coordenações de curso, com suas Unidades Curriculares;
- estudo sobre curso noturno de Pedagogia, dando seguimento a um projeto iniciado por uma comissão de professores e alunos. O curso noturno é uma exigência da democratização da Universidade;<sup>114</sup>
- definição sobre as habilitações educacionais, dando prosseguimento aos debates sobre a questão;<sup>115</sup>
- ampliação e implementação do Sistema de Avaliação do Curso de Pedagogia;
- fortificação da prática do debate democrático, através da regulamentação das Assembleias;<sup>116</sup>

<sup>114</sup> O curso noturno foi implantado no curso de Pedagogia a partir de 1991.1.

<sup>115</sup> Há, na Faculdade, três tendências de pensamento sobre esta questão: a primeira – defende a ideia da reforma do currículo das habilitações, devendo ela continuar em nível de graduação; a segunda – sugere a transferência da formação do supervisor escolar, orientador educacional e administrador escolar para o nível de especialização (Pós-graduação); e a terceira tendência entende que a formação do educador deverá ser globalizada, ao ponto que o formado em Pedagogia possa assumir qualquer função na escola, desde que seja escolhido pela comunidade. Esta última tendência sugere a retirada das habilitações, mantendo, no entanto, o estudo globalizado das suas funções. (veja o resultado desse processo de discussão ao final do trabalho).

<sup>116</sup> Existe um projeto já elaborado pelo pesquisador José Ferreira de Alencar, funcionário da Faced, sobre a regulamentação das Assembleias da Faced, elaborado em 1988.



- criação de espaços de reflexão pedagógica, onde se possa trocar experiências, analisar relatórios e documentos pedagógicos etc.;
- plano de capacitação docente para a competência no novo currículo.<sup>117</sup>

Acreditando que é através da clareza da proposta teórica do curso que se implanta as Coordenações de Curso, sem a qual elas se perdem num trabalho burocrático desgastante e repetitivo, propus-me a assumir a coordenação do curso de Pedagogia no período de 1987-1988, momento de grande importância para mim como conhecimento global do curso. A proposta teórica delineada na Reformulação Curricular foi o grande referencial para a formulação de um programa de recuperação da função pedagógica da coordenação do curso.

Assumi a coordenação do curso de Pedagogia da UFC em novembro/1986, para uma gestão de dois anos, depois de uma eleição em que alunos e professores da Faculdade de Educação votaram em igualdade de valor. Para concorrer à eleição, elaborei uma proposta que foi depois concretizada num plano constituído por vários projetos pedagógicos.

Fiquei na coordenação até novembro/1988, trabalhando com uma equipe de professores,<sup>118</sup> e bem integrada com a direção da Fa-

<sup>117</sup> Esta vivência de Reformulação Curricular abrangeu, até agora, as seguintes gestões de Coordenação do Curso de Pedagogia da UFC: 1981-1982 – prof.<sup>a</sup> Rosemary Conti Furtado; 1983-1984 – prof.<sup>a</sup> Rosemary Conti Furtado; 1985-1986 – prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno; 1987-1988 – prof.<sup>a</sup> Maria Estrêla Araújo Fernandes; 1989-1990 – prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Peixoto Brandão.

<sup>118</sup> Faziam parte da equipe de Coordenação do Curso, os seguintes professores: Padre Brendan Coleman MacDonald e Glaucinete Barros de Oliveira – representante e suplente da Unidade Curricular de Fundamentos Psicológicos da Educação; Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima e Padre Luiz Moreira Cavalcante – representante e suplente da Unidade Curricular de Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação; Maria Estrêla Araújo Fernandes e Maria Mercedes Capelo Alvíte – representante e suplente da Unidade Curricular do Ensino de 1º e 2º graus: Conteúdo e Método; Emília Martins Velloso e Maria Tereza Albuquerque Guimarães – representante e suplente da Unidade Curricular de Prática de Ensino; Ângela Terezinha de Sousa Therrien e Silene Barrocas Tavares – representante e suplente da Unidade Curricular de Problemas Brasileiros; Maria Lúcia Lopes Dallago e Ana Elizabeth Bastos de Miranda – representante e suplente da Unidade Curricular de Formações Específicas; Maria Ângela Teófilo Albuquerque – supervisora de Controle Acadêmico.



culdade,<sup>119</sup> com os departamentos e com o Centro Acadêmico Paulo Freire.

O Plano da Coordenação de Curso foi todo concebido visando ao funcionamento do novo currículo de pedagogia e foi exatamente isto que deu condições para um redirecionamento das funções e atuação da coordenação.

Estruturamos o plano em vários projetos que, avaliados em seu desenrolar, foram sendo ampliados ou substituídos. Citarei, aqui, os projetos de maior significação para o curso.

1. Projeto do Seminário de Introdução ao Curso de Pedagogia e transferência do Ciclo Básico para as dependências da Faculdade;
2. Projeto de Acompanhamento do Trabalho Docente na implantação do novo currículo;
3. Projeto de Divulgação de Informações do Curso e Orientação dos Alunos;
4. Projeto de Momentos Culturais e Oficinas Educacionais;
5. Projeto de Acompanhamento Psicopedagógico do aluno do curso de Pedagogia;
6. Projeto do Ensino Noturno para o curso de Pedagogia da UFC;
7. Projeto de Avaliação Sistemática do curso de Pedagogia da UFC.

Enfim, conseguimos, gradualmente, recuperar a função pedagógica da Coordenação do Curso, principalmente porque tínhamos uma proposta teórica explícita, o que fez com que todas as atividades desenvolvidas pela coordenação tivesse um sentido qualitativo, em oposição ao trabalho puramente burocrático. Estamos certos, entre-

---

<sup>119</sup> Passaram pela direção da Faculdade, no período da minha gestão, como coordenadora do Curso, os seguintes professores: Antônio Carlos de Almeida Machado – diretor 1984-1987; Emilia Martins Velloso – diretora 1988-1991; Laura Maria Souza Vieira – vice-diretora 1988-1991.



tanto, de que essa recuperação é processual, entendendo com isto que o que foi possível realizar dependeu também do trabalho das coordenações anteriores e que a atual terá mais condições de sistematizar melhor tudo o que foi iniciado.

Podemos citar, neste contexto, algumas dificuldades sentidas e que, posteriormente, deverão ser superadas:

- trabalho em equipe: dificuldade de reunir as pessoas e superar a artificialidade das Unidades Curriculares;
- tendência ao ativismo e diversidade de trabalhos diários para toda a comunidade universitária, dificultando trabalhos que exigem mais leitura, reflexão e continuidade. Falta de tempo, por exemplo, para análise de diagnósticos e avaliações;
- entraves para a realização de certos projetos, principalmente o de avaliação, por causa da resistência de alguns professores;
- falta de “adesão física” às atividades programadas, tanto por parte dos alunos como dos professores;
- dificuldade de se trabalhar o conflito, o “pluralismo ideológico”;
- sobrecarga do trabalho da coordenadora, por falta de um vice-coordenador na estrutura da Coordenação de Curso e pela não definição inicial das funções do controle acadêmico;
- sistema de informações gráfico moroso e excesso de avisos;
- limitação dos poderes da coordenação em relação à estrutura departamental.

Diante do exposto, podemos fazer alguns encaminhamentos que servirão de reflexão para as próximas coordenações de curso:

- continuar, ampliar e superar o trabalho que vem sendo feito; dar continuidade histórica, tendo em vista que a “recuperação pedagógica” é um processo;
- rediscutir a estrutura da Coordenação e das Unidades Curriculares dentro da estrutura geral da Universidade; conquista política do espaço das coordenações;



- contar com um grupo de apoio político-pedagógico para a equipe de coordenação, a fim de discutir as ideias do curso; não necessariamente os representantes das Unidades Curriculares, mas sim uma espécie de Conselho do Curso de Pedagogia;
- ter um suporte de execução das tarefas do coordenador, através da existência de um vice-coordenador e de uma equipe de funcionários. Nessa equipe deveriam constar “técnicos educacionais” para ajudar na tabulação e análise de dados coletados pela coordenação;
- documentar e publicar trabalhos escritos sobre as experiências vivenciadas na Faced.

Disto tudo, podemos concluir:

É o referencial teórico do curso que delinea o trabalho pedagógico da coordenação de curso. Este referencial é o eixo balizador do espaço político da coordenação de curso na estrutura universitária, pela visão global que ela possui do curso.

### **Avaliando o novo currículo do Curso de Pedagogia da UFC: alguns dados para início do debate.**

Diante de toda uma ação curricular nova, em que a própria filosofia e prática do curso foram redirecionadas, não poderia deixar de existir um projeto que acompanhasse os passos desse “NOVO” do curso e pudesse servir de parâmetro de análise de avanços, desvios, vácuos e reajustamentos da proposta inicial.

Este foi um projeto bastante cuidadoso, pela sua abrangência e grau de subjetivismo inerente a ele próprio. Tínhamos clara a ideia de que a avaliação do curso deveria estar presente em vários momentos, mas que também ela precisaria de um instrumento de síntese que lhes desse uma sistematização. Por isso utilizamos vários momentos e vários instrumentos que poderemos comentar a seguir:



- reuniões por semestre curricular (integração horizontal), em que eram avaliadas as programações desenvolvidas, com participação de alunos representantes de disciplinas que deveriam explicitar o pensamento da turma e os professores do semestre;
- reuniões de integração vertical de semestre curriculares, feitas no início de cada semestre letivo, avaliando os programas desenvolvidos no semestre anterior, das quais participavam professores dos dois semestres curriculares e representantes do Centro Acadêmico Paulo Freire.
- reuniões de avaliação de cada semestre letivo, com grupos diferentes tais como:
  - ✓ todos os alunos e professores (Assembleia);
  - ✓ concludentes do semestre;
  - ✓ estagiários de prática de ensino e habilitações;
  - ✓ alunos e professores do currículo novo.
- questionário anual de avaliação do curso e do trabalho da coordenação, respondido por alunos, professores e funcionários.<sup>120</sup>

Todos os depoimentos das reuniões foram anotados e reproduzidos em relatório que foi enviado ao Conselho Departamental e aos departamentos. A metodologia utilizada nas avaliações por semestre curricular era a análise de cada disciplina, tendo como referencial a linha básica teórica do curso e a sua inter-relação com outras disciplinas. A metodologia das reuniões de avaliação do semestre letivo era estabelecida pelo grupo através da priorização de alguns pontos e, a partir deles, era feita a análise de cada um e globalmente.

Os questionários tinham o objetivo de fazer uma avaliação sistemática dos elementos básicos que foram priorizados na nova Proposta Curricular para a melhoria do ensino e comparar os dados coletados pelos anos consecutivos. Assim, teríamos uma ideia da evolução do curso.

---

<sup>120</sup> Os resultados dessas avaliações serão comentados, posteriormente, neste trabalho.



A elaboração do questionário de avaliação deu-se com a participação dos diversos colegiados, através de sugestões do instrumento inicial. A aprovação do questionário básico se deu nos departamentos. Esses questionários deveriam ser aplicados por disciplinas, para alunos e professores (cada um deveria responder tantos questionários quantas disciplinas cursava ou ministrava). As perguntas eram abertas e fechadas.

A tabulação foi feita por semestre curricular e por questões globais; as questões fechadas foram tabuladas; as abertas, relacionadas por escrito, agrupando por categorias ou por expressões de qualidade. A divulgação das questões fechadas foi feita por tabelas; e a das abertas, por maior número de frequência de respostas. O relatório deveria ser aberto, proporcionando dados para discussão (dados abertos).

No final de 1987, aplicamos os questionários dentro da metodologia citada, mesmo porque ela foi a escolhida pelos professores. Em 1988, depois da tabulação, sentimos que muita coisa precisava ser mudada, principalmente por causa dos resultados obtidos pela média – que não expressava o real, devido à falta de identificação da disciplina; a aplicação feita pelo professor inibe os alunos; o questionário possui algumas perguntas repetitivas e o processo de tabulação foi muito lento por falta de uma equipe de profissionais da área de pesquisa. Fizemos, então, algumas alterações metodológicas: a disciplina tinha que ser identificada, mas o questionário foi melhorado; a aplicação foi feita pela coordenação e a tabulação foi individual (um relatório para cada disciplina, com resultado dos alunos e professores da disciplina).

Englobamos os dados de todos os relatórios e tivemos uma visão geral do curso. Sentimos que, apesar de mais demorada, esta nova metodologia é mais qualitativa e reflexiva.

Acreditamos que este conjunto de dados obtidos por depoimentos, reuniões e questionários se completam com os debates que deles poderão surgir, dando uma visão mais real da problemática do curso.

Como resposta da avaliação do trabalho da coordenação feita por alunos, professores e funcionários, conseguimos obter alguns dados que retratam os avanços que a Faced teve nestes últimos dois anos. Foram citados pelas três categorias a dinâmica e a organização do curso, o en-



troamento dos vários setores da Faced e a melhoria do sistema de informação e atendimentos aos alunos. Nos questionários respondidos pelos professores, sentimos uma preocupação com a fundamentação teórica dos alunos e foi ressaltada essa fundamentação como básica na implantação do novo currículo de pedagogia. Os funcionários ressaltaram mais a oportunidade de participação dos vários setores da Faced. Os alunos, por sua vez, deram ênfase à implantação segura do novo currículo e às atividades extra-sala-de-aula desenvolvidas através dos Momentos Culturais e Oficinas Educacionais.

Quanto ao trabalho da coordenação, os professores levantaram a questão política dela em relação aos departamentos e a sua estruturação como equipe. Os funcionários consideraram o trabalho como “um avanço na área acadêmica”. Os alunos deram ênfase à desburocratização do trabalho e sua dinâmica participativa, voltada sempre para a valorização do aluno. Foi bastante mencionada, nos três questionários, a necessidade de continuação do trabalho da atual gestão.

Farei, a seguir, o levantamento de alguns dados coletados nas avaliações do processo ensino-aprendizagem, feito por alunos e professores.<sup>121</sup>

- Existe uma decaída no trabalho de conteúdos, nos semestres II e III (no gráfico de 1987.2, há uma predominância em todas as questões da escala POUÇO). Isto significa que as disciplinas de fundamentação dadas neste semestre precisam ser melhor trabalhadas. Os dados indicam que as disciplinas mais deficientes são: Socio-

---

<sup>121</sup> Os dados foram tirados dos seguintes instrumentos de avaliação:

- Resultado dos questionários de avaliação do Curso de Pedagogia, aplicados em 1987.2
- Relatório das avaliações do semestre 1988.1 (ver Arquivo de Documentação da História da Faced).
- Relatório do 1º semestre Seminário de Monitoria da Faced - 1988.2
- Relatório da avaliação sobre o novo currículo de Pedagogia feito nos semestres II e III de 1988.2
- Relatório dos Encontros de Estágios de Prática de Ensino e Habilitações, realizado em 1988.2 e 1989.2
- Relatório da coordenação do curso de Pedagogia - 1987 e 1988.
- Síntese dos questionários de avaliação do curso de Pedagogia, aplicados em 1988.2
- Entrevista coletiva com os concludentes de 1989.2



logia, Psicologia, Filosofia e História da Educação e o conteúdo mais bem trabalhado é a concepção de escola e suas tendências. Os alunos também acrescentam que, a partir do 5º semestre, o conteúdo da faculdade é prático e mais bem trabalhado. Estes dados são indicadores da defasagem teórica de nosso curso.

- A fragmentação do conhecimento foi bastante citada, como consequência da desintegração entre as disciplinas, da falta de visão globalizante da realidade por parte dos professores e alunos e da falta de relação teórico-prática. As exigências ou posturas do corpo docente são fragmentadas pelo individual. Uns professores exigem muito; outros, pouco. A priorização de pontos teóricos é diferente e não há planejamento conjunto. Aqui estão contidas duas questões importantes: uma é em relação à departamentalização da Faced que impede um trabalho mais conjunto entre os professores; e a outra se refere ao pluralismo ideológico próprio de uma universidade com o qual a comunidade universitária está aprendendo a conviver. Acostumado com a “harmonia aparente” vivenciada em várias décadas, torna-se difícil conviver com as contradições e construir uma unidade a partir delas. Os comportamentos ora tendem para a padronização (imposição), ora para o ecletismo ou fragmentação. Isto se reflete no relacionamento, na metodologia, na abordagem do conteúdo e nas avaliações. “Os alunos percebem que o clima da faculdade é pesado e que tem a ver com o embate teórico-ideológico dos professores” (declaração de um aluno).
- Nota-se que os alunos atribuem as falhas em vários aspectos do processo ensino-aprendizagem à questão metodológica. Vejo isto como um reflexo da Escola Nova e do tecnicismo tão presentes em muitos anos, na nossa Faculdade, levando à análise dos meios como causadores



ou solucionadores dos problemas que são da essência. Enquanto isso, a reflexão dos professores aborda mais a questão teórica.

- As leituras aumentaram quantitativamente, mas a exigência dos fichamentos não existe e falta debate em sala de aula sobre as leituras feitas. Os alunos sentem dificuldade porque não têm o hábito de ler e não conseguem compreender e interpretar os textos, frutos que são de uma sociedade padronizada, que não prioriza o desenvolvimento do pensamento e da produção teórica pessoal. As leituras têm sido relevantes e têm contribuído para uma melhor compreensão da problemática estudada, mas o aluno ainda não consegue atingir o nível esperado. Há um esforço de superar a utilização de textos por leituras de livros, mas, na prática, as dificuldades, principalmente de cunho financeiro, têm atrapalhado essa intenção. Um aluno reclama: “Quase não se lê livros inteiros, e sim capítulos”.
- Os conteúdos, embora ainda muito fragmentados, têm sido motivo de preocupação entre os professores, no sentido de que eles possam levar a uma reflexão mais crítica. Há, entretanto, alguns professores que não aceitam as ementas aprovadas pelo novo currículo e, conseqüentemente, trabalham à sua maneira. O que se nota aqui é que o problema não se refere à linha ideológica, mas ao aprofundamento do referencial dado. Quero dizer com isto que os conteúdos podem ser trabalhados sob qualquer referencial (isto é válido numa universidade pluralista), mas o que se constata é que eles são mal trabalhados e isto leva a uma inconsistência e fragmentação teórica.
- O aluno apresenta-se pouco comprometido com sua aprendizagem, reagindo, inclusive, às disciplinas que exigem muito. Esse envolvimento é sempre relacionado



ao interesse que tem pela disciplina, mas eles entendem que esse interesse é uma consequência da “metodologia do professor”, uma visão, portanto, muito cômoda. Aliás, a dependência ao professor é uma característica do nosso aluno hoje, sendo também consequência de uma educação tutorial e responsiva. As consequências da repressão militar e da educação tecnicista estão desembocando agora na universidade, através das posturas dos alunos.

- A avaliação do processo de aprendizagem, na maioria das vezes, não se volta para o que é fundamental na formação do educador, inclusive porque não há clareza desse fundamental.
- O estágio ainda se ressentido de um conhecimento anterior da realidade escolar por parte dos alunos, decorrente da desarticulação entre teoria e prática, embora já se esteja partindo para uma experiência nova de “Estágio Integrado em uma única escola”. Os alunos ainda chegam pouco preparados e inseguros, tanto na competência de assumir uma sala de aula, como de trabalhar com conteúdos críticos; falta competência técnica e política. Há depoimentos de que é no estágio que acontece a grande “descoberta e sensibilização” do aluno para a realidade. “Eu comecei a viver a faculdade com o estágio” (declaração de um concludente). Uma das questões muito discutidas é a redefinição do papel do professor-orientador de estágio, no sentido de que ele seja um profissional que se envolva no trabalho da escola. Também muito se questiona sobre as relações das disciplinas do currículo de pedagogia com o estágio. Há uma proposta dos estagiários da UFC trabalharem com os estagiários das Escolas Normais, acompanhando-os nos estágios de 1º grau.
- Os alunos geralmente chegam ao final do curso com a necessidade de ler e de estudar mais (sensação que está



iniciando agora) e acham que o curso olha muito para o desenvolvimento deles como pessoa humana e que desperta para “questionar o sistema”, mas precisam de mais clareza sobre isto. “O curso foi importante em termos de visão de vida, abriu meus olhos para o lado político, principalmente no estágio de 1º grau. Foi aí que vi a influência de todas as disciplinas” (declaração de um concludente).

Houve uma compreensão mais clara do papel da educação na sociedade, mas há uma busca de aprofundamento no conhecimento sobre Piaget, Montessori, Paulo Freire etc. O curso também deixa muito a desejar em relação à alfabetização de crianças e adultos. “É preciso estudar os grandes pensadores da educação-trabalho e aprofundar o papel da educação. Falta mais contato com a escola pública, inclusive para tirar as ilusões”, como diz um aluno. Consideram as habilitações soltas no currículo (parece apêndice). Preferem se engajar nas áreas de aprofundamento e em cursos de especialização. Por fim eles disseram:

O nível do curso só vai melhorar se os professores exigirem mais. O fato de o aluno entrar na faculdade sem querer o curso prejudica o nível do curso. Muita gente entra sem saber por quê, mas, com certeza, vai saindo consciente.

Este grupo de concludentes vivenciou, na Faculdade, o currículo antigo, mas, mesmo assim, sente-se, em suas declarações, já a influência do currículo novo.

Por todos esses dados sobre o desenvolvimento do curso de Pedagogia na década de 1980, podemos concluir que realmente houve uma mudança de perspectiva no curso, principalmente em nível teórico levando a algumas experiências novas da prática.

Por parte dos professores sente-se a busca de aprendizagem de um novo referencial (o professor está também aprendendo), embora



haja resistências e apegos a “modelos tradicionais”. O fato é que os professores estão sendo mais exigidos em sua fundamentação teórica, qualquer que seja ela, e em posicionamentos políticos mais claros.

Os alunos, por sua vez, vítimas de uma repressão social e tolhidos por uma educação tecnicista da década de 1970, em que a escassez de conteúdo foi uma de suas principais consequências, vêm de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus defasados em conhecimento, em hábito de ler, de pensar e debater, chegando na universidade com atitudes profundas de dependência e indisciplina mental. Junta-se a isto a exigência de trabalho paralelo ao estudo, sobrando pouco tempo para a dedicação à faculdade. Observe-se o pouco envolvimento dos alunos no movimento estudantil, fato que difere das décadas passadas.

O novo currículo de pedagogia, considerado teoricamente como uma proposta avançada, tem encontrado seríssimos obstáculos práticos provocados pela resistência de alguns professores ou pela falta de preparação teórica de outros, assim como pelo pouco envolvimento e exigências dos alunos em relação à qualidade do ensino.

É por tudo isto que podemos dizer que o grande vazio teórico do curso de Pedagogia iniciou-se no fim da década de 1970 e desembocou na década de 1980, porque a geração universitária que está sofrendo as consequências de defasagem teórica é a atual, embora haja uma maior conscientização política. Até o início dos anos 70, embora numa perspectiva positivista, os alunos estudavam mais e eram mais envolvidos no curso. Daí ser a grande preocupação do momento no curso de Pedagogia da UFC, a recuperação de uma fundamentação teórica para os alunos.

A formação do professor-globalista considerado “crítico” é, portanto, ainda uma busca, iniciada nesta década, mas ainda não atingida na sua prática. O que predomina é a formação de um profissional intelectualmente despreparado, com poucas possibilidades de vir a ser comprometido com os interesses da classe trabalhadora, embora seja sensibilizado para isto.



## CAPÍTULO V

# A QUESTÃO DAS HABILITAÇÕES EDUCACIONAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC: UMA CONQUISTA HISTÓRICA

*A educação do educador também igualmente oscila entre formar o educador comprometido com a prática da liberdade, contra a opressão; ou formar o fiscal de ensino comprometido com a prática do autoritarismo e contra a democracia e a liberdade.*

(C. R. Brandão, 1986)<sup>122</sup>



Resultado de um trabalho de Oficinas Educacionais –  
“Pintura no Muro” feito por alunos e pessoas da comunidade (1988)

<sup>122</sup> Carlos Rodrigues Brandão - Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1965), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1974) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1980). Pós-doutorado realizado nas universidades de Perugia e Santiago de Compostela (1992). Professor titular aposentado da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor do corpo docente do Doutorado em Ambiente e Sociedade do NEPAM/IFCH da Unicamp.





Fotografia tirada por alunos de Oficinas Educacionais (1989)

O processo de questionamento sobre a formação do especialista no curso de Pedagogia da UFC foi iniciado com a discussão sobre o currículo do curso, a partir de 1980. Participando intensamente do Movimento de Reformulação Curricular dos Cursos de Formação de Educadores em nível nacional, a Faced se fez representar através dos seus professores em vários encontros e na liderança da Comissão Estadual.

Tendo como base os relatórios dos encontros desse movimento nacional, observa-se em seus princípios que a docência constitui a base da identidade de todo educador: “São todos professores”.<sup>123</sup>

Em nível de Faced, destacamos a realização do seminário “Educação em debate”, em 1981, como detonador do processo da discussão curricular liderado pela então coordenadora do curso de Pedagogia, professora Rosemary Conti Furtado. A partir de fins de 1984, a Faculdade de Educação assumiu, através da coordenação do curso de Pedagogia – gestão 1985-1986, um processo mais direcionado para sua própria realidade, com o propósito de tentar experimentar uma proposta específica e concreta baseada nos resultados das reflexões feitas em nível nacional e estadual. Nessa ocasião, foi feito

<sup>123</sup> Documento final do II Encontro Estadual sobre Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação. Fortaleza, 29/06/84, p. 3.



um apanhado de todos os documentos elaborados sobre esta questão e foi organizado um dossiê que serviu de base teórica para os debates que se seguiram a partir de então.

Em 1987.1, a proposta curricular, aprovada em assembleia de alunos e professores e referendada pelo Conselho Departamental, foi aprovada pela Cepe<sup>124</sup> no dia 23/3/1987 e comunicada ao Conselho Federal de Educação.

Na fundamentação dessa proposta reafirma-se a priorização na formação do professor educador, que deverá superar a fragmentação entre o pensar, ser e fazer na educação e a hierarquização do trabalho pedagógico, atuando, basicamente, como docente nas áreas de pré-escolar, séries iniciais do 1º grau, curso pedagógico do 2º grau, educação de adultos e educação especial. Com essa definição, ficou bem claro que o curso de Pedagogia da UFC formaria o docente e não o especialista, embora a questão sobre as especializações em Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional ficasse adiada até posterior decisão.

A nova proposta curricular foi implementada a partir de 1987.2. Hoje, quase três anos após, avalia-se que a prática do novo currículo e seu conseqüente aperfeiçoamento tem servido de subsídio para o amadurecimento do debate em relação às habilitações educacionais na Faced.

Com o objetivo de recolocar essa discussão no encontro da Faced, realizado nos dias 10 e 11/5/1990, o Departamento de Teoria e Prática de Ensino, a quem cabe oferecer as disciplinas constante das habilitações Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar, elaborou o documento intitulado “Repensando as Habilitações”, com as seguintes propostas:

- a) extinção imediata das habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar,

---

<sup>124</sup> Cepe - Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão.



resguardando o direito de quem é aluno regularmente matriculado nas referidas habilitações (no prazo de até dois anos);

b) reformulação/ampliação do Currículo Novo:

1. Um projeto especial (já existente) estaria definido para fazer a síntese dos conhecimentos básicos das disciplinas curriculares dos semestres iniciais, na perspectiva de melhor entendimento da disciplina (já existente no Currículo Novo) – “Organização Social do Trabalho Escolar”.
2. Inclusão de duas disciplinas dessa natureza na área, ou seja, “Organização Social do Trabalho Escolar 1 e 2”.

c) garantir (I) a criação de novos conhecimentos gerais por pesquisas, bem como (II) o aprofundamento de estudos para pedagogos interessados, com a prática de docência e função de direção e organização do trabalho educativo, através de uma pós-graduação *lato sensu* em “Organização Social do Trabalho Escolar”.<sup>125</sup>

O presente documento foi aprovado, com apenas um voto contra, no Departamento de Teoria e Prática de Ensino, para ser apresentado no encontro geral da Faced. Nessa ocasião, a prof.<sup>a</sup> Maria Luiza Barbosa Chaves apresentou uma outra proposta: “Transferir a formação dos especialistas em educação para nível de pós-graduação, sem interrupção de tempo na passagem de um nível para outro”.

Sentindo-se impossibilitada de tomar uma posição sobre o assunto, a representação estudantil solicitou adiantamento do debate, a fim de que as propostas fossem estudadas pelo corpo discente.

Vários encontros foram realizados: no dia 16/5/1990 – assembleia de estudantes; no dia 23/5/1990 – reunião conjunta de pro-

---

<sup>125</sup> Documento: “Repensando as Habilitações”, p. 3 e 4.



fessores e alunos; no dia 29/5/1990 – reunião do Departamento de Teoria e Prática; no dia 19/6/1990 – reunião final e decisão sobre o processo de discussão desta questão.

O C. A. Paulo Freire apresentou um documento: “Tupi or not Tupi – eis a questão”, propondo uma emenda ao item da proposta do Departamento de Teoria e Prática de Ensino que foi expressa assim: “A extinção imediata das habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar, resguardados os direitos de quem é o aluno regularmente matriculado no currículo antigo da Faced, no prazo máximo de três anos e que seja assegurado o direito daqueles estudantes do currículo antigo de cursar as áreas de aprofundamento do novo currículo”.<sup>126</sup>

O Departamento de Teoria e Prática de Ensino, por sua vez, reafirmou sua proposta de extinção imediata das habilitações, sendo assegurada a conclusão apenas aos alunos já matriculados nas mesmas e desatrelou essa extinção da oferta de cursos de pós-graduação, sugerindo que essa decisão fosse tomada, posteriormente, em nível de departamento.

Os debates realizados em todos os encontros apresentaram vários pontos de reflexão que serviram de base para uma tomada de decisão. Dentre eles podemos citar:

- a) A questão do papel dos “especialistas” na escola pública tem sido uma das mais discutidas nos últimos anos entre os educadores, levados pela fundamentação teórica globalizante da teoria crítica e pelo processo de redemocratização do país e a conseqüente reorganização da sociedade civil. Esta problemática tem permitido posicionamentos diferentes entre os educadores; há uma corrente que é radicalmente contra a presença dos especialistas nas escolas, criticando as formas autoritárias de sua atuação, tão prejudiciais às classes populares

---

<sup>126</sup> Documento “Tupi or not tupi - eis a questão” p. 2.



atendidas pela escola pública. Essa corrente é geralmente formada pelos educadores mais críticos, alguns deles atuando em órgãos centrais das secretarias estaduais e municipais da educação.

O outro grupo, representado mais pelas entidades de classe, propõe a manutenção desses profissionais, a partir de uma revisão de suas funções. Reduz, assim, o problema a uma questão burocrática e pedagógica.

Entendemos que este debate deve decorrer de uma revisão crítica da história da política educacional brasileira e de uma definição clara sobre o tipo de escola pública que desejamos.

Os que lutam por uma nova estrutura na escola, através de uma dinâmica de suas funções, acreditam que o educador deve ser formado como generalista, com uma sólida fundamentação teórica e uma prática em todas as funções da escola, a fim de que possa se engajar em qualquer uma delas em sistema de rodízio e por indicação da comunidade escolar. Para reafirmar essa posição, citamos Dermeval Saviani, (1980) quando diz:

isto põe em evidência que, ao invés de especialistas em determinada habilitação restrita, aquilo que realmente estamos necessitando é de educadores com uma sólida fundamentação teórica desenvolvida a partir e em função das exigências da ação educativa nas condições brasileiras. Este será o profissional com habilitação polivalente capaz de enfrentar os desafios da nossa realidade educacional. A formação desse tipo de profissional é a tarefa urgente acometida aos cursos superiores de Educação, sejam eles denominados Pedagogia ou não. (p. 62)

- b) A ideia da formação globalista do educador tem sido bastante discutida em nível nacional, já tendo várias universidades federais optado pela extinção das habilitações educacionais ou pela sua passagem para nível de pós-graduação. Nessa linha, pode-



mos citar as universidades federais de Goiás, de Santa Maria, do Rio Grande e do Mato Grosso. Outras ainda encontram-se em estágio de estudo da questão e algumas, como as universidades federais de Santa Catarina, da Paraíba e do Rio Grande do Sul reafirmaram a formação do especialista em educação em nível de graduação. Com isto, fica claro que a questão tem uma abrangência maior, não se limitando à realidade apenas da UFC, e que as universidades que já estão colocando em prática a nova experiência superam os “limites legais” tão contra-argumentados como empecilhos à mudança.

- c) Em nível de ensino público, que é o grande referencial para o curso de Pedagogia da UFC, a realidade apresenta-se num estágio de superação do papel dos especialistas. A Secretaria Estadual de Educação do Ceará, por exemplo, já extinguiu o quadro de supervisores, em nível de sistema, e há nove anos não faz concurso para supervisores escolares. Além disso, não está mais exigindo a formação específica de administrador escolar para o exercício da função de diretor da escola. A Secretaria Municipal de Educação, de Fortaleza, há algum tempo que não conta e nem exige esses especialistas em suas escolas. Acrescente-se a isso toda a conquista do movimento docente em relação ao exercício desses cargos por eleição direta da comunidade em sistema de rodízio. A prática das eleições para diretores da escola já é uma realidade no estado do Ceará, exigindo-se que seus candidatos sejam somente professores. Estes dados desmitificam os argumentos levantados em torno do “fechamento do mercado de trabalho”. Na verdade, esse “mercado de trabalho” já não existe, tendo sido deteriorado por si próprio.
- d) A fundamentação teórica do novo currículo do curso de Pedagogia da UFC prevê a formação de um educador-generalista que compreenda a sociedade e a educação brasileira, sobretudo a escola pública, como realidade concreta inserida num



contexto histórico e social específico. E ainda, “um educador capaz de participar efetivamente do processo de criação de uma escola brasileira democrática, que responda aos interesses da maioria da população” (Documento de Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC, 1986). Isto pressupõe a superação da formação especialista, deixando bem claro que, se a comunidade universitária da Faced confirma a sua opção por essa fundamentação, não há mais lugar para as habilitações na formação desse educador.

Diante dessas e de outras considerações levantadas, foram apresentadas 3 (três) propostas finais pelo conjunto de alunos e professores (24 alunos e 16 professores) presentes à reunião do dia 19/9/1990:

1. extinção das habilitações educacionais, assegurando o direito somente àqueles alunos que já estão cursando as habilitações (Proposta do Departamento de Teoria e Prática de Ensino);
2. extinção imediata das habilitações educacionais, resguardando o direito de cursá-las àqueles alunos regidos pelo currículo antigo (proposta apresentada pela prof.<sup>a</sup> Laura Maria de Sousa Vieira e referendada pela representação estudantil);
3. transformação da formação dos especialistas em educação para nível de pós-graduação (proposta da prof.<sup>a</sup> Maria Luiza Barbosa Chaves).

Realizando votação entre os presentes, apresentou-se o seguinte resultado: 21 votos para proposta nº 1; 13 votos para a proposta nº 2 e nenhum voto para a proposta nº 3, vencendo, portanto, a proposta nº 1.

Como forma de encaminhamento, sugeriram duas proposta que foram colocadas em votação:



Proposta 1 – O resultado desta votação seria encaminhado por esse grupo de professores e alunos, como decisão indicativa, para o Conselho Departamental;

Proposta 2 – Seria feita uma votação, via plebiscito, entre alunos e professores, e seu resultado seria encaminhado ao Conselho Departamental.

Vencendo por unanimidade o primeiro encaminhamento, esta proposta foi apresentada ao Conselho Departamental da Faced, em reunião realizada no dia 26/6/1990. A este Conselho caberia a decisão final sobre a questão.

Depois do relato apresentado sobre todo o processo de discussão das habilitações, os questionamentos levantados nessa reunião giraram mais em torno da questão legal dessa mudança.<sup>127</sup> Apresentando várias interrogações, a prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira de Sá alegou a falta de amparo legal da proposta, sendo os seus argumentos devidamente esclarecidos pelos participantes do colegiado. O princípio de autonomia das universidades e a abertura que o Conselho Federal de Educação (CFE), através do parecer 252/69, que deferiu o currículo mínimo facultando às universidades a oferta das habilitações, permitia que a UFC pudesse optar por apenas uma habilitação – magistério, o que já tinha acontecido por ocasião da aprovação da nova proposta curricular do curso de Pedagogia. Diante desses esclarecimentos e mediante apresentação de um abaixo-assinado de 35 estudantes “solicitando providências no sentido de que sejam ofertadas disciplinas que possibilitem aos alunos do currículo antigo o ingresso nas diferentes habilitações” foi aprovada, com uma votação de onze votos a favor e dois contra, a proposta de “extinção imediata das habilitações ressaltando-se o direito adquirido pelos alunos do currículo antigo, garantindo o prazo de 3 (três) anos para conclusão das mesmas”. Esta decisão será agora encaminhada ao Cepe.

---

<sup>127</sup> Ata da reunião do Conselho Departamental da Faced realizada no dia 26/6/1990.



Embora o embate entre a formação do especialista e a formação do generalista continue na discussão acadêmica, o grande avanço que a Faced conseguiu foi de ter coragem de optar, institucionalmente, pela superação de um modelo que já não se sustentava teoricamente, nem em sua prática.

Foi uma decisão política corajosa que, com certeza, marcará uma nova etapa histórico-pedagógica da formação do educador.



## REFLEXÕES CONCLUSIVAS E PROPOSIÇÕES

*Ser radical é ir às raízes das coisas e a  
raiz é o próprio homem.*

(Karl Marx)<sup>128</sup>



Concludentes de 1990.2 (turma que forneceu dados para este trabalho)

As minhas reflexões partem do princípio de que a educação emana da sociedade que a nutre e que têm em sua base as estruturas materiais de produção negando a concepção liberal de que é a sociedade que depende da educação. Isto significa que, somente com uma visão da história da sociedade sob o ponto de vista das classes sociais, é que podemos avaliar a realidade da educação e suscitar alternativas radicais para os seus problemas. Sem esta visão, a questão é vista sob

<sup>128</sup> Karl Heinrich Marx (Tréveris, 5 de maio de 1818 — Londres, 14 de março de 1883) foi um intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista moderna, que atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista.



o prisma das aparências, com soluções paliativas e modernizadoras que não atingem a essência da problemática real.

A realidade educacional brasileira apresenta, através de um estudo contextual, uma relação direta e contraditória com a realidade sócio-política-econômica do país. Constata-se que, no Brasil, um país de tradição fortemente autoritária, a democracia liberal sempre aparece como um grande passo histórico e político. O projeto burguês de sociedade é uma constante no poder dominante da sociedade brasileira. A educação, como consequência disto, é acrítica e ideológica, reforçando a máquina do sistema na formação de pessoas que reproduzem sem pensar, aceitam sem discutir, trabalham sem questionar e sem criar. É como diz Marilena Chauí (1986): “A Universidade está estruturada de tal forma que sua função é: dar a conhecer para que não se possa pensar; adquirir e reproduzir para não criar; construir, em lugar de realizar o trabalho de reflexão” (p. 62).

Isto acontece desde a vinda dos jesuítas para o Brasil, embora possamos ter momentos esparsos de resistência a esse quadro. Um deles foi o movimento do início dos anos 60 através das experiências com método de Paulo Freire, o movimento de Educação de Base e os movimentos de cultura popular que são consideradas as mais criativas de toda a história da educação brasileira. Foi o tempo em que todos: estudantes, educadores, universidade e igreja lançam-se juntos no trabalho de arrancar a educação dos sistemas tradicionais de sala de aula e jogá-la inteira no meio do povo em círculo, em práticas comunitárias. Foi o tempo em que a educação aprendeu a reinventar em todos os sentidos.

Os anos de repressão conseguiram banir esse entusiasmo com um modelo de educação frio, calculista e limitado aos interesses do capital. Mas a semente não morreu e verificamos que, nos últimos anos da década de 1980, ela renasce com as ideias da educação popular. Livros escritos sobre este assunto são esgotados em pouco tempo. Estudantes de vários cursos universitários reapresentam-se com o mesmo fervor entusiasta de 1961 para o trabalho voluntário em favelas, em periferias, junto a sindicatos, nas áreas rurais. Essa



educação de compromisso, banida há anos através do formalismo acadêmico de nossas faculdades de educação, permaneceu viva e atuante em algumas igrejas, entre estudantes e educadores voluntários, por baixo dos sistemas. É verdade que, em relação à massa de estudantes, a repressão dos anos 70 deixou uma marca, principalmente de dependência e acomodação, que ainda não foi possível superar, até porque a sociedade burguesa dominante dos anos 80 continua a incentivar este tipo de comportamento na juventude.

Constato, também, que não existe uma oposição imediata entre humanismo e tecnicismo, entre homem e técnica. Ela é um tanto ilusória. Não podemos esquecer que o humanismo moderno nasce como ideal de domínio técnico sobre a natureza (pela ciência) e sobre a sociedade (pela política), de forma que o chamado homem ocidental moderno não é a negação do tecnocrata, mas um de seus ancestrais. Assim, verificamos que, no curso de Pedagogia da UFC, conviveram o humanismo e o tecnicismo em toda a sua história, com predominância sempre maior do humanismo.

Chego também à constatação de que a relação do aluno é com o saber e não com o professor, que é apenas mediador. Isto fundamenta a democratização do saber como algo que pode ser adquirido por todos.

Se o diálogo dos estudantes for com o saber e com a cultura corporificada nas obras e, portanto, com a práxis cultural, a relação pedagógica revela que o lugar do saber se encontra sempre vazio e que, por este motivo, todos podem igualmente aspirar por ele, porque não pertence a ninguém (CHAUI, 1986, p.69).

É visível que esse saber, que é de todos, tem sido apropriado por uma classe que o utiliza em função de seus interesses.

É por isso que a única alternativa que a educação tem de colaborar com a transformação do sistema social capitalista é optar por um projeto de educação voltado para as classes trabalhadoras. É a escola legitimamente pública.



O que significa uma educação a serviço das classes trabalhadoras e qual a postura do educador nesse projeto? Uma educação nesses moldes implica:

1. A crítica da escola capitalista e de seus compromissos, inseparável de uma crítica da própria sociedade brasileira. Para isso, o educador deverá ter fundamentação nas teorias crítico-dialéticas que explicam o real de forma contextualizada e na essência de seu movimento histórico, explicando essa história do ponto de vista dos interesses de classe. A análise das teorias crítico-dialéticas supera a fragmentação do conhecimento e o nível apenas da denúncia, levando a uma clareza de que a passagem do discurso transformador para a ação se dá pelo fortalecimento da sociedade civil, pela organização coletiva e pela luta política, transpondo, assim, a limitação da crítica teórica. Um trabalho pedagógico que não conduza a uma organização mais efetiva da sociedade civil, em especial das classes subalternas, já compromete boa parte do seu sentido educativo e da eficácia. É aí que os indivíduos, muitas vezes, adquirem a compreensão mais lúcida e profunda do processo histórico, das possibilidades e limites de sua prática, do sentido de sua atividade; enfim, o saber realmente transformador porque brota na prática coletiva.
2. Clareza de que os problemas que aparecem na educação não são propriamente problemas da educação, mas uma manifestação, em nível educacional, dos problemas sociais, políticos e econômicos. Assim também, a sua possível solução não virá dos técnicos em educação, nem dependem das secretarias de educação ou do MEC. O aceitar passivamente as soluções oriundas da burocracia do Estado é aliar-se ao *status quo*. O educador deverá ser formado com uma visão globalizante desses problemas.
3. Apesar de toda a crítica que se fez à escola, não se trata de destruí-la nem de subestimar ou negar por completo seu po-



der e influência. Isto só beneficia os escolarizados. O que falta é um trabalho pedagógico que explore a contradição social, presente também na escola, na sala de aula. Lembro aqui, Paulo Freire e Moacir Gadotti, nas suas teorias do conflito que propõem uma visão dialética da sociedade, em contradição à visão harmônica tão apregoada pelas teorias positivistas e estruturalistas. Uma suposta destruição da escola não acabará com a alienação e a dominação.

4. A luta pela qualidade do ensino precisa ser desideologizada. A ênfase quase obsessiva na qualidade do ensino faz parte de um discurso elitista, conservador e, mesmo reacionário, que numa visão ingênua, mecanicista do processo educativo, entende a quantidade como completamente incompatível com a qualidade, esquecendo que são momentos de uma única realidade. A grande responsabilidade da queda da qualidade do ensino é a política educacional do Estado que, ao mesmo tempo que proclama ser a educação área prioritária:

- reduziu drasticamente o percentual do orçamento da União aplicado na área;
- centralizou e burocratizou a administração do ensino, da cultura e da pesquisa;
- produziu uma acelerada deterioração dos salários e condições gerais de trabalho em educação;
- despolitizou toda a atividade cultural e educacional, reduzindo-a à condição de trabalho técnico, submetido ao mesmo processo de parcelamento e controle existente na fábrica;
- facilitou ao máximo a expansão das escolas particulares, principalmente dos cursinhos pré-vestibulares e do ensino superior, priorizando a acumulação do capital.

O educador, portanto, deverá ter uma leitura crítica da política educacional exercida pelo Estado.

5. A grande contribuição da escola ao trabalhador é ensinar de fato a expressão oral, a leitura e a escrita e as operações fundamentais



para colocar o operário em posição de igualdade frente aos que lhe exploram. Ao lado disso, deve ser dado um conhecimento técnico social que lhes permita conduzir, liberar sua consciência de classe e participar politicamente e com compreensão de que a cultura é produção coletiva de toda a sociedade e por isso pertence a todos os homens. O educador deverá ter conhecimentos teóricos de educação popular e competência no ensino, para facilitar, na prática, esta ascensão da classe trabalhadora.

6. A consciência de que a visão do Estado e de seus tecnocratas em relação à escola de ser uma agência preparadora de mão de obra submissa aos interesses do capital é, portanto, míope, imediatista e utilitarista, negando a verdadeira natureza da educação. O educador deverá fazer uma análise crítica das teorias de modernização que colocam a educação a serviço do “desenvolvimento capitalista”, teorias estas que tanto influenciaram nas reformas do ensino do 2º grau e do curso superior. A ênfase na profissionalização silencia a universidade como o espaço do livre debate e da crítica de toda a produção social.
7. A crença de que as tarefas mais importantes da conquista de uma educação comprometida com a classe trabalhadora ainda estão por ser feitas. É uma conquista da prática de cogestão dentro das escolas e universidades e a libertação de alunos e profissionais da educação de tutelas externas sempre incompatíveis com o trabalho pedagógico. É a consciência de que as principais cadeias que aprisionam alunos e professores estão fora das salas de aula e pesam sobre elas. E de que a categoria de educadores tem participação nas duas dimensões do trabalho pedagógico: a de responder pela criação autônoma de ideias, experiências, iniciativas, métodos de participação de práticas educacionais e a de responder pelo trabalho político de luta e representação do educador, dentro e fora do âmbito dos espaços regulares da educação.



8. Uma escola realmente a serviço dos trabalhadores supõe necessariamente uma efetiva democratização de sua estrutura de poder, lutando contra a separação entre o pensar e o fazer. A escola como instituição social tem que ser gerida e administrada pela sociedade, e não pelo Estado que possui o dever apenas de financiá-la.<sup>129</sup> A luta do educador comprometido politicamente com as camadas subalternas deve ser travada contra essa educação que reproduz e legitima a separação hierárquica entre dirigentes e dirigidos e reduz os educadores em simples executores de ordens.

O educador deverá estar preparado para exercer qualquer função na escola, desde que escolhido democraticamente pela comunidade por tempo determinado. Isto significa a superação da formação do especialista, para a formação do generalista crítico com visão globalizante da dinâmica da escola.

Em síntese, somente um trabalho pedagógico que compreenda os que na escola atuam, como indivíduos historicamente determinados e não como realidades indefinidas e abstratas, que questione a estrutura de poder da escola e lute para transformá-la, que questione a educação e seus compromissos com a exploração e a dominação de classe, que critique o saber produzido e veiculado na escola e que discuta as condições de vida dos indivíduos, poderá se considerar a serviço da classe trabalhadora.

Lembremo-nos de que o novo educador, para Gramsci, deverá ser o intelectual que, além de profissional, é político, pois será

o elemento que elevará as condições contraditórias e os problemas do operariado até a sua superação. Trabalhará no sentido de assessorar a classe trabalhadora sendo um vínculo entre a superestrutura e a infraestrutura, no sentido de 'aju-

---

<sup>129</sup> O Estado autoritário "abre mão", ou melhor, nega-se a cumprir seu dever fundamental de financiar a educação, mas, ao mesmo tempo, não abre mão de um controle da educação e da escola. Pelo contrário, aumenta cada dia esse controle. É uma inversão de funções.



dá-la' a assumir o seu futuro papel de dirigente. Para que este elemento integrador assuma um papel autêntico é necessário que se apaixone pelo seu saber, pois 'o saber não faz história -política sem paixão, sem a conexão sentimental entre si e o povo-nação' (GRAMSCI, 1978).

Acreditando nessas reflexões teóricas, passo, a partir delas, a apresentar algumas conclusões sobre a formação do educador:

1. é imprescindível que a formação do educador se dê à base de um referencial crítico dialético para que ele possa ter uma formação globalizante que permita entender os processos educacionais numa íntima relação com os processos sociais e suas contradições;
2. a formação do educador não deve ser vista preponderantemente como um problema de competência técnica, mas igualmente como um problema de formação do cidadão, que supere a concepção mecanicista que o torna objeto sociopolítico, para se transformar num sujeito histórico, participante de um projeto revolucionário de sociedade. É a formação do que Saviani chamou de "competência técnico-política";
3. a formação do educador deve ser constituída de base teórica sólida que o habilite a distinguir os conteúdos em nível dos discursos e em nível da realidade. Isto implica um trabalho constante das disciplinas de fundamentação do curso para que o educador supere a prática do consumo de modelos e métodos vindos de fora;
4. a formação do educador deve priorizar a produção do saber, dando margem ao desenvolvimento criativo, às novas experiências e à independência de ideias. Aqui supõe-se uma ligação estreita entre o ensino de pedagogia e a pesquisa educacional. Os cursos de formação de educador têm que partir para um programa sério de engajamento dos seus alunos nos projetos de pesquisa;



5. a educação, vista assim como instrumento de produção do saber, deve ser complementada com outro aspecto fundamental. Ela deve ser transformada em instrumento de produção do saber sensível aos interesses das classes subalternas. Chegou o tempo dos educadores repensarem o seu compromisso, como educadores, com a prática pedagógica da liberdade junto ao povo, viável à sociedade brasileira, como já foi provado pela sua própria história. Este compromisso do educador será tanto mais vivo se ele for encaminhado pela reflexão e pela crítica: o que se ensina, para quem se ensina, como e a serviço de quem é instaurado o processo educativo;
6. que a melhor escola de formação do educador é sua participação na luta e organização da categoria. A formação do educador se faz através de cursos e falas, mas, sobretudo pelos movimentos dos educadores que os levaram a inserir-se na luta por um projeto global de sociedade, no qual, o educador deve ocupar seu espaço. A aprendizagem se dá na luta pelos direitos; aprende-se aos poucos a se unir, a redescobrir formas próprias de participação e representatividade e a lutar, dentro das regras do jogo da democracia, por direitos, espaços e conquistas que, ou são conseguidos assim ou não são de modo algum. Isto não pode ser aprendido nas universidades. É nas associações, também, que se misturam as categorias de educadores. Daí a busca por uma associação de trabalhadores da educação e não de várias associações de especialistas, embora esta ideia seja nova e rejeitada muitas vezes pela visão corporativista dos especialistas;
7. enfim, a formação do educador deve preocupar-se em refazer a unidade, em recompor a visão de globalidade, sem a qual se perde o sentido do real, o vínculo entre a teoria e a prática. Isto supõe a superação dos especialistas em educação por uma nova formação mais globalista, crítica e abrangente.



Por tudo isto, concluo que a formação dos especialistas em educação está superada teoricamente pelos postulados da Teoria Crítico-dialética da Educação e que ela é insustentável na atual realidade educacional do Brasil.

A Faculdade de Educação da UFC vivenciou tanto a formação do generalista de cunho essencialmente humanista como a formação do especialista influenciado pela linha tecnicista. Poderemos afirmar que essas duas formações não ultrapassaram o nível do senso comum em relação à consciência crítica, entendendo-se senso comum como define Gramsci: “[...] o modo de ‘pensar’ o mundo com base numa concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, pela aparência e por outro grupo social” (DAMASCENO, [19\_ \_]).

O saber que resulta dessa concepção é confuso, eclético nas informações, de contribuições variadas às vezes incoerentes. Essas características foram reveladas pelas análises feitas aqui sobre o curso de Pedagogia da UFC. A consciência crítica começa a ser buscada, ainda muito ao nível teórico, a partir das discussões sobre a reformulação curricular. A formação do “novo intelectual” ainda é busca, não conseguindo atingir a prática do curso, apesar da implementação do novo currículo já estar vigente até o V semestre curricular. No momento presente, levado por uma opção pela formação do educador-professor, ainda se conserva a formação dos especialistas em nível de graduação, embora seja uma questão em aberto.

Por todas as análises feitas neste trabalho, proponho que seja feita uma experiência de uma formação globalizante do educador de modo que ele possa exercer qualquer função dentro da escola, com competência, quando escolhido pela comunidade escolar, necessitando, para isto, que se aumente o número de créditos da disciplina “Organização Social do Trabalho Escolar”, já constante do currículo novo do curso de Pedagogia da UFC, pois, através dela, se daria toda uma visão das funções da escola, de forma dinâmica e integrada, e condições para o seu exercício.



Em torno dessa proposta, sugiro ainda:

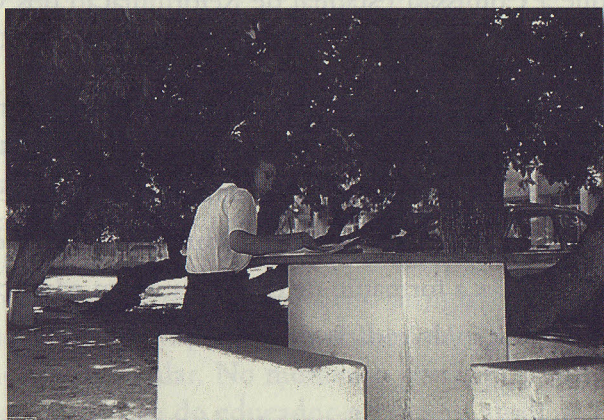
1. que seja feito um grande debate com alunos e professores da Faculdade de Educação da UFC, para uma decisão urgente sobre a questão;
2. que, se for aprovada a proposta da formação em nível de pós-graduação, que ela seja feita sem o atrelamento ao exercício da função, com que aumentaria a elitização do poder oficial, proporcionado por essa formação;
3. que a Comissão Estadual de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, cuja coordenação é formada por dois professores da Faculdade da UFC,<sup>130</sup> lidere um fórum de debates com outras universidades, Secretaria de Educação e associações de classe de educadores, para debater essa questão e lutar pelo desatrelamento do exercício da função em relação à formação de especialistas em educação, e pela implantação do rodízio de funções.

As especializações em educação teoricamente estão superadas; na prática não mais se sustentam. O problema agora é de decisão política.

---

<sup>130</sup> A atual representante da Comissão Estadual do Movimento de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores é a prof.<sup>a</sup> Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel (Faced - UFC) e a vice é a prof.<sup>a</sup> Laura Maria Souza Vieira (Faced - UFC).





Aluna estudando no "bosque da Faced" (1990)



## BIBLIOGRAFIA

ANDES – Proposta das associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira. *Cadernos da ANDES*, Juiz de Fora, nº 22, jul. 1986.

ARARIPE, Alencar. *História da Província do Ceará*. Fortaleza: [s.n.], 1967.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.

CAVALCANTE, Maria do Carmo Borges. *Descompasso entre a política e a prática da alfabetização*. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1988.

CELAM – CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. Conclusões de Medellín sobre educação. *Cadernos da AEC do Brasil*. Documentos da Igreja sobre Educação. AEC do Brasil. Rio de Janeiro, 1978.

CHAGAS, Valnir *et al.* *Para onde vai a Universidade Brasileira*. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. *In: BRANDÃO, Carlos R. et al.* O educador: vida e morte. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.



CUNHA, Luiz Antônio R. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. (Coleção Brasil – Os anos do autoritarismo).

DAMASCENO, Maria Nobre. *Alguns conceitos básicos para entender Gramsci*. Fortaleza: [s.n.], [199\_]. Mimeografado.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 6. ed. São Paulo: Edições Moraes, 1986.

GRAMSCI, Antônio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LEITE, Raimundo Hélio; BARRETO, José Anchieta Esmeraldo. *Universidade Federal do Ceará: novos compromissos*. Fortaleza: UFC, 1987.

LEITINHO, Meirecelle Calíope. A formação pedagógica dos professores da UFC. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, ano 9, n. 11, 1986.

SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Pilis, 1982. (Coleção Teoria e História, 11).

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980.



SOBRINHO, Jorge Hage. Tendências da educação brasileira no início da década de 80. *In: A UNIVERSIDADE brasileira dos anos 80*. Ceará, Imprensa universitária, 1981. (Documento Universitário, n. 12).

VIEIRA, Sofia Lerche. O ensino superior sob o signo das reformas. *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 4, n. 4., 1980.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

Documentos dos Movimentos de reformulação dos cursos de formação de educadores (locais, de outros estados e nacionais).

O POVO, Fortaleza, 28 jun. 1969.

O POVO, Fortaleza, 27 jun. 1989.

Plano de ações para os seis (6) primeiros meses da gestão de 1987 – 1991. Fortaleza, UFC, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Atas dos Departamentos e Conselho Departamental da Faculdade de Educação (de 1963 a 1988)*. Fortaleza, 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Documentos diversos da Coordenação do Curso de Pedagogia (1981-1989). Fortaleza, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Estatutos da UFC e Regimentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFC e da Faculdade de Educação*. Fortaleza, [1961 e 1964].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Faculdade de Educação. Proposta curricular do Curso de Pedagogia da UFC. Fortaleza, 1986.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Projeto UniverCidade: uma gestão democrática para Fortaleza* (1989-1992). Fortaleza, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Um projeto universitário em execução* (1987-1991). Fortaleza, 1989.

DAMASCENO, Maria Nóbrega. *Documentos Consultados*

Gramática. Fortaleza, [s.d.]

FERNANDES, D. *Documentos dos Movimentos de Reformulação dos Cursos de Letras - de outros estados e nacionais*

Zahar, 1986.

PRETAG, Bárbara. *Escola, estado e cidade*. Fortaleza, 1989.

PRETAG, Bárbara. *Escola, estado e cidade*. Fortaleza, 1989.

GRAMÁTICA. *Planos de ação para os cursos de Letras (2) primeiros meses de agosto de 1987*

1991. Fortaleza, UFC, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Ata do Departamento de Ciências da Educação*

1988. Fortaleza, UFC, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Documentos diversos da*

*Coordenação do Curso de Pedagogia (1981-1989)*. Fortaleza, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Estudo da OPC e*

*Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFC e da*

*Faculdade de Educação, Fortaleza (1961 e 1964)*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Faculdade de Educação*

*Proposta curricular do Curso de Pedagogia da UFC, Fortaleza, 1986*





Formandas de 1968 – Foto oficial da Turma do Curso de Pedagogia da UFC



Comemoração dos 30 anos das colações de grau de todas as turmas/cursos que não colaram grau em 1968, por causa da Ditadura Militar.

Data da Solenidade: dezembro/1998 – 30 anos depois.

Iniciativa do reitor Hélio Leite

Local: Concha Acústica

Turma do Curso de Pedagogia da UFC

Representante da turma para receber o diploma “simbólico”: Sônia Belchior

Participantes (da esquerda para a direita): Sônia Belchior, Vera Beatriz, Ana Maria Aquino, Socorro Memória, Estrêla Fernandes e Socorro Rodrigues





“Baile de Formatura” das turmas/cursos da UFC que não colaram grau em 1968, por causa da Ditadura Militar.

Data da Solenidade: dezembro/1998 – 30 anos depois

Iniciativa do reitor Hélio Leite

Local: Náutico Atlético Cearense

Orquestra: Ivanildo e sua banda

Participantes (da esquerda para a direita): Sônia Belchior, Maria Magnólia, Gláucia Menezes, Socorro Memória, Estrêla Fernandes, Maria Aracy Justa e Maria Luisa Amorim  
– Turma de Pedagogia 1968



## ANEXOS: MATERIAL E DOCUMENTAÇÃO<sup>131</sup>

### ÍNDICE

#### Anexo 1

Quadro 1 – Reitores da UFC .....	209
Quadro 2 – Diretores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFC.....	209
Quadro 3 – Diretores do Centro de Humanidades da UFC .....	209
Quadro 4 – Diretores do CESA da UFC.....	209

#### Anexo 2

Quadro 5 – Chefes do Departamento de Educação .....	210
Quadro 6 – Subchefes do Departamento de Educação .....	210
Quadro 7 – Diretores da Faculdade de Educação.....	210
Quadro 8 – Vice-diretores da Faculdade de Educação.....	211
Quadro 9 – Chefes e vice-chefes do Departamento de Teoria e Fundamentos.....	211
Quadro 10 – Chefes e vice-chefes do Departamento de Método e Técnicas.....	211
Quadro 11 – Chefes e vice-chefes do Departamento de Fundamentos da Educação .....	211
Quadro 12 – Chefes e vice-chefes do Departamento de Teoria e Prática de Ensino .....	212
Quadro 13 – Chefes e vice-chefes do Departamento de Estudos Especializados.....	212

<sup>131</sup> Os dados aqui colocados abrangem, em alguns anexos, o período de 1955 a 1991.



### **Anexo 3**

Quadro 14 – Coordenadores do curso de Pedagogia.....	213
Quadro 15 – Coordenadores do curso de Licenciatura .....	213
Quadro 16 – Coordenadores do curso de Mestrado em Educação .....	213

### **Anexo 4**

Quadro 17 – Secretários do Departamento/Faculdade de Educação ...	214
Quadro 18 – Bibliotecários da Faculdade .....	214

### **Anexo 5**

Quadro 19 – Representação Estudantil Junto aos Departamentos e Conselho Departamental.....	215
Quadro 20 – Diretoria do C.A. Paulo Freire.....	218

### **Anexo 6**

Quadro 21 – Professores do curso de Pedagogia da UFC.....	221
---	-----

### **Anexo 7**

Visitantes para a Faculdade de Educação .....	224
---	-----

### **Anexo 8**

Pesquisas e Linhas de Pesquisa aprovadas no Departamento de Educação e no Conselho Departamental.....	229
--	-----

### **Anexo 9**

Primeira Grade Curricular adotada no curso de Pedagogia da UFC.....	237
--	-----

### **Anexo 10**

Acontecimentos importantes do desenvolvimento da Faculdade de Educação da UFC (de 1961 a 1988) .....	240
---	-----



## Anexo 1

Quadro 1<sup>132</sup>

REITORES DA UFC	PERÍODO
1. Antônio Martins Filho	1955 – 1958 (1º período) 1959 – 1962 (2º período) 1963 – 1966 (3º período)
2. Fernando Leite	1966 – 1970
3. Walter de Moura Cantídio	1971 – 1975
5. Pedro Teixeira Barroso	1975 – 1979
6. Paulo Elpídio de Menezes Neto	1979 – 1983
7. José de Anchieta Esmeraldo	1983 – 1987
8. Raimundo Hélio Leite	1987 – 1991

Quadro 2

DIRETORES DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UFC	PERÍODO
1. Raimundo Valnir Cavalcante Chagas	1961
2. Pe Francisco Batista Luz	1962 – 1969

Quadro 3

DIRETORES DO CENTRO DE HUMANIDADES DA UFC	PERÍODO
1. Arthur Eduardo Benevides	1969 – 1973
2. Antônio Pessoa Pereira	1973 (alguns dias)
3. Arthur Eduardo Benevides	1973 – 1976
4. Heitor Faria Guilherme	1976 – 1980
5. Luiz Tavares Júnior	1980 – 1984
6. René Teixeira Barreira	1984 – 1988
7. Francisco Roberto Souza de Oliveira	1988 – 1991

Quadro 4

DIRETORES DO CESA <sup>134</sup> DA UFC	PERÍODO
1. Francisco de Assis Barbosa	1973 – 1977
2. José Adriano Pinto	1977 – 1981
3. Francisco de Assis Goes Mendes	1981 – 1983

<sup>132</sup> Os dados aqui contidos foram fornecidos pelas secretarias da Reitoria e do Centro de Humanidades e pela funcionária Maria Marlene Guedes Coelho do Curso de Letras do Centro de Humanidades da UFC.

<sup>133</sup> CESA – Centro de Estudos Sociais Aplicados.



## Anexo 2

### Quadro 5<sup>134</sup>

<b>CHEFES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Raimundo Valnir Cavalcante Chagas	1963 – 1965
2. Pe José Maria da Frota	1966 – 1968
3. José Anchieta Esmeraldo Barreto	1973 – 1975
4. José Sarques	1975 – 1977
5. Francisco de Assis Mendes Goes	1977 – 1979
6. Francisco de Assis Mendes Goes	1979 – 1981
7. Nicolino Trompieri Filho	1981 – 1983
8. Maria Lúcia Lopes Dallago	1983 – 1984

### Quadro 6

<b>SUBCHEFES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Zélia Sá Viana Camurça	1965
2. Moacir Teixeira Aguiar	1966
3. Maria Lúcia Lopes Dallago	1967 – 1968
4. Pe José Maria da Frota	1973 – 1975
5. Ernesto Neves	1975 – 1977
6. Maria Ivoni Pereira de Sá	1977 – 1979
7. Maria Ivoni Pereira de Sá	1979 – 1981
8. Maria Consuelo Lins de Matos Silva	1981 – 1983
9. Emília Martins Velloso	1983 – 1984

### Quadro 7

<b>DIRETORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Antônio Gomes Pereira	1969-1973 (até-1971) <sup>136</sup>
2. Antônio Carlos de Almeida Machado	1971 – 1973
3. Antônio Carlos de Almeida Machado	1983 – 1985
4. Antônio Carlos de Almeida Machado	1985 – 1987
5. Emília Martins Velloso	1987 – 1991

<sup>134</sup> Todos os dados aqui contidos foram tirados das atas do Departamento e Conselho Departamental da Faculdade de Educação da UFC.

<sup>135</sup> O prof. Antônio Gomes Pereira só exerceu o cargo de diretor até 1971 – ocasião que foi indicado para assumir a Pró-Reitoria de Graduação, sendo substituído pelo vice-diretor Antônio Carlos de Almeida Machado.



Quadro 8

<b>VICE-DIRETORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Antônio Carlos de Almeida Machado	1971 – 1973
2. Laura Maria de Souza Vieira	1987 – 1991

Quadro 9

<b>CHEFES E VICE-CHEFES DO DEPARTAMENTO DE TEORIA E FUNDAMENTOS</b>		
<b>CHEFES</b>	<b>VICE-CHEFES</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Pe José Maria da Frota	Antônio Carlos de Almeida Machado	1969 – 1970
2. Pe José Maria da Frota	Leonel Correia Pinto	1970 – 1971
3. Pe José Maria da Frota	Leonel Correia Pinto	1971 – 1972
4. Pe José Maria da Frota	Leonel Correia Pinto	1973/1 – 1973/2

Quadro 10

<b>CHEFES E VICE-CHEFES DO DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS</b>		
<b>CHEFES</b>	<b>VICE-CHEFES</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Lireda Facó	Adil Dallago	1970-1971
2. Lireda Facó	Maria Lúcia Lopes Dallago	1971-1972

Quadro 11

<b>CHEFES E VICE-CHEFES DO DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO</b>		
<b>CHEFES</b>	<b>VICE-CHEFES</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Maria Ivoni Pereira de Sá	Ana Maria Vieira da Nóbrega	1984 – 1986
2. Maria Ivoni Pereira de Sá	Ana Maria Vieira da Nóbrega	1986 – 1988
3. Pe Brendan Coleman MacDonald	Glauçenete Barros de Oliveira	1988 – 1989



## Quadro 12

<b>CHEFES E VICE-CHEFES DO DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO</b>		
<b>CHEFES</b>	<b>VICE-CHEFES</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Emília Martins Velloso	Maria de Lourdes Ferreira Lima	1984-1986
2. Maria de Lourdes Ferreira Lima	Maria Mercedes Capelo	1986-1988
3. Joaquim Fernando Pimentel Fernandes	Maria Rita de Souza Albuquerque	1988-1990

## Quadro 13

<b>CHEFES E VICE-CHEFES DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS</b>		
<b>CHEFES</b>	<b>VICE-CHEFES</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Maria Lúcia Lopes Dallago	José Layrton Cavalcante	1984 - 1986
2. Jacques Therrien	Maria Lúcia Lopes Dallago (até 1986.2) Ana Elizabeth Bastos Miranda	1986 - 1988
3. Silene Barrocas Tavares	Tereza Maria Monteiro Pereira	1989 - 1990



### Anexo 3

#### Quadro 14

<b>COORDENADORES DO CURSO DE PEDAGOGIA</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Antônio Carlos de Almeida Machado	1973
2. Lireda Facó	1974
3. Maria Lúcia Lopes Dallago	1975
4. Pe José Maria da Frota	1976
5. Maria Nobre Damasceno	1977 – 1979
6. Maria Ivoni Pereira de Sá	1979 – 1981
7. Rosemary Conti Furtado	1981 – 1982
8. Rosemary Conti Furtado	1983 – 1984
9. Maria Nobre Damasceno	1985 – 1986
10. Maria Estrêla Araújo Fernandes	1987- 1988
11. Maria de Lourdes Peixoto Brandão	1989 – 1990

#### Quadro 15

<b>COORDENADORES DO CURSO DE LICENCIATURA</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Antônio Carlos de Almeida Machado	1965
2. Francisco de Assis Mendes Goes	1975
3. Lindyr Saldanha Duarte	1976
4. Silene Barrocas Tavares	1977
5. Meirecele Calfope Leitinho	1978
6. Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel	1980
7. Laura Maria de Souza Vieira	1981 – 1982
8. Laura Maria de Souza Vieira	1983 – 1984
9. Laura Maria de Souza Vieira	1985 – 1986
10. Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima	1987 – 1988
11. Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima	1989 – 1990

#### Quadro 16

<b>COORDENADORES DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>
1. José Anchieta Esmeraldo Barreto	1976
2. Antônio Carlos de Almeida Machado	1977 – 1978
3. Antônio Carlos de Almeida Machado	1979 – 1980
4. Antônio Carlos de Almeida Machado	1981 – 1982
5. Ozir Tesser	1983 – 1984
6. Ozir Tesser	1985 – 1986
7. Ozir Tesser	1987 – 1989
8. Jacques Therrien	1990 – 1991



## Anexo 4

Quadro 17

SECRETÁRIOS DO DEPARTAMENTO/FACULDADE DE EDUCAÇÃO	PERÍODO
1. Fernandina Fernandes	1963
2. Augusto Antero Santana	1964
3. Maria Eldenora de Alencar Arraes (da FFCL)	1966
4. Sílvia Daniel Silveira	1965.1
5. Geraldo Batista Lima	1965.2
6. Ninfa Tate de Moura Carvalho	1970.2
7. Darcy Rodrigues Maia de Oliveira	1972
8. Terezinha Camurça de Oliveira	1975
9. José Itamar Sales Soares	1977
10. Helenice Vieira Leite	1981
11. Taiz Maura Laranjeira Azevedo	1981
12. Cacilda Costa Lima	1984

Quadro 18

BIBLIOTECÁRIOS DA FACULDADE	PERÍODO
1. Fernandina Fernandes	1963
2. Élide Fagundes Shirmer <sup>137</sup>	1980 – 1990

### Observação:

Os funcionários Cosmo Menéas de Araújo e Rodofredo Teixeira de Souza foram escolhidos como representantes dos funcionários no Conselho Departamental da Faced, em 1988.

PERÍODO	COORDENADORES DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
1976	1. José Antônio Fernandes Barreto
1977 – 1978	2. Antônio Carlos de Almeida Machado
1979 – 1980	3. Antônio Carlos de Almeida Machado
1981 – 1982	4. Antônio Carlos de Almeida Machado
1983 – 1984	5. Ovídio José
1985 – 1986	6. Ovídio José
1987 – 1989	7. Ovídio José
1990 – 1991	8. Jacques Patrício



## Anexo 5

Quadro 19

<b>REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL JUNTO AOS DEPARTAMENTOS E CONSELHO DEPARTAMENTAL</b>	<b>PERÍODO</b>
Marcos José Nogueira de Souza Maria do Carmo Farias Borges Maria Iracira Ribeiro Maria Suzana Ponte de Vasconcelos	1963.2
Maria Suzana Ponte de Vasconcelos Maria do Carmo Farias Borges Vanda Maria Ribeiro Costa Terezinha Montenegro Castelo	1964.1
Maria Célia de Araújo Guabiraba Maria Cira Petrola de Melo Jorge Maria Evani Arraes Terezinha Gonçalves Vieira	1964.2
Aloylson Gregório de Toledo Pinto Laura Tavares da Silva Amélia Bastos Farias	1965.1
Não houve representação estudantil	1965.2 a 1967.1
Maria Ruth Barreto Cavalcante	1967.2
Beatriz Meneleu Fiúza	1968.2
Maria Lucília Neves Aires de Alencar Guaraciara Barros Leal Pontes de Medeiros	1969.1
Emília Martins Velloso Edméa Teixeira Ana Maria Oriá Fernandes	1970.1
Marússia de Queiroz Machado Torquillo Mirian Dores Lilienfeld	1971.1
Ilka Tigre de Arruda Vanda Magalhães Leitão Maria das Neves Campelo Bessa	1972
Maria Lizete Frota Rios Tereza de Melo Vilela Vicky	1973.1
Lydia Brasileiro de Brito Porto (CESA)	1973.2
Representação estudantil ausente	1974



<p>Carlos Vasconcelos Farias          Maria Walkyria Frota de Paiva          Luzia Siqueira Vasconcelos          José Euclides Evangelista de Paiva          Michel Peron          Márcia Victor Hollanda Arantes</p>	1975.1
<p>Francisca Neuda Ponte          Maria de Lourdes Cavalcante Peixoto          Flávio Victor Hollanda</p>	1975.2
<p>Francisca das Chagas Soares          Maria de Lourdes Cavalcante Peixoto          José Olimpio de Souza Araújo          Mariana de Oliveira Franco          Maria do Amparo Veras Pereira          Marly Medeiros de Miranda          Nereu Felipe Bastos Cavalcante          José Euclides Evangelista de Paiva</p>	1976.1
<p>Maria Lúcia de Menezes Lotfi (substituindo José Olimpio de Sousa Araújo)</p>	1976.2
<p>Alba de Sousa Crisóstomo          Cláudio Ideburque Licínio de Carvalho          Francisca das Chagas Soares          Maria do Amparo Veras Pereira          Maria do Carmo Nobre Façanha          Maria Lúcia de Menezes Lotfi          Maria Rosemary Tomé de Menezes          Paula Sandra Oriá Fernandes          Noemi Benevides Alencar Araripe</p>	1977.1
<p>Célia Maria Carneiro de Freitas          Eulina Parente Guimarães          Helena Mary Arruda Dias          Heloísa Helena Barroso Martins          Maria Ilná da Silva          Maria Luci da Silva Costa          Raimundo Alberto Morais Lima          Raimundo Facó Barros (CESA)</p>	1978.1



Raimundo Alberto Morais Lima Almerinda Mota Chaves Cristina Maria Moreira Oliveira Wilma Lemos de Sant'Anna Maria José Barreira Maria Stela da Rocha	1979.1
Representação estudantil ausente	1980-1981
José Nelson Arruda Filho Maria José Colaço Rocha Fernando Antônio Souza Vieira Marilene Carneiro Brasil Obs.: Participaram apenas de três reuniões durante todo o ano	1982
Representação estudantil ausente	1983-1986
Tânia Maria Batista de Lima Luís Pereira Rebouças Francisco Carlos Araújo Albuquerque (representante do curso de mestrado)	1987.1
Marta Maria de Paiva Costa	1987.2
Vânia Maria Girão Rosa Angélica Vieira Cavalcante	1988.1
Kátia Braga Casemiro de Medeiros Campos	1988.2



Quadro 20

Obs.: Criação do C. A. Paulo Freire, dia 26/9/1981

<b>DIRETORIA DO CENTRO ACADÊMICO PAULO FREIRE<sup>136</sup></b>		
<b>ESTUDANTES/DIRETORES</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO</b>
Maria José Colaço	Presidente	1981 – 1982 (1ª Diretoria) Gestão: “Nossa Força”
Fernando Antônio de Sousa Ribeiro	Vice-Presidente	
José Eucélio Camelo	Secretário Geral	
Maria José Bezerra	Vice-secretária Geral de Finanças	
Francisca Virgínia Rodrigues da Silva	Assistência Estudantil	
Francisco José B. Barros		
Marilene Carneiro Brasil		
José Hélio Esmeraldo		
Francisca de Assis R. da Silva	E. P. Extensão	
Maria Helenir Silvério	Imprensa e Divulgação	
Gislaine Maria do Socorro P. do Vale	Assistência Social e Cultural	
Nelson Arruda	Esportes	
<b>ESTUDANTES/DIRETORES</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO</b>
Maria Helenir Silvério	Presidente	1982 – 1983 (2ª Diretoria) Gestão: “Reluzir”
Fernando Antônio de Sousa Ribeiro	Vice-Presidente	
Ercília Maria B. de Olinda	Secretária Geral	
Maria José Bezerra	Vice-secretária Geral de Finanças	
Francisca Virgínia Rodrigues da Silva	Assistência Estudantil	
Marilene C. Brasil		
Mônica Tomé		
Sônia Cristina da Silva Sousa	E. P. Extensão	
Silvana da Mota Goes	Imprensa e Divulgação	
Maria Lúcia Nobre Nogueira do Sacramento	Assistência Social e Cultural	
Maria Giselda Dantas Damasceno		
Maria Jurandir Carneiro	Esportes	



<b>ESTUDANTES/DIRETORES</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO</b>
Silvana da Mota Goes	Presidente	1983 – 1984 (3ª Diretoria) Gestão: “O Inédito Viável”
Melânia Teresa Camurça Fernandes	Vice-Presidente	
Maria Jurandir Carneiro	Secretária Geral	
Emília Maria Lima da Silva	Vice-secretária Geral de Finanças	
Jaqueline Rocha de Menezes	Assistência Estudantil	
Rocilda Silva Ferreira		
Luís Pereira Rebouças	E. P. Extensão	
Edson Bandeira da Silva	Imprensa e Divulgação	
Joriver Santos		
Sílvia Antunes Bezerra	Assistência Social e Cultural	
Francisco Wellington Rego Lopes	Esportes	
Marcelo Pinto Mesquita		
Zuleide Fernandes de Queiroz		
<b>ESTUDANTES/DIRETORES</b>	<b>CARGO</b>	
Maria Jurandir Carneiro	Presidente	1985 – 1986 (4ª Diretoria) Gestão: “Cuidado Escola”
Tânia Maria Batista de Lima	Vice-Presidente	
Cristiane C. Holanda	Secretária Geral	
Francisco de Assis Lima	Vice-secretário Geral de Finanças	
Luís Pereira Rebouças	Assistência Estudantil	
José Ernani Mendes		
Zuleide Fernandes de Queiroz	E. P. Extensão	
Casemiro Campos	Imprensa e Divulgação	
Emília Maria Lima da Silva	Secretária Cultural	
Maria Nilcimar C. Cavalcante	Esportes	



<b>ESTUDANTES/DIRETORES</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO</b>	
Tânia Maria Batista de Lima	Presidente	1986 – 1987 (5ª Diretoria) Gestão: “LA-LE-LI-LO- LUTA”	
José Ernani Mendes	Vice-Presidente		
Kátia Regina Rodrigues Barbosa	Secretária Geral		
Lireide Maria Macêdo Barbosa	Vice-secretária Geral de Finanças		
João Cleudo Fernandes Duarte	Assistência Estudantil		
Luiz Maia Filho			
Ivanira Monteiro Ferreira	E. P. Extensão		
Francisca Clara de Paula	Imprensa e Divulgação		
Laura Jeane Soares Lobão	Secretária Cultural		
Celina Divina de Brito Leitão	Esportes		
<b>ESTUDANTES/DIRETORES</b>	<b>CARGO</b>		<b>PERÍODO</b>
Marta de Paiva Costa	Presidente		1987 – 1988 (6ª Diretoria) Gestão: “Alternativa”
Edson B. da Silva	Vice-Presidente		
Francisca Inês Cassiano Pimentel	Secretária Geral		
Ana Tavis Paula Lima	Vice-secretária Geral de Finanças		
Giovana Rodrigues de Oliveira	Assistência Estudantil		
Francisco Wellington Rego Lopes			
Rosa Angélica Meira Cavalcanti	E. P. Extensão		
Vânia Maria Girão	Imprensa e Divulgação		
Sônia Gois	Secretária Cultural		
Evaneide Guimarães Barroso	Esportes		



ESTUDANTES/DIRETORES	CARGO	PERÍODO
Casemiro de Medeiros Campos	Presidente	1988 – 1989 (7ª Diretoria) Gestão: “Abraça essa Luta”
Naíla Maria de Oliveira	Vice-Presidente	
Maria do Socorro Tavares de Souza	Secretária Geral	
Maria Clélia Quinino de Medeiros	Vice-secretária Geral de Finanças	
Stephânia Maria de Oliveira	Assistência Estudantil	
Vera Lúcia de Souza		
Jamilastreia Cruz Alves	E. P. Extensão	
Kátia Regina Braga	Imprensa e Divulgação	
Laura Geana Soares Lobão	Secretária Cultural	
Mércia Maria de Sousa Leite	Esportes	



## Anexo 6

### Quadro 21

PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC <sup>138</sup>	PERÍODO	
	ENTRADA	SAÍDA
1. Raimundo Valnir Cavalcante Chagas	1963.1	1970
2. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	1963.1	1965
3. Zélia Sá Viana Camurça	1963.1	
4. Francisco de Alencar	1963	1965
5. Olavo França Sobreira de Sampaio	1963.2	1964.1
6. Jose dos Santos Serra	1963	1963.2
7. Francisco José do Amaral Vieira	1963.2	1969.1
8. Pe José Maria da Frota	1964.1	
9. Almir Caiado Fraga	1964.1	(*)
10. Terezinha de Maria Bezerra Sampaio Xavier	1964.1	1966
11. Raimundo Saraiva da Costa	1964.1	1965
12. Airton F. Sampaio Xavier	1964.1	1964.1
13. Francisco de Alcântara Nogueira	1964.1	(*)
14. Moacir Teixeira Aguiar	1964.2	1986.1
15. Lirêda Facó	1964.2	1978.1
16. Hélio Guedes de Campos Barros	1964.1	(*)
17. Paulo Elpídio de Menezes Neto	1965.1	1966
18. Antônio Carlos de Almeida Machado	1965.1	
19. Maria Lúcia Lopes Dallago	1965.1	1978.1
20. Antônio Gomes Pereira	1965.1	1966
21. Moss Lair Cordeiro Leite	1965.1	1966
22. Heléne Velay Leite	1965.1	1966
23. Frank Carriere	1965.1	1966
24. Luiz Fernando Raposo Fontenele	1966.1	
25. Ernesto Neves	1966.1	1969

<sup>136</sup> Os períodos que contém (\*) não foram encontradas informações nas atas. Os período em branco (saída) são dos professores que ainda permanecem na Faculdade de Educação até a produção deste trabalho (1990). Dados pesquisados nas atas do Departamento e Conselho Departamental da Faculdade de Educação.



26. Mahira Barros de Alencar	1966.1	1968.1
27. Rogério de Oliveira Muzzio de Paiva	1966.1	1968.2
28. Edda Augusta Quirino Simões	1966.1	
29. Glaucinete Barros de Oliveira	1966.1	
30. Pe Luiz Moreira Cavalcante	1966.2	(*)
31. Nair Façanha	1967.1	
32. Maria Suzana Vasconcelos Jimenez	1967.1	
33. Raimundo Hélio Leite	1967.1	
34. Adil Dallago	1967.1	
35. Helena Maria de Sousa Ferreira	1967.2	(*)
36. Maria Tereza Pires de Paula	1967.2	(*)
37. Mary Campos de Medeiros	1967.2	
38. José Anchieta Esmeraldo Barreto	1967.2	1973.1
39. Aloylson Gregório de Toledo de Pinto	1968.1	
40. Maria Ivoni Pereira Sá	1968.1	1969.1
41. Antônia Annete Bezerra Xavier	1968.1	
42. José Layrton Cavalcante	1969.1	
43. Terezinha Vieira Corrêa	1969.1	
44. Leonel Correia Pinto	1970.1	1983.2
45. José Sarques	1970.1	
46. Francisco de Assis Mendes Góes	1970.1	
47. Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel	1970.1	
48. Maria Tereza Albuquerque Guimarães	1971.1	
49. Joseneide Franklin Cavalcante Rodrigues	1971.1	1972.1
50. Ana Maria Sampaio Cavalcante	1971.2	1972.1
51. Luciano Mota Gaspar	1972.1	
52. Noélia Picanço Machado	1972.2	
53. Aécio Feitosa	1973.1	
54. Maria Mercedes Capelo Alvite	1973.1	
55. Emília Martins Velloso	1973.1	1983.1
56. Maria Carmem Capelo Feijó	1973.2	
57. Tereza Maria Monteiro Pereira	1973.2	1975.1
58. Maria Eliana Cavalcante Matos	1973.2	
59. Júlia de Figueiredo Rocha	1973.2	1982.2
60. Maria Luiza Fontenele da Silva Gomes	1973.2	
61. Meirecele Calíope Leitinho Soares	1974.1	
62. Maria Ângela Teófilo Albuquerque	1974.1	
63. Rosemary Conti Furtado	1974.1	



64. Maria Nobre Damasceno	1974.1	
65. Maria José de Oliveira	1974.1	
66. Alberto Barbosa Viana	1974.1	
67. Maria de Lourdes Ferreira Lima	1974.2	
68. Elizabeth Noto	1975.1	1975.2
69. Silene Barrocas Tavares	1975.1	
70. Lindyr Saldanha Duarte	1975.1	
71. Evilásio Almeida Ramos	1975.1	
72. Maria Luiza Aguiar Amorim	1976.1	
73. Nicolino Trompieri Filho	1976.2	
74. José Vieira Leite	1976.2	
75. Maria José de Araújo Lima	1977.1	(*)
76. Maria de Lourdes Peixoto Brandão	1977.2	
77. Michel Perron	1978.1	
78. Maria Consuelo Lins de Matos Silva	1978.1	
79. Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima	1978.2	
80. Raimundo Frota de Sá Nogueira	1978.2	
81. Laura Maria Souza Vieira	1978.2	
82. Maria Luiza Barbosa Chaves	1978.2	
83. Sofia Lerche Vieira	1979.1	
84. Helena Cartaxo	1979.2	1979.2
85. Joaquim Fernando Pimentel Fernandes	1980.2	
86. Jacques Therrien	1980.2	
87. Irismar Holanda de Freitas	1980.2	
88. Ozir Tesser	1981.1	
89. Ana Maria Vieira da Nóbrega	1982.2	
90. Maria Estrêla Araújo Fernandes	1983.1	
91. José Ferreira de Alencar	1983.2	1984.1
92. Rui Martinho Rodrigues	1984.1	
93. Pe Brendan Coleman MacDonald	1985.2	
94. Ângela Terezinha de Sousa Therrien	1985.2	
95. Maria Rita de Souza Albuquerque	1986.1	
96. Ana Elisabeth Bastos Miranda	1986.2	
97. Maria Juraci Maia Cavalcante	1986.2	
98. Maristela Lage Alencar	1987.1	
99. Izáira Silvino Alencar	1987.2	
100. Rui Verlaine	1988.2	



## Anexo 7 – Visitantes para a Faculdade de Educação

A partir de 1964, facilitado pelo acordo MEC/USAID, a faculdade foi visitada por vários cientistas-professores estrangeiros e nacionais. Poderemos citar alguns deles:

**1965** Dr. RUBEN REINA, antropólogo norte-americano, professor do Departamento de Antropologia da Universidade da Pensilvânia. Foi apresentado, em 1965, pela prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça;

Prof. BERNARD TURSH, da École Polytechnique de l'Université Libre, de Bruxelas, membro do Comitê do III Congresso Internacional de Farmacologia. Apresentado, em 1965, pelo prof. Francisco José do Amaral Vieira.

**1966** Prof.<sup>a</sup> ELLE KOHEN, do Departamento de Biofísica da Escola de Medicina da Universidade da Pensilvânia. Apresentada, em 1966, pelo prof. Francisco José do Amaral Vieira, para integrar o Laboratório de Psicologia Experimental do Departamento de Educação na condição de *in absentia*;

Prof. Pe PEDRO DE MELO, do Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco, para ministrar curso intensivo de Psicologia da Personalidade, apresentado pelo prof. Francisco José do Amaral Vieira, em 1966;

Prof.<sup>a</sup> SÍLVIA ALAMBERT, da Conferência Nacional do Comitê de Correspondência, para dar curso intensivo no Departamento, apresentada pela prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça, em 1966;

Prof.<sup>a</sup> MARIAN JOHNSON, bióloga norte-americana, graduada pela Universidade da Califórnia e pertencente ao Corpo de Voluntários da Paz, para lecionar Biologia Geral (passou dois anos, até 1968.2).



- 1968.1** Prof. JAIRO MOURA, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professor da área de Filosofia, lecionou no curso de Mestrado em Educação.
- 1969.1** Prof. SAM SCHULMAM, da Universidade de Houston. Veio estudar uma maneira pela qual se pudesse estabelecer uma cooperação técnica entre esta universidade e a sua.
- 1970.1** Prof.<sup>a</sup> MARY ANN MORRIS, americana, professora visitante, atuando nas áreas de Pesquisa Educacional e de Orientação Educacional. Mestre pela Universidade de Michigan.
- 1970.2** Madre ESCOBAR, irmã Doroteia que ministrou o curso de Comunicação Social em Educação, na Faculdade de Educação.  
Prof.<sup>a</sup> SHIRLEY GORDON, assessora do reitor da Universidade Federal da Bahia. Visitou a faculdade.
- 1971.1** Representante da USAID, visitou a Faculdade de Educação e tratou de assuntos relacionados com bolsas de estudo para pós-graduação.
- 1971.2** PAULO C. COSTA MOURA, sociólogo que orientou o Laboratório de Desenvolvimento Organizacional.
- 1973.1** Vinda de especialista do Conselho Britânico em Educação, para discutir “UNIVERSIDADE ABERTA” com professores da Faculdade.<sup>137</sup>
- 1976.2** Sr. HORST OTTO HERKELMANN, professor visitante de setembro/1976 a agosto/1977. Alemão, graduado em Ciências Sociais e Pedagogia, com mestrado em História. Terminando tese de doutorado sobre “Inovações do Ensino Médio”, atuou no Mestrado em educação. Contrato renovado por mais um (1) ano;

---

<sup>137</sup> O nome não consta nas atas.



MARIA NOÉLIA TÁVORA HAAG, professora (EEUU), visitante, contratada de 15/9 a 15/12/1976. Mestra em Educação, preparou tese de doutorado em “Currículo e Psicologia da Educação”, na Universidade Estadual da Pensilvânia (EEUU).

**1977.2** JONH H. HANSEN, aprovada contratação pelo Departamento como professor visitante;

HARRIS F. WOLCOFF, aprovada contratação pelo Departamento como professor visitante;

RICHARD OVERTON DALBEY, aprovada contratação pelo Departamento como professor visitante.

**1979.1** Prof. JACQUES THERRIEN, professor visitante para um (1) ano, contrato renovado por mais um (1) ano (até 1981).

**1979.2** Prof. LOUIS ERNEST BARRILEAUX, contratado como professor visitante para o curso de mestrado (Universidade de Tulane – EEUU).

**1980.1** Conferência do prof. LUIZ ANTÔNIO CUNHA sobre “Prioridade da Pesquisa em Educação numa Perspectiva Dialética”, promovida pelo Mestrado em Educação.

Prof. RICHARD LEROY CUMMINGS, professor visitante durante seis (6) meses.

**1982.1** Prof. ROLANDO NELSON PINTO CONTRERAS, chileno, contratado como professor visitante para o período de 1º.6.1982 a 12.07.1983.

Prof. EDVALDO DE MELO, da Universidade de Brasília, convidado pela prof.<sup>a</sup> Maria Luiza Barbosa Chaves para falar sobre Avaliação de Ensino de Graduação na UnB.

Sr. WOLFGANG QUAPP, da Editora Pedagógica da Universidade de São Paulo, expôs sobre as publicações sobre educação da referida editora.



- 1982.2** Prof. PETER GEHOUDT, alemão, proferiu palestra no Departamento de Educação sobre “Experiência sobre o método Paulo Freire no estrangeiro”.
- 1983.1** Prof. JAMIL CURY, ministrou Seminário para alunos do Mestrado de Educação.
- 1983.2** PAULO FREIRE, ministrou Seminários sobre: “Educação Brasileira Contemporânea”.
- 1986.1** Dra. FÚLVIA ROSEMBERG, ministrou curso sobre “Literatura Infantojuvenil”;  
Prof. CÂNDIDO GRZYBOWSKI, da IESAE (Fundação Getúlio Vargas), coordenou o Seminário sobre “Educação e Classes Sociais”, promovido pelo Mestrado em Educação.  
Prof. DERMEVAL SAVIANI, coordenou o Seminário sobre “Positivismo, Fenomenologia e Dialética na Educação”, promovido pelo Mestrado em Educação.
- 1987.1** Prof. ELIMAR NASCIMENTO, da UFPE, coordenou o Seminário sobre “Antônio Gramsci”, promovido pelo Mestrado em Educação.
- 1987.2** Prof. ILDEU COELHO e MANFREDO OLIVEIRA, coordenaram Seminário sobre “As várias concepções da relação teoria-prática em educação”;
- 1988.1** Prof. MARCOS ANTÔNIO PEREIRA, da UFBA, coordenou o Seminário sobre “Economia Política”, oferecido pelo Mestrado de Educação;  
Prof. PAOLO NOSELLA, ministrou Seminário sobre “O trabalho como princípio educativo”;
- 1988.2** Prof. CÂNDIDO GRZYBOWSKI, do IESAE, coordenou o Seminário sobre “Análise de conjuntura e movimentos sociais”, promovido pelo Mestrado em Educação;  
Prof.<sup>a</sup> MARIA JULIETA COSTA CALAZANS, coordenou o Seminário sobre “Educação popular e políticas sociais”



(Brasil)", promovido pelo Curso de Especialização em Educação de Adultos/ Popular.



**Anexo 8** – Pesquisas e Linhas de Pesquisa aprovadas no Departamento de Educação e no Conselho Departamental

**1965** “Condições Socioeconômicas do Universitário Brasileiro” – prof. Francisco de Alencar.

**1966** “Farmacologia da Ansiedade e Fisiologia da Memória” – prof. Francisco José do Amaral Vieira.

**1968** “Análise e Interpretação das Reprovações do Vestibular” – prof. Raimundo Hélio Leite;

- “Ações de uma combinação de Gaba e Reserpina sobre a aquisição de uma resposta condicionada de defesa” – prof. Francisco José do Amaral Vieira;
- “Ações da Reserpina sobre a aquisição de uma discriminação de rato” – prof. Francisco José do Amaral Vieira;
- “Papel da experiência prévia na formação de uma resposta condicionada de defesa” – prof. Francisco José do Amaral Vieira.

**1970.2** “O efeito de Zeigaruit e os níveis tensionais” – Pe José Maria da Frota;

- “Índice de correlação entre as atividades de ensino oferecidas pelo professor primário em Fortaleza e a formação técnico-profissional obtida no Curso Normal” – prof. Antônio Carlos de Almeida Machado;
- “Situação profissional dos licenciados em Pedagogia, egressos desta Faculdade, a partir da 1ª turma, em 1964” – prof.<sup>a</sup> Lireda Facó
- “Quantidade de alunos lentos nas primeiras séries das escolas estaduais, de ensino de 1º grau, existentes em Fortaleza” – prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Lopes Dallago;
- “Nível de aversão à matemática, dos alunos de Pedagogia” – prof. Raimundo Hélio Leite.

**1971.2** “Pesquisa em educação numa macrorregião do Ceará – Área de Itapipoca” (Fundação Ford) – professores: Antônio Carlos de Almeida Machado, Aloylson Gregório Toledo Pinto, Lire-



da Facó, Maria Lúcia Lopes Dagallo, Raimundo Hélio Leite, Helena Maria de Sousa Ferreira, Maria Carmem Capelo Feijó, Maria Tereza Albuquerque Guimarães.

**1972.1** Projeto Quixadá – pesquisa financiada pela Fundação Ford – professores: Raimundo Hélio Leite e Adil Dallago.

**1972.2** Pesquisa em Dinâmica de Grupo realizada com dois grupos de alunos – prof. José Sarques;

- “Levantamento dos fatores que influenciam a aquisição do hábito de leitura nos estudantes de humanidades da UFC” – José Layrton Cavalcante;
- “Problemas de ajustamento dos adolescentes na área de Fortaleza” – Pe José Maria da Frota;
- “Escola e Comunidade: recursos da comunidade a serviço da Educação” – prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça;
- “Inquérito sobre Censo Escolar nos Municípios Cearenses” – prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça;
- “Esquema Pluri-subcultural da Educação: um estudo de Antropologia da Educação” – prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça;
- “Nível técnico-pedagógico e socioeconômico do professorado do ensino de 2º grau” – prof. Ernesto Neves.
- “Situação profissional dos licenciados em Pedagogia egressos da Faculdade de Educação da UFC” – prof.<sup>a</sup> Lirreda Facó e Maria Ivoni Pereira de Sá;
- “Fatores mais significativos na aprendizagem do Cálculo e Linguagem em alunos da 3ª série do 1º grau” – prof. Antônio Carlos de Almeida Machado;
- “Integração entre os agentes formadores de docentes de 1º e 2º graus e os sistemas que os absorvem” (em convênio com o Inep);
- “Testes e Teoria Piagetiana” – prof.<sup>a</sup> Glaucenete Barros de Oliveira.



**1976.2** Pesquisa com crianças pré-operatórias, visando à construção de operações mentais, realizada no Colégio Imaculada Conceição, com crianças da alfabetização – prof.<sup>a</sup> Glaucenete Barros de Oliveira;

- “Os fatos, leis, ideias e valores na Educação Brasileira” – professores Moacir Teixeira Aguiar (coordenador) e Ernesto Neves.<sup>138</sup>

**1977.1** “Avaliação dos níveis operatórios do pensamento atingidos por alunos do ciclo Básico” – prof.<sup>a</sup> Glaucenete Barros de Oliveira (coord.), Nicolino Trompieri Filho, José Vieira Leite, Maria Luiza de Aguiar Amorim e um grupo de alunos;

- “O conteúdo do currículo nas escolas de 2º grau da rede oficial do estado do Ceará” – prof.<sup>a</sup> Terezinha Vieira Correa.

**1978.1** “Estudo da situação e possibilidade do profissional da Educação no Ceará – prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno;

- “Levantamento da Metodologia de Ensino adotada nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus da comunidade” – prof.<sup>a</sup> Silene Barrocas Tavares;
- “Modelo de avaliação de impacto socioeconômico” – prof. Raimundo Hélio Leite;
- “As transformações da Filosofia Dialética na França de hoje e suas implicações para a Filosofia da Educação” – prof. Horst Otto Herkelmann.

**1978.2** “Diagnóstico da Educação Pré-escolar no sistema de Ensino Público do Estado do Ceará” – prof.<sup>a</sup> Maria Carmem Capelo Feijó;

- “A percepção da função do supervisor escolar” – prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno.

---

<sup>138</sup> REIVINDICAÇÕES: O Departamento aprovou uma nova linha de pesquisa: “Educação Brasileira” (Ata de 29/12/1976).



**1979.2** “Universidade Federal do Ceará – Agente redistribuidor ou concentrador de renda?” – prof.<sup>a</sup> Maria Tereza Albuquerque Guimarães;

“Didática e Psicologia: análise crítica da influência da Psicologia na metodologia de ensino dos cursos de Pedagogia”

– prof.<sup>a</sup> Maria Mercedes Capelo Alvite;

- “A utilização de textos programados no ensino em módulos da Estatística aplicada à Educação” – prof. Nicolino Trompieri Filho e José Vieira Leite.

**1980.1** “Viajantes estrangeiros como agentes de educação superior: análise dos determinantes do estilo de vida brasileiro, século XIX” – prof.<sup>a</sup> Zélia Sá Viana Camurça;

- “Programa experimental de atividades pedagógicas e atendimento psicológico para classes especiais” – prof.<sup>a</sup> Gláucia de Menezes Ferreira, do Departamento de Ciências Sociais (resp.) – pesquisa interdepartamental, com a colaboração da prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Lopes Dallago;

- “Um modelo para uma Agência de Desenvolvimento Educacional para a Universidade Federal do Ceará” – prof.<sup>a</sup> Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel;

- “Processo Organizacional do Departamento de Educação” – professores: Louis Ernest Barrileaux, Francisco de Assis Mendes Goes, Maria Ivoni Pereira de Sá e Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima.

**1980.2** “Situação dos egressos do curso de Pedagogia” – prof.<sup>a</sup> Maria Ângela Teófilo Albuquerque.

**1981.1** “A autoestima do aluno e seu rendimento escolar” – prof. Layrton Cavalcante;

- “Avaliação do Projeto de Educação Básica no Nordeste Brasileiro – Edurural” – prof. Raimundo Hélio Leite (coord.).



- 1981.2** “História da Cidade de Fortaleza para crianças”;<sup>139</sup>
- “Análise dos conteúdos dos livros-textos de Didática – Reprodução ou transformação Social” – prof.a Maria Luiza Aguiar Amorim.
- 1982.1** “O pensamento pedagógico da Abertura” – prof.a Sofia Lerche Vieira; “Condy Raquet: sua vida, obra e educação” – prof.a Zélia Sá Viana Camurça.
- 1982.2** “Uma experiência de alfabetização e pós-alfabetização com adolescentes carentes na periferia urbana de Fortaleza” – prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Lopes Dallago;
- “Capacitação de Recursos Humanos para a UFC: perfil, processo e política” – prof.<sup>a</sup> Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel;
  - “Fatos Educacionais no Brasil: um estudo cronológico comparado” – prof. Joaquim Fernando Pimentel Fernandes.
- 1983.1** “Sistema de avaliação utilizado na UFC” – prof.<sup>a</sup> Silene Barrocas Tavares;
- “Melhoria do Ensino de Matemática” – desenvolvida em cooperação com o Centro de Ciências da UFC – professores: Nicolino Trompieri Filho, Maria de Fátima Azevedo Ferreira Lima, Maria de Lourdes Ferreira Lima, Helena Maria de Sousa Ferreira e Maria Teresa Albuquerque Guimarães.
- 1984.1** Aprovadas linhas de pesquisa para os departamentos:
- Departamento de Fundamentos da Educação:
    - ✓ Desenvolvimento Humano
    - ✓ Avaliação
    - ✓ Ensino
  - Departamento de Estudos Especializados:
    - ✓ Educação Rural

---

<sup>139</sup> Nas atas não consta o nome do(a) professor(a) responsável por essa pesquisa.



- ✓ Educação Pré-escolar
- ✓ Educação não formal/Popular
- Departamento de Teoria e Prática do Ensino:
  - ✓ Sugeriu linhas comuns a toda a faculdade

**1984.2** “Ação educativa face às relações de reprodução e transformação da sociedade rural do Nordeste” – prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno;

- “Ser e ter na Adolescência” – prof. Evilásio de Almeida Ramos;
- Aprovadas:
- Linhas de pesquisa comuns aos três departamentos:
  - ✓ Avaliação Educacional
  - ✓ Ensino de 1º grau
  - ✓ Ensino de 2º grau
  - ✓ Ensino Superior
- b) Linhas de pesquisa comuns aos departamentos de Fundamentos da Educação e Teoria e Prática de Ensino:
  - ✓ Desenvolvimento Humano
- c) Linhas de pesquisa comuns aos departamentos de Fundamentos da Educação e Estudos Especializados:
  - ✓ Educação Rural
- d) Linhas de pesquisa exclusiva do Departamento de Estudos Especializados:
  - ✓ Educação não formal
  - ✓ Educação pré-escolar
- “Ensino de 1º grau no semiárido cearense” – prof.<sup>a</sup> Tezozinha Vieira Corrêa (coord.).

**1985.1** “A formação do professor-leigo no Ceará” – prof. Ozir Tesser (coord.);

- “A prática pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará” – prof. Raimundo Frota de Sá Nogueira;
- “Análise estatística do poder discriminativo de questões de matemática do vestibular da UFC” – prof.<sup>a</sup> Ana Maria Vieira da Nóbrega.



- 1985.2** “Estudos desenvolvidos nos cursos de Licenciatura da UFC sobre a Estrutura e Dinâmica da sala de aula e sua importância” – prof.<sup>a</sup> Glaucenete Barros de Oliveira (suspensão);
- “O currículo do ensino de 1º grau – possibilidade de intervenção imediata” – prof. Joaquim Fernando Pimentel Fernandes (coord.).
- 1987.1** “A preparação para o trabalho e a conscientização do trabalhador” – prof. Francisco de Assis Mendes Goes (suspensão).
- 1987.2** “Estudo comparativo do atual sistema de avaliação da UFC com o sistema de avaliação anterior” – prof.<sup>a</sup> Maria Ângela Teófilo Albuquerque (coord.);
- “Ciência e Educação” – professores: José Anchieta Esmeraldo Barreto (coord.), Leonel Correia Pinto, Ana Maria Vieira da Nóbrega e José Vieira Leite;
  - “Avaliação dos subprogramas de DRH e ATE do convênio UFC/MEC/BID III” – prof.<sup>a</sup> Maria Ivoni Pereira de Sá (suspensão);
  - “O Estado e a Política de educação superior: tendências na década de 1980” – prof.<sup>a</sup> Sofia Lerche Vieira.
- 1988.1** “Influência de educação formal na construção de esquema de valores morais e sociais do adolescente: um estudo comparativo entre as escolas confessionais e leigas” – Pe Brendan Coleman MacDonald (coord.);
- “Relação trabalho e educação no meio rural: o significado político, cultural e pedagógico da escola para o camponês” – prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno (coord.), alunos do mestrado e da graduação do curso de Pedagogia da UFC;
  - Aprovada linha de pesquisa em Educação Especial;
  - “Avaliação e intervenção nas classes pré-escolares e especiais visando prevenir e/ou evitar o fracasso escolar” – prof.<sup>a</sup> Maristela Lage Alencar (coord.);
  - Criada coordenação de pesquisa da Faced (Ceped), com



representantes dos três departamentos – prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno (pres.), Rui Martinho Rodrigues e Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel;

- “Educação e Ciência” – prof. José Anchieta Esmeraldo Barreto (suspensão);
- “Estudo sobre o desempenho dos especialistas em Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar, formados pela UFC” – Maria Luiza Barbosa Chaves (coord.) – (suspensão).

**1988.2** “Levantamento histórico da Universidade do Cariri” – Tese de Livre Docência da prof.<sup>a</sup> Meirecele Calíope Leitinho Soares, tendo como orientadores Silene Barrocas Tavares e André Haguette.<sup>140</sup>

<sup>140</sup> Em reunião do Conselho Departamental do dia 30/8/88, aconteceu um debate sobre a aprovação ou não de projetos de pesquisa fora dos interesses e prioridades da Faced e sobre os produtos da pesquisa. “O prof. Fernando Pimentel salientou: 1) o direito que o pesquisador tem de pesquisar, mas ressalta o direito de ser avaliada a relevância da proposta do departamento; 2) Está faltando o estudo de metodologia de pesquisa na UFC, para evitar o primarismo de pesquisar o que já foi pesquisado; 3) Deve haver resenhas das pesquisas feitas pela UFC e estas deverão ser colocadas em terminais de computadores com informações para os centros e departamentos” (ata da reunião do Conselho Departamental – livro 3, p.53). Foi instituída a coordenação de Pesquisa da Faced (Cepe) tendo como coordenadora geral a prof.<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno e como representante do mestrado o prof. Jacques Therrien.



## **Anexo 9 – Primeira Grade Curricular adotada no curso de Pedagogia da UFC<sup>141</sup>**

### **SECÇÃO XII – CURSO DE PEDAGOGIA<sup>142</sup>**

Art. 33 – O curso de Pedagogia compreende disciplinas que conduzem à formação de bacharéis e licenciados em Pedagogia, na forma deste artigo.

§ 1º – Na primeira série, os trabalhos escolares terão carácter prope-  
dêutico e de orientação conjunta para os cursos de Geografia, His-  
tória, Ciências Sociais e Pedagogia, devendo a matrícula ser feita no  
Departamento de Ciências Sociais, para os quatro cursos, e os estudos  
correspondentes basear-se no mesmo currículo para todos os alunos.

§ 2º – São as seguintes as disciplinas a serem estudadas na primeira  
série, de acordo com o parágrafo anterior:

#### **1ª Série**

- 1201. A – Introdução à Geografia (1 semestre);
- 1202. A – Introdução à História (1 semestre);
- 1203. A – Introdução à Psicologia (1 semestre);
- 1204. A – Introdução à Sociologia (1 semestre);
- 1205. A – Introdução à Economia (1 semestre);
- 1206. A – Introdução à Antropologia (1 semestre);
- 1207. A – Introdução à Educação (1 semestre);
- 1208. A – Introdução à Lógica e ao Método Científico (1 semestre);

---

<sup>141</sup> No trabalho original da Dissertação de Mestrado. “Recuperando a história pedagógico-social do curso de Pedagogia da UFC: competência técnica e/ou compromisso político”, no seu 3º volume (anexos), contém ainda: Quadro de qualificação docente dos atuais professores da Faced (*stricto sensu*); Síntese cronológica dos Estatutos da UFC e dos regimentos da FFCL da UFC e dos currículos do curso de Pedagogia da UFC; Listagem dos acontecimentos importantes da Faculdade de Educação (de 1961 a 1988) e relatório e quadros do resultado da Avaliação sobre Processo Ensino-Aprendizagem, realizada em 1967.2 e 1988.2.

<sup>142</sup> Dados tirados do Estatuto da UFC.



Total de semestres-disciplinas: oito.

§ 3º – Na segunda série, os alunos que se hajam matriculados para prosseguir os estudos com vistas ao bacharelado ou à licenciatura em Pedagogia estudarão as seguintes disciplinas:

### **2ª Série**

- 1209. A – Fundamentos Biológicos da Educação (1 semestre);
- 1210. A – Fundamentos Sociológicos da Educação (1 semestre);
- 1211. A – Fundamentos Históricos da Educação Moderna (1 semestre);
- 1212. A – Psicologia Evolutiva (2 semestres);
- 1213. A – Princípios e Métodos de Administração Escolar (1 semestre);
- 1214. A – Teoria Geral da Educação (1 semestre).

Total de semestres-disciplinas: oito.

§ 4º – No segundo ciclo, os candidatos ao bacharelato e à licenciatura em Pedagogia estudarão as seguintes disciplinas, além das opções a serem anunciadas de acordo com a alínea b do artigo 16:

### **3ª Série:**

- 1215. A – Evolução da Educação no Brasil (1 semestre);
- 1216. A – Motivação e Aprendizagem (2 semestres);
- 1217. A – Métodos Gerais de Ensino (1 semestre);
- 1218. A – Estatística Aplicada à Educação (1 semestre);
- 1219. A – Métodos e Técnicas de Investigação Pedagógica (1 semestre);
- 1220. B – Princípios e Métodos da Educação Primária (1 semestre);
- 1221. B – Princípios e Métodos da Educação Média (1 semestre);
- 1222. B – Princípios e Métodos da Educação Superior (1 semestre);
- 1223. B – Princípios e Métodos de Orientação Educacional (1 semestre);

Máximo e mínimo de semestres-disciplinas: oito.



4ª Série:

- 1224. A – Educação Comparada (1 semestre);
- 1225. A – O Ensino Profissional nos Cursos Normais (2 semestres);
- 1226. B – Psicologia Diferencial (2 semestres);
- 1227. B – Psicologia da Infância (1 semestre);
- 1228. B – Psicologia da Adolescência (1 semestre);
- 1229. B – Psicologia Social (1 semestre);
- 1230. B – Higiene Escolar (1 semestre);
- 1231. B – Princípios e Métodos da Educação Pré-primária (1 semestre);
- 1232. B – Administração e Orientação do Ensino Primário (1 semestre);
- 1233. B – Administração e Orientação do Ensino Médio (1 semestre);
- 1234. B – Organização e Administração do Ensino Superior (1 semestre);
- 1235. B – Orientação Educacional para Crianças (1 semestre);
- 1236. B – Orientação Educacional para Adolescentes (1 semestre);
- 1237. B – Orientação Profissional (1 semestre);
- 1238. B – Educação para o Desenvolvimento (1 semestre);
- 1239. B – Problemas Educacionais do Nordeste Brasileiro (1 semestre).

Máximo e mínimo de semestres-disciplinas: oito.

Obs.: As disciplinas cujo código contém a letra **A** são obrigatórias; e a letra **B** são optativas.



**Anexo 10** – Acontecimentos importantes do desenvolvimento da Faculdade de Educação da UFC (de 1961 a 1988)<sup>143</sup>

**1961** Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFC (25/1/1961).

- Elaboração do 1º Regimento da FFCL, aprovado e expedido em 14 de julho de 1961.

**1962** Implantação dos diversos cursos da FFCL.

**1963.1** Criação do curso de Pedagogia da UFC.

- Primeira aula do curso de Pedagogia proferida pela prof.<sup>a</sup> Zélia Camurça.

**1963.2** Constituição do Departamento de Educação sob a chefia do prof. Raimundo Valnir Cavalcante Chaves.

Eleição da representação estudantil para atuar junto ao Departamento de Educação (primeira equipe de representantes renunciou).

**1964** Instituída a figura do professor responsável pela Biblioteca.

**1965** Instituída a figura do coordenador de disciplinas por semestre.

**1966** Desmembramento do Departamento de Educação e do Departamento de Ciências Sociais. É diplomada a primeira turma do curso de Pedagogia com quatorze concludentes.

**1968.1** Curso básico transferido para o Departamento de Ciências Sociais. Criação de um grupo de trabalho para estudar a implantação da Faculdade de Educação.

---

<sup>143</sup> Dados tirados dos Estatutos da UFC, dos Regimentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Educação e das atas de reunião do Conselho Departamental da Faced. A relação mais detalhada dos acontecimentos principais encontra-se no 3º volume da Dissertação de Mestrado da autora, que deu origem a esse livro.



- 1968.2** Extinção do Departamento de Educação e Criação da Faculdade de Educação (16/12/1968).<sup>144</sup>
- 1969.1** Criação do Conselho Departamental (dia 31/3/1969) e de um único Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da UFC (dia 15/3/1969).
- 1969.2** Foi elaborado o anteprojeto de novo currículo de Pedagogia pelo prof. Valnir Chagas. Instalação de uma Escola Experimental em convênio com o Estado.
- 1970.1** Realização do 1º concurso para professor-assistente e auxiliar de Ensino. Elaboração do regimento sobre formação pedagógica das licenciaturas, em consequência do parecer nº 672/69 do CFE, fazendo parte do Anexo do Regimento da Faculdade.
- 1970.2** Instalação do novo departamento na Faculdade de Educação: Departamento de Métodos e Técnicas. Eleição de reitor na UFC, promovida pelo Centro de Estudos Sociais Aplicados (a primeira experiência de eleição direta para reitor realizada na UFC). Aprovação do novo currículo de Pedagogia da UFC, adaptado ao Parecer nº 252/69 do CFE (dia 1º/12/1970).
- 1971.1** Funcionamento, na Faculdade, dos cursos de Licenciatura Polivalente (convênio com a Diretoria do Ensino Fundamental). Definição da grade curricular do novo currículo de Pedagogia, com habilitações em administração, supervisão e orientação. Ocupação do prédio de Geografia (ampliação da área física da Faculdade). Inclusão no curso da Habilitação de Orientação Educacional.

---

<sup>144</sup> As principais reivindicações constantes em Ata, até 1968, versam sobre o funcionamento vespertino da Biblioteca; protestos de professores contra o NJG (Nota de Julgamento Geral) e sobre o aproveitamento de disciplinas cursadas em outros cursos. Também era bastante reclamada a disciplina: "Introdução à Educação", pelos alunos.

O prof. Amaral levantou questões sobre a expulsão do prof. Arpígio, da Faculdade de Medicina. O diretório dos alunos da Faculdade solicitou pronunciamento objetivo dos professores do Departamento sobre o "massacre e prisão de estudantes". Foi feito o pronunciamento (reunião do dia 29/7/1968).



**1971.2** Realização do primeiro concurso para monitores de disciplinas (os monitores participam das reuniões do departamento). Intercâmbio entre Faculdade de Educação do Ceará e do Piauí (alunos poderiam adquirir créditos nas duas faculdades).

**1972.1** Realização do Curso de Formação de Professores de Artes Industriais e Técnicas Comerciais, dado pela Faculdade de Educação em convênio com a Cetene – Centro de Treinamento em Educação do Nordeste.

**1972.2** Criação da Coordenação do Curso de Pedagogia, composta de um professor, representando cada habilitação; quatro professores, representando o currículo mínimo e cinco professores, representando a formação profissional.

- Elaboração do Anexo ao Regimento Geral da UFC (Comissão de Elaboração: profs. Lireda Facó, Maria Lúcia Dallago e José Maria Frota.

- Elaboração do 1º Plano de Desenvolvimento da Faculdade de Educação para o triênio 1972/1974.

- Mudança das Normas de Avaliação do Rendimento Escolar (Resolução 252 de 4/7/1972, do Conselho Universitário e Conselho Central de Coordenação).

- Discussão sobre a publicação de uma revista do Departamento de Educação.<sup>145</sup>

- **1973.1:** Início de ofertas de disciplinas à tarde.

- Aprovação do Anexo do Curso de Pedagogia ao Regimento Geral da UFC (pág. 90 do Livro 1 de Atas de Reunião do Conselho Departamental – reunião de 17/11/1972).

- Aprovado o plano de expansão da Faculdade de Educação (aumento do corpo docente) – reunião do dia 12/12/1972.

---

<sup>145</sup> Primeira equipe redatorial da revista: Antônio Gomes Pereira, Leonel Correia Pinto, Pe José Maria da Frota, Raimundo Hélio Leite (redator) e Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel.



- Doação, pela Unicef, de laboratório e material bibliográfico sobre Psicologia do Desenvolvimento Infantil.
- Extinção do Conselho Departamental e reestruturação do curso. A Faculdade é transformada em um só departamento de Educação, pertencente ao Cesa – Centro de Estudos Sociais Aplicados (jun./1973).

**1974.1** Início da habilitação em Supervisão Escolar.

**1974.2** Estudo sobre a necessidade de reestruturação do curso de Pedagogia, como consequência do Encontro de Belo Horizonte. A prof.<sup>a</sup> Terezinha Maciel apresentou uma crítica de que “os psicólogos e sociólogos estão por demais especializados” (Ata da Reunião do Departamento de Educação do dia 4/12/1974).

**1975.1** Realização do Encontro do Departamento de Educação com a CEAÉ – Comissão de Ensino da Área de Educação do MEC, para avaliar os trabalhos do Departamento (dia 22/7/1975).

- Debate sobre o desdobramento do Departamento de Educação face ao grande número de professores (no momento 40), iniciado pela prof.<sup>a</sup> Lireda Facó.
- Doação do prédio vizinho, de Geociências, para o Departamento de Educação, pois esse curso fora transferido para o Pici.
- Discussão da instalação do Mestrado em Educação frente às dificuldades de pessoal. O projeto do Mestrado é transformado em Curso de Especialização em Organização de Sistemas de Ensino, cujo plano foi coordenado pelo prof. José Anchieta Esmeraldo.
- Obs.: Nesse semestre, cerca de doze professores estavam fazendo mestrado e doutorado fora do estado.<sup>146</sup>

<sup>146</sup> Representação estudiantil salienta melhor orientação aos alunos sobre os estágios das habilitações. prof.<sup>a</sup> Lúcia Dallago aproveitou para enfatizar a necessidade de orientar os alunos para os objetivos do curso de Pedagogia. Foi sugerido um folheto com informações sobre o curso.



**1975.2** Formada uma comissão para estudo da divisão do Departamento e coordenação de um Seminário para professores sobre esta questão. Professores participantes: Francisco de Assis Goes, Maria Lúcia Dallago e Pe José Maria da Frota.

- Realização do Seminário de Pesquisa, promovido pelo Departamento de Educação (Ata de 4/9/1975). Como recomendações desse Seminário, tivemos: execução de um Seminário sobre Metodologia de Pesquisa em Educação; estruturação do Laboratório de Ensino (ABEN); e formação de uma assessoria de pesquisa junto à chefia do Departamento.
- Criado novo grupo de trabalho para estudo sobre a criação do Mestrado em Educação, formado pelos profs. Hélio Leite, Leonel Pinto, Anchieta Barreto (coordenador), Pe José Maria da Frota, Ernesto Neves e Maria Nobre. Foi, através desse grupo, elaborado e discutido o documento de criação do curso de Mestrado em Educação.
- Criado grupo para elaboração do anteprojeto da Escola Experimental do Departamento de Educação, formado pelos profs. Maria Lúcia Dallago (coordenadora), Glaucinete Barros, Maria Nobre, Júlia Rocha, Meirecelle Calíope, Mercedes Alvite e Suzana Jimenez que depois substituiu a prof.<sup>a</sup> Lúcia Dallago na coordenação do grupo.

**1976.1** Aprovação da implantação do Mestrado em Educação na área de Ensino.

- Início do Projeto de Ensino do Ciclo Básico, pela TV – Projeto da UFC.

**1976.2** Realização de oito cursos do Premem nos estados de Alagoas, Sergipe e Amazonas.<sup>147</sup>

<sup>147</sup> A Faculdade de Educação durante toda a sua história realizou muitos cursos, através de vários convênios. No 3º volume da dissertação de mestrado da autora, há uma relação mais detalhada desses cursos, com suas respectivas datas.



**1977.1** Divulgação da Resolução nº 385/1977 do Conselho Universitário, que cria o Curso de Mestrado em Educação.

- Aprovadas atribuições da Coordenação Didática das Disciplinas Pedagógicas das Licenciaturas, com estrutura administrativa própria.
- Constituição de Comissão para assessorar a Coordenação de Cursos da UFC, responsável pela elaboração da reforma de currículos.
- Aprovação da colaboração do Departamento na Divisão de Avaliação e Métodos da UFC, através de doze professores que se colocaram à disposição para cursos, seminários e palestras.

**1977.2** Escolha do nome da revista do Departamento de Educação: *Educação em Debate* e indicação do editor: Ivan Casemiro Coelho e do Conselho de Revista: Maria Ivoni Pereira de Sá (Presidente), Lireda Facó (depois substituída por Aécio Feitosa) e Moacir Aguiar.

**1978.1** Realização de homenagens póstumas do Departamento à prof.<sup>a</sup> Lireda Facó, através de:

- ✓ seminário sobre sua tese de Livre Docência;
- ✓ publicação de sua tese;
- ✓ nome da biblioteca do Departamento de Educação.

Editado o Boletim Informativo nº 1 da Biblioteca Setorial da Educação.

Lançamento do 1º número da Revista *Educação em Debate*.

Criação da Associação dos Cursos de Pós-graduação na área de educação.

**1978.2** Realização da 1ª Semana de Educação, coordenada pela Representação Estudantil.

Realização do I Encontro Nacional de Pós-graduação em Educação, sediado em Fortaleza, sob a coordenação do Curso de Mestrado em Educação.

Elaboração do documento da coordenação do curso de Pedagogia: “Informações Básicas sobre o Curso de Pedagogia”.



- 1979.1** Realização de Projetos de Extensão:
- ✓ em Aquiraz;
  - ✓ na Casa José de Alencar;
  - ✓ na Escola Iracema.
- 1979.2** Aprovado projeto de curso de graduação de Professor de Formação Especial – Setor de Técnicas Industriais, como proposta do Premen à UFC, para professores do Amazonas, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.
- 1980.1** Realização do Simpósio “Política Educacional e Realidade Social do Nordeste”, coordenado pelos profs. Antônio Carlos Machado, Lúcia Dallago, Terezinha Vieira, Sofia Lerch, Consuelo Lins e Jacques Therrien, em comemoração aos 25 anos da UFC.
- Aprovação de uma nova linha de pesquisa: Inovação, Mudança e Desenvolvimento Educacional.
- 1980.2** Credenciamento do Curso de Mestrado em Educação.
- Proposta para implantação de uma habilitação em Tecnologia Educacional, feita pela superintendência da TVE.
- 1981.1** Aprovado o processo de eleição para chefe e vice-chefe do Departamento, extrapolando o regimento, como a primeira experiência de democratização de eleições, com a participação do corpo docente, discente e administrativo.
- Realização do I Encontro de Estudantes de Pedagogia.
- 1981.2** Mudança de alguns pré-requisitos na grade curricular do curso de Pedagogia: Prática de Ensino passou a ser dada em dois semestres e Matemática Introdutória foi introduzida no 2º semestre.
- 1982.2** Reedição do Boletim do Departamento de Educação, renascendo o Boletim Educação-Notícias cujo último número datava de 1975.



Constituição das Unidades Curriculares para o curso de Pedagogia, depois de calorosa discussão.<sup>148</sup>

**1983.1** Proposta de extinção do Cesa e da transformação do Departamento de Educação em Faculdade de Educação.

**1983.2** Fechado o Setor de Recursos Audiovisuais da Faculdade.

Realização do Seminário sobre Educação Brasileira Contemporânea, conduzido pelo prof. Paulo Freire (set./1983).

Criação da Faculdade de Educação, em reunião realizada pelo Conselho Universitário de 23/11/1983, e definida a nova estrutura da Faculdade de Educação com três departamentos: Departamento de Fundamentos da Educação; de Teoria e Prática de Ensino; e de Estudos Especializados. Foi constituído o 2º Conselho Departamental da Faculdade de Educação da UFC. A extinção do Departamento de Educação e reestruturação da Faculdade de Educação em novos departamentos foi feita através do Provimento nº 04 – Consuni, de 16 de dezembro de 1983 (ver documentos no Arquivo de Documentos da História da Faced).<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> As primeiras Unidades Curriculares do curso de Pedagogia foram:

1. Fundamentos sócio-históricos-filosóficos
2. Fundamentos psicológicos
3. Metodologia científica
4. Organização e dinâmica do ensino
5. Habilitações Pedagógicas
6. Sistema e estrutura organizacional (ver documento de aprovação das Unidades Curriculares do Curso de Pedagogia, contido no Arquivo de Documento da História da Faced).

<sup>149</sup> O Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC solicita a participação do Departamento de Educação na “Comissão da Seca” (foi um ano de seca no Nordeste).

Os alunos solicitam critérios mais explícitos na avaliação dos trabalhos individuais.

Os professores reclamam a atuação insatisfatória das Unidades Curriculares, assumindo apenas papel “burocrático”.

Os professores reclamam sobre a designação de assessores pelas pró-reitorias, sem consulta prévia do Departamento, causando dificuldades ao mesmo.

Reclamações dos professores sobre a designação de coordenadores de cursos e organização de projetos de extensão, sem a consulta do Departamento, “faltando critérios rigorosos para a escolha dos Coordenadores”, acrescentou a prof.ª Terezinha Vieira.



- 1984.1** Realização do Encontro de Professores de Psicologia da Educação do Ceará (2º e 3º graus), promovido pela Faced – Departamento de Fundamentos da Educação.
- 1984.2** Elaboração do Regimento da Revista *Educação em Debate*. Elaboração de normas para escolha do representante das Unidades Curriculares. Adotado concurso anual para monitoria.
- 1985.1** Estabelecimento de orientações básicas para a coordenação dos cursos de Pós-graduação. Reinício da discussão sobre o curso de Pedagogia e sua reformulação curricular.
- 1985.2** Programação do Dia “D” da Educação (18/9/1985). Aprovada proposta de regionalização da Revista *Educação em Debate*.
- 1986.1** Aprovada proposta de curso de graduação em Roraima, com a assessoria pedagógica da Faced. CA promove concurso para premiar os melhores trabalhos individuais (TI) realizados no semestre 1986.1.
- 1986.2** Encaminhamento da proposta de reformulação do currículo do curso de Pedagogia ao Conselho Departamental para aprovação – aprovada por unanimidade – reunião do CED 7/10/1986 – livro nº 2 – p. 89 (ver documento no Arquivo de Documentação da História da Faced). Aprovada a composição das Unidades Curriculares do novo currículo de Pedagogia, com suas respectivas disciplinas (reunião do CD – 21/10/1986) – livro nº 2 – p. 90). Participação da Faced no Projeto Nordeste, através do prof. Jacques Therrien, membro da Comissão Estadual de elaboração do plano relativo à área de educação.

---

Professores reclamam a ausência de uma política clara de remuneração ou dispensa de horas/aula no caso de professores que participam de cursos ou projetos de pesquisa.

Obs.: O prof. Assis Goes enviou ao Departamento uma carta justificando sua atuação como coordenador e executor dos cursos do PREMEN/Cenafor (Ata do dia 15/12/1983).



- 1987.1** Projeto de ampliação das dependências da Faced (novas construções).  
Apresentação, pela coordenação de curso, dos resultados da avaliação do semestre 1987.1 feita entre alunos e professores.
- 1987.2** Realização do Seminário sobre: “As várias Concepções da Articulação Teoria-Prática em Educação”, ministrado pelos profs. Ildeu Coelho (31/8/1987) e Manfredo Oliveira (dia 27/11/1987).  
Alunos de graduação participam do 7º Encontro de Pesquisa em Educação do Nordeste (Aracajú – de 1º a 4/9/1987).  
Entrada da Faced no PROINE – Programa de Cooperação Técnica Nacional para a formação e capacitação de docentes e/ou técnicos das IES.  
Aprovação, em assembleia da Faced, de eleição direta para diretor e vice-diretor da Faced. Foram estabelecidas regras para esta “consulta”.  
Realização do Projeto de Momentos Culturais e Oficinas Educacionais da Faced, sob a responsabilidade da coordenação do curso de Pedagogia.  
Elaboração do Manual do Aluno do curso de Pedagogia, pela coordenação do curso de Pedagogia (ver arquivo da documentação da História da Faced).
- 1988.1** Realização de reuniões por semestre curricular promovidas pela coordenação do curso de Pedagogia.  
Discussão do Programa de Doutorado em Educação no Nordeste.  
Realização do Seminário “O Trabalho como Princípio Educativo”, ministrado pelo prof. Paulo Nosella para alunos e professores do mestrado e da graduação.  
Separação ou desmembramento do controle acadêmico da coordenação do curso de Pedagogia.  
Colaboração da Faced ao Mirad – Ministério da Reforma



Agrária e Desenvolvimento, no projeto educacional do Plano Nacional de Reforma Agrária, através do prof. Jacques Therrien.

**1988.2** Criação do grupo interdepartamental para estudo dos critérios de avaliação do desempenho docente pelos alunos, para efeito de progressão funcional.

Discussão sobre as normas da pós-graduação, referentes à constituição dos docentes do mestrado e a eleição do vice-coordenador do mestrado.

Foi lido relatório, em reunião do CD, das avaliações feitas com alunos e professores, do semestre 1988.1, pela coordenação do curso de Pedagogia e esse relatório foi enviado aos departamentos. O Conselho Departamental debateu sobre o problema da aprendizagem no curso de Pedagogia (Ata da reunião de 1º/11/1988).

Aprovado critérios gerais da Faced para afastamento de professores para pós-graduação, licença-prêmio e licença sabática (ficou decidido que cada departamento estabeleceria seus critérios específicos).



1987.2 Realização de reuniões de trabalho para a elaboração do projeto educacional da Faculdade de Pedagogia, através do prof. Jandir Perren. Discussão sobre as propostas de organização da Faculdade de Pedagogia, com ênfase no curso de Pedagogia. Realização de reuniões de trabalho para a elaboração do projeto educacional da Faculdade de Pedagogia, através do prof. Jandir Perren. Discussão sobre as propostas de organização da Faculdade de Pedagogia, com ênfase no curso de Pedagogia.

1987.1 Realização de reuniões de trabalho para a elaboração do projeto educacional da Faculdade de Pedagogia, através do prof. Jandir Perren. Discussão sobre as propostas de organização da Faculdade de Pedagogia, com ênfase no curso de Pedagogia. Realização de reuniões de trabalho para a elaboração do projeto educacional da Faculdade de Pedagogia, através do prof. Jandir Perren. Discussão sobre as propostas de organização da Faculdade de Pedagogia, com ênfase no curso de Pedagogia.

1988.2 Realização de reuniões de trabalho para a elaboração do projeto educacional da Faculdade de Pedagogia, através do prof. Jandir Perren. Discussão sobre as propostas de organização da Faculdade de Pedagogia, com ênfase no curso de Pedagogia. Realização de reuniões de trabalho para a elaboração do projeto educacional da Faculdade de Pedagogia, através do prof. Jandir Perren. Discussão sobre as propostas de organização da Faculdade de Pedagogia, com ênfase no curso de Pedagogia.

1988.1 Realização de reuniões de trabalho para a elaboração do projeto educacional da Faculdade de Pedagogia, através do prof. Jandir Perren. Discussão sobre as propostas de organização da Faculdade de Pedagogia, com ênfase no curso de Pedagogia. Realização de reuniões de trabalho para a elaboração do projeto educacional da Faculdade de Pedagogia, através do prof. Jandir Perren. Discussão sobre as propostas de organização da Faculdade de Pedagogia, com ênfase no curso de Pedagogia.



Impressão e Acabamento Imprensa Universitária da  
Universidade Federal do Ceará – UFC  
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica  
Fone/Fax: (85) 3366.7485 / 7486 – CEP: 60020-181  
Fortaleza – Ceará – Brasil  
iu.arte@ufc.br – www.imprensa.ufc.br

PERGAMUM  
BCCE/UCF

PERGAMUM  
BCCE/UCF



O educador era formado para ser Administrador, Supervisor Escolar, Orientador Educacional e Inspetor Escolar;

– o terceiro “momento pedagógico” é influenciado pela abertura política e, principalmente, pelo movimento docente em nível nacional, impulsionado por questionamentos sobre a Educação e o papel do educador na sociedade. O Curso de Pedagogia da UFC começa a ter uma nova perspectiva para a formação de um educador mais crítico e voltado para a problemática sócio-político-econômica da realidade brasileira, a partir da década de 1980.

O livro situa o grande debate vivenciado no Curso de Pedagogia da UFC em torno da formação plural e crítica do educador, centrado na docência, dotado de competência técnico-política, implicando na superação das especializações educacionais. A proposta curricular do Curso implementada a partir do 2º semestre de 1987 é minuciosamente analisada.

O livro é rico em depoimentos e retrata o debate acadêmico que se verificou por meio dos Painéis de Documentação sobre a História do Curso de Pedagogia da UFC, nos anos de 1987 e 1988. Tem ainda, como fonte de informações, entrevistas e dados coletados em atas e documentos oficiais do Curso.





O CURSO DE  
*Pedagogia*  
DA UFC

"Fui impulsionada a publicá-lo porque ele foi considerado por várias pessoas, como um registro raro e importante do Curso de Pedagogia da UFC. O meu objetivo é despretensioso: abrir espaço para outros trabalhos que deverão completá-lo, enriquecê-lo e trazer novas discussões sobre a formação do educador. Considero-o um início de produção que poderá, a partir de agora, ser escrito por várias mãos. Afinal, como diz São Gregório de Nissa: 'Aqui na terra sempre se vai de início em início, até o início sem fim'."

ISBN 978-85-7282-639-6



9 788572 826396